SSBI

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

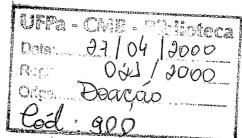
Campus Universitário de Marabá

Departamento de História



Política e Economia no Município de Redenção

Monografia



Ideleria Santiago da Silva

Orientador: Prof. Pere Petit Peñarrocha.

- 1999 -

HISTÓRIA ETIQUETA Nº 27

UNIFESSPA BIBLIOTECA JOSINEIDE TAVARES

Política e Economia no Município de Redenção

Idelma Santiago da Silva

Orientador: Prof. Pere Petit Peñarrocha

Monografia apresentada para conclusão do curso de graduação em História na Universidade Federal do Pará, Campus de Marabá.

Marabá - Pa., dezembro de 1999.

Idelma Santiago da Silva

Política e Economia no Município de Redenção

Prof. Pere Petit Peñarrocha

Conceito

Local e data

AGRADECIMENTOS:

Ao Petit, pela importante contribuição nesta minha primeira experiência de pesquisa e produção de conhecimentos históricos; aos amigos do MEB, em especial a Robério, que leu e realizou a revisão do presente trabalho; a todos (as) que contribuíram e participaram comigo desta experiência, possibilitando a realização das pesquisas em arquivos públicos, fornecendo documentos e informações, concedendo entrevistas, enfim.

A história não deve apenas confortar;

deve apresentar um desafio,
e uma compreensão que ajude no sentido das mudanças.

O que se requer é uma história que leve à ação;

não para confirmar,
mas para mudar o mundo.

Paul Thompson. (A Voz do Passado, p.43).

ÍNDICE

Introdução, p. 12

CAPÍTULO I - Política e Economia no Pará pós-1964, p.22

CAPÍTULO II - Redenção: Povoado e Distrito de Conceição do Araguaia

- 1. As grandes fazendas e a formação do povoado, p. 30
- 2. Redenção: Distrito do Município de Conceição do Araguaia, p.45

CAPÍTULO III - As principais atividades Econômicas em Redenção.

- 1. O Extrativismo:
 - 1.1. A madeira, p.50
 - 1.2. O ouro, p.59
- 2. A Agropecuária, p.81

CAPÍTULO IV - O Mundo da Política no Município de Redenção.

- 1. A emancipação político-administrativa, p.95
- 2. Os processos eleitorais e o exercício da administração pública, p.100
- 3. Deputados estaduais e federais, p.113
- 4. Os partidos políticos, p.116
- 5. As organizações de classe, p.125
 - 5.1. As organizações patronais, p.125
 - 5.2. As organizações dos trabalhadores rurais, p.133
- 6. Os movimentos populares urbanos, p.137

Conclusão, p.143

Bibliografia

Tabelas

Mapas

Siglas Utilizadas

ACIR - Associação Comercial e Industrial de Redenção;

AI – Área Indígena;

Arena – Aliança Renovadora Nacional;

CEB's - Comunidades Eclesiais de Base;

CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Estudo;

CEF - Caixa Econômica Federal;

CIMI - Conselho Indigenista Missionário;

COMEA - Comissão Municipal de Estatísticas Agropecuárias;

CPT - Comissão Pastoral da Terra:

CRI – Cartório de Registro de Imóveis;

CRN - Coordenadoria de Pesquisa de Recursos Naturais;

CTG - Centro de Tradições Gaúchas;

DNPM - Departamento Nacional da Produção Mineral;

DOU - Diário Oficial da União;

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural;

FMI – Fundo Monetário Internacional;

FUNAI - Fundação Nacional de Assistência ao Índio;

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas;

IBRAM - Associação Brasileira dos Mineradores de Ouro;

IDESP - Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará;

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

LBA – Legião Brasileira de Assistência;

MAPA – Maranhão e Pará;

MEB - Movimento de Educação de Base;

MIRAD - Ministério para a Reforma Agrária e o Desenvolvimento;

MOPS - Movimento Popular de Saúde;

MRH – Micro Região Homogênea;

NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos;

NB - Neco Baiano;

PCdoB - Partido Comunista do Brasil;

PDC - Partido Democrático Cristão;

PDH - Projeto de Desenvolvimento Humano;

PDS - Partido Democrático Social;

PDT - Partido Democrático Trabalhista;

PETI - Projeto de Estudo sobre Terras Indígenas;

PFL - Partido da Frente Liberal;

PL - Partido Liberal;

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro;

PPB - Partido Progressista Brasileiro;

PPS - Partido Popular Socialista;

PRN - Partido da Reconstrução Nacional;

PSB - Partido Socialista Brasileiro;

PSC - Partido Social Cristão;

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira;

PT - Partido dos Trabalhadores;

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro;

SAGRI - Secretaria de Estado de Agricultura;

SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral;

SESPA - Secretaria de Saúde do Estado do Pará;

SINTEPP - Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública no Estado do Pará;

SPC - Serviço de Proteção ao Crédito;

SPU - Serviço de Patrimônio da União;

SPVEA – Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia;

SRR - Sindicato Rural de Redenção;

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

SUDAM - Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia;

TRE - Tribunal Regional Eleitoral;

UDR – União Democrática Ruralista:

UFCE – Universidade Federal do Ceará;

UFPA – Universidade Federal do Pará;

USAGAL - União dos Sindicatos e Associações dos Garimpeiros da Amazônia Legal;

Índice de Tabelas

- Quadro nº 01 Imóveis rurais, município de Conceição do Araguaia, 1972, p.44
- Quadro nº 02 Produção de madeira, Redenção, 1983-1997, p.58
- Quadro nº 03 Garimpo e população garimpeira 1989, p.76
- Quadro nº 04 Produção de ouro na região de Cumaru 1980-1989, p.78 -
- Quadro n°05 Número e área total dos estabelecimentos agropecuários da região de Conceição do Araguaia, 1975 e 1985, p.82
- Quadro nº 06 Número e área total dos estabelecimentos agropecuários do município de Redenção, 1985 e 1996, p.83
- Quadro nº 07 Nº de estabelecimentos por grupo de área total, municípios de Redenção e

 Pau D'Arco 1996 e comparação percentual com os mesmos dados de

 1985, p.84
- Quadro nº 08 Efetivo de bovinos por grupo de área total, 1985 e 1996, Redenção, p.85
- Quadro nº 09 Produção gado bovino, município de Redenção, segundo critério de cabeça por hectare, distribuído entre os grupos de área, p.85
- Quadro nº 10 Área total dos estabelecimentos e efetivo de bovinos, por municípios da região, 1996, p.86
- Quadro nº 11 Estatísticas agropecuárias, safras de 1986, 1991 e 1994, município de Redenção, p.87
- Quadro nº 12 Produção da agricultura nas comunidades: Boa Sorte, Mata Geral, Santo Antônio, Lordeiro e Centro dos Morais, 1984, p.88
- Quadro nº 13 Condição do Produtor quanto à propriedade da terra, 1985 e 1996, município de Redenção, p.92
- Quadro nº 14 Propriedades Rurais acima de 500ha, município de Redenção, p.93
- Quadro nº 15 Eleições municipais para Prefeito, 1996, Redenção, p.107
- Quadro nº 16 Partidos na Câmara Municipal, p.112
- Quadro nº 17 Dados sobre partidos e filiados, 1997, p.123
- Quadro nº 18 Dados sobre partidos e filiados, atualizações diversas, p.124
- Quadro nº 19 População do município de Redenção, 1980-1998. p.153
- Quadro nº 20 População por faixa etária, 1991 e 1996, p.154
- Quadro nº 21 População por sexo, local de domicílio e sexo do chefe de família, 1996, p.154

- Quadro n° 22 Renda per capita por chefe de família e local de domicílio, p.155
- Quadro nº 23 População estimada, segundo local de domicílio, MRH Araguaia Paraense, 1981, 1985 e 1990, p.157
- Quadro nº 24 Produção de ouro das principais regiões garimpeiras, Estado do Pará, 1980-1989, p.158

Mapas

- 1. Mapa do Município de Redenção;
- 2. Planta da Cidade de Redenção, carta I Estrutura Urbana;
- 3. Mapa do processo de ocupação da microregião "Araguaia Paraense";
- 4. Mapa de localização das Áreas Indígenas, Estado do Pará;
- 5. Mapa Político-Administrativo do Estado do Pará.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresentamos e discutimos alguns elementos constitutivos da história econômica e política do município de Redenção, no Estado do Pará.

A perspectiva de análise que tentamos adotar foi a de perceber as mudanças econômicas e as práticas políticas não apenas enquanto resultados homogêneos e objetivos das ações dos homens num determinado território e tempo histórico, mas examinando as práticas de diferentes atores sociais a partir da diversidade de expectativas e interesses assim como das relações contraditórias vivificadas pelos homens e mulheres no seu devir histórico. Procuramos, também, escapar das análises que tendem a reduzir a história social e econômica em fases restritas no tempo e no espaço. É verdade que os acontecimentos históricos ocorrem num espaço e tempo determinados, porém, suas interpretações e sentido não estão vinculados apenas ao período em que ocorreram. Além disso, a vida das sociedades e suas representações materiais, espirituais e intelectuais, apresentam-se de formas multifacetadas, onde a tentativa de uma leitura uniforme e linear, geralmente, muito pouco consegue apropriar-se do fazer histórico.

Assim, foi com essa vontade que procuramos compreender um pouco dos processos construídos e vivificados pela sociedade local nas suas relações políticas e econômicas.¹ Neste sentido, os objetivos desta pesquisa inseriram-se na perspectiva de estudar estes processos procurando identificar e interpretar suas articulações e determinações mútuas.

¹ Pere Petit* apresenta uma definição para o conceito de relações econômicas, inclusive fazendo uma diferenciação deste para o de atividade econômica: "Defino como atividade econômica aquela destinada à obtenção e uso de destinados bens materiais, e relações econômicas, as práticas destinadas a regular como esses bens serão produzidos, acumulados e distribuídos. Relações econômicas entre os homens que são, portanto, também relações de poder, nas quais está em jogo a forma como esses bens serão usados." PETIT PEÑARROCHA, Pedro*. Território e Política e Economia: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-1964. São Paulo, USP, 1998, Tese de Doutorado, p. 8.

^{*} Pere Petit e Pedro Petit é a mesma pessoa. A diferença na escrita desse nome deve-se apenas a forma de escrevê-lo em Catalão (Pere) ou Espanhol (Pedro).

A compreensão acerca dos fenômenos políticos e econômicos que orientam nossa postura de pesquisa e análise está baseada no referencial teórico adotado por Pedro Petit em sua tese de doutorado, com o título de: Território e Política e Economia: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-1964. Entendemos "os fenômenos políticos e econômicos, não como planos ou sistemas autônomos, mas como elementos da totalidade social". Contudo, ao reconhecemos o papel fundamental que assumem as determinações e práticas políticas e econômicas na vida das sociedades, isto não implica negar a existência de outros fatores que também norteiam as ações e escolhas sociais. Procuramos trabalhar na perspectiva da inter-relação entre os fenômenos políticos e econômicos, isto é, tentando evitar uma visão superposta e determinista dos mesmos. Sabemos, porém, dos limites de nossas pretensões, visto as articulações entre economia e política não serem tão facilmente discernidas, como bem expressa Pere Petit:

"Tenho consciência, entretanto, de que não é uma tarefa simples desvendar quando mudanças na estrutura econômica são fundamentais para poder interpretar determinadas práticas políticas e quando acontecimentos políticos, sobretudo nos momentos conjunturais, convertem-se no fator-chave para a compreensão da situação histórica e, portanto, de decisões no plano econômico e outras práticas dos diversos atores envolvidos."³

Este trabalho, por se relacionar com os estudos de história política, representa, também, o esforço para a superação dos muitos preconceitos que ainda povoam o cenário deste tipo de trabalhos historiográficos. Na realidade, atualmente verificamos um movimento de retorno da História Política, sem significar, no entanto, um retorno aos pressupostos positivistas. A historiografia positivista voltada para contar a história oficial e

² Idem, Ibidem, p. 8.

³ Idem, Ibidem.

dos "grandes personagens" da história nacional vem sendo há algum tempo seriamente criticada e seus postulados, aos poucos, abandonados. Surgem novas preocupações e temáticas neste campo, como a "história dos vencidos", a história das práticas políticas das classes populares, a micro-política ou política do cotidiano, etc. O foco central dessas transformações na historiografia política não se dá apenas pela mudança na posição do olhar do sujeito sobre o objeto, mas também se estendem ao campo das reformulações conceituais e metodológicas. Desta forma, o estudo dos fenômenos políticos não os considera como deterministas para a compreensão da totalidade social, mas como um fenômeno articulado a outros presentes nas sociedades. Assim também é que o estudo das práticas políticas das elites não significa um retorno à "história dos grandes personagens", pois, neste estudo, estas práticas políticas estão situadas (e interpretadas) dentro de um sistema de relações, com destaque para as relações de poder.

Este trabalho insere-se, como perspectiva metodológica, nos denominados estudos de História Regional e História Local.

A principal contribuição para a compreensão do conceito de região e sua relação com a História vêm da Geografia Crítica. Buscando superar as noções e critérios da Geografia Tradicional na explicação dos recortes espaciais⁴, a Geografia Crítica elaborou uma compreensão que apresenta a historicidade do conceito de região⁵. Para a Geografia Crítica o conceito de região se relaciona com a noção de espaço⁶. Sendo os recortes espaciais uma construção social, região evidencia-se como uma categoria correspondente. Ou seja, a região é percebida como um corte da espacialidade e, por sua vez, social e historicamente construída:

"... definem 'região' como a categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade: assim, a região configura um espaço particular dentro de uma determinada organização social mais ampla, com a qual se articula."

Segundo Rosa Maria Godoy⁸ e Sandra Pesavento⁹, a Geografia Crítica utiliza-se de conceitos do materialismo histórico na definição desta nova noção de região. Nesta nova acepção os conceitos de espaço, território e região ficam assim compreendidos: "Espaço como categoria da lógica, que viabiliza o entendimento do território, categoria mais referente ao empírico, que na acepção marxista é o processo de apropriação de

⁴ Principais caraterísticas: configuração espacial é dada a priori; isolamento entre espacialidade e temporalidade; e, entificação do espaço. Cf. AMADO, Janaína. *História e Região: Reconhecendo e Construindo Espaços.* In: SILVA, Marcos A. da. (Coord.). <u>República em Migalhas: História Regional e Local.</u> São Paulo: Marco Zero, 1990, pp. 22 e 23.

FESAVENTO, Sandra Jatahy. História Regional e Transformação Social. In: SILVA, Marcos A da. (Coord.). República em Migalhas: História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 68.

⁶ Para Milton Santos, o espaço "não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a natureza. O Espaço é tudo isso, mais a sociedade." Apud. PETIT PEÑARROCHA, Pedro. Op. Cit. p. 15.

⁷ AMADO, Janaína. Op. Cit. p. 8.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e História: Questão de método. In: SILVA, Marcos A. da. (Coord.). República em Migalhas: História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero, 1990.

determinadas porções do globo terrestre, resultante da dialética entre valor contido e valor criado. A região seria um conceito para instrumentalizar a diferenciação de formas no processo." 10 Nesta concepção, a região é percebida por recortes na espacialidade na qual se viabiliza uma certa prática/forma de produção e reprodução do valor (do capital). Porém, esta perspectiva não se prende a uma compreensão determinista da relação entre infraestrutura e superestrutura¹¹. A região é vista como uma particularidade na totalidade, sendo esta resultado de múltiplas determinações. 12 Para Gramsci, a região se define como um "espaço para o capital", cenário de enfrentamento e definição das classes sociais, e, portanto, como um território no qual as classes dominantes constróem sua hegemonia. O Estado, enquanto "locus" privilegiado da ação política dos grupos sociais, exerce sobre este processo uma atuação fundamental.¹³ Daí a importância de se considerar a divisão política nos estudos de história regional porque esta delimita o espaço legal da ação política de grupos e classes sociais.14

O conceito de região aqui compreendido não é o de algo dado a priori, mas construído no espaço e no tempo por múltiplas determinações e podendo ser identificado por variados critérios. Segundo Vera C. Silva, existem dois elementos essenciais na definição de região: a existência de um território delimitado e um sistema de valores e interesses que lhe garanta identidade própria. 15 Nesta definição, a historicidade da noção de região não está apenas no segundo aspecto, mas também no processo de estabelecimento dos recortes territoriais¹⁶. Segundo Pierre Bourdieu, "quem determina que partes são incluídas ou excluídas dos diversos recortes do território não é o espaço, mas

9 PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. Cit.

¹⁰ SILVEIRA, Rosa Mª Godoy. Op. Cit. p.35.

¹¹ Alain Lipietz, por exemplo, analisa a dimensão política da espacialidade, apontando para as relações entre espaço e poder. Este apreende o espaço como "um campo de ação por excelência dos forças políticas." Apud. SILVEIRA, Rosa Mª Godoy. Op. Cit. p.32.

12 A região é pensada numa "abordagem ao mesmo tempo econômico-social e político-ideológico".

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. Cit., p.68

¹³ Idem, Ibidem., p.69.

¹⁴ SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: O Enfoque Metodológico e a Concepção Histórica. In: SILVA, Marcos A. da. (Coord.). República em Migalhas: História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 46.

¹⁵ SILVA, Vera Alice C. Op. Cit. p. 44

¹⁶ Para uma melhor compreensão do conceito de território utilizamos a noção adotada por Pere Petit: "o território que "etimologicamente deriva da palavra latina terra ou tirou, significando terra pertencente a alguém' (Correia, 1996:251), está vinculado à apropriação, controle ou domínio exercido numa determinada área 'quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por áreas territoriais' (Andrade, 1996b:213)". PETIT PEÑARROCHA, Pedro. Op. Cit. p. 15. Território também pode ser compreendido pelo espaço necessário a afirmação de identidade étnica de um grupo, em espaço necessário para sobrevivência de um grupo ou populações específicas.

sim o tempo, a história".¹⁷ Isto é, "os recortes do território são o resultado de escolhas e práticas sociais".¹⁸ Além disso, o estabelecimento destes recortes ou sua alteração é resultado de um ação arbitrária sobre o espaço, sendo geralmente resultado do poder simbólico exercido por grupos de interesse.¹⁹

Na compreensão de região já explicitada é que se insere os estudos de história regional e local, constituindo seu objeto "uma articulação complexa de relações econômicas, sociais e políticas, em espaços determinados e em tempos determinados". ²⁰ Para Vera Silva²¹, o regionalismo como método apresenta um importante problema para o historiador, qual seja, entre outros, a delimitação do território onde se estabelece uma unidade significativa de relações e movimento. Segundo Pere Petit, existem "inúmeras formas de 'construir regiões', segundo sejam utilizados, por exemplo, critérios geográficos, climáticos, culturais, econômicos, demográficos, étnicos ou somadas várias destas classificações". ²²

Para este momento cabe-nos ressaltar a importância dos estudos de História Regional, pelas possibilidades oferecidas ao aprofundamento dos conhecimentos históricos. Estes estudos, além de fornecer elementos para estudos comparativos, contribuem enquanto método para testar a validade de grandes teorias ou generalizações teóricas.²³ Ainda segundo Janaína Amado,

"o estudo regional oferece novas óticas de análise ao estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas as questões fundamentais da História (como os movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural, etc.) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular. (...)

A historiografia regional tem ainda a capacidade de apresentar o concreto e o cotidiano, o ser humano historicamente determinado, de fazer a ponte entre o individual e o social".²⁴

¹⁷ BOURDIEU: 1989, p.115. Apud. PETIT PEÑARROCHA, Pedro. Op. Cit. p.

PETIT, Pere. A proposta de criação do Estado do Carajás. Comunicação Livre. IV Encontro Estadual de História, ANPUH - Núcleo do Ceará.

¹⁹ Ver Pierre Bourdieu, *A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão sobre a idéia de região.* IN: O Poder Simbólico. Coleção Memória e Sociedade. Lisboa: DIFEL, 1989.

²⁰ SILVA, Vera Alice C. Op. Cit. p. 48.

²¹ Idem, Ibidem, p. 47.

²² PETIT PEÑARROCHA, Pedro. <u>Território e Política e Economia</u>, Op. Cit. p.15.

²³ SILVA, Vera Alice C., Op. Cit. pp. 46 e 47.

²⁴ AMADO, Janaína. Op. Cit. pp. 12 e 13.

Nos estudos de História Regional e Local deve-se, no entanto, estar atento para não incorrer em alguns problemas como as situações extremas a seguir indicadas. Uma possibilidade é a de transformar a história regional em apenas "reflexos de recortes espaciais mais amplos". Outra situação é tornar a história regional num "microcosmo que se basta e se auto-explica".²⁵

Tomando como base os elementos aqui apresentados do conceito de região, consideramos que este trabalho insere-se nos estudos de História Regional e Local. Apesar de apresentar seu objeto específico de estudo circunscrito às fronteiras político-administrativas do município de Redenção, sua configuração espacial alarga além destas fronteiras por articulações sócio-econômicas e políticas que compreende a região Sul do Pará.

 $^{^{25}}$ PETIT PEÑARROCHA, Pedro. Op. Cit. p. 23.

Para realização deste estudo, utilizamos de fontes escritas secundárias (livros, principalmente), primárias (documentos, jornais, estatísticas, etc) e fontes orais. A postura metodológica adotada foi a de análise comparativa das fontes, sempre dentro das possibilidades evidenciadas pelo acesso às mesmas, sua quantidade e qualidade. Partimos da compreensão da relatividade inerente a quaisquer tipos de fontes, sejam elas "oficiais", documentos escritos ou testemunhos orais. Neste sentido, nosso olhar sobre as fontes não teve a pretensão de entendê-las como "verdades absolutas", nem tampouco o conhecimento aqui elaborado persegue esse objetivo, como também não pretende ser uma elaboração supostamente neutra em relação as opções ideológicas e políticas do historiador. Isto, porém, não implica numa não valorização e utilização de procedimentos metodológicos necessários à construção de um conhecimento que se enquadre dentro dos parâmetros considerados científicos.

Comumente ocorre de cairmos em tentação, no momento de realizarmos a crítica das fontes, em considerar como mais legítimas as fontes escritas (oficiais ou não) em detrimento dos testemunhos orais. Contudo, ressaltamos aqui os comentários de Paul Thompson:

"Todas elas [as fontes] são falíveis e sujeitas a viés, e cada uma delas possui força variável em situações diferentes. Em alguns contextos, a evidência oral é o que há de melhor, em outros, ela é suplementar, ou complementar, à de outras fontes".26

Concordamos ainda com Gryn Prins²⁷ acerca do grau de legitimidade das fontes orais. Estas são capazes de corresponder com os níveis de 'objetividade'²⁸ e demonstração

²⁶ THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado* 1992:176. Apud. PETIT PEÑARROCHA, Pedro. Op. Cit. p. 24.

PRINS, Gryn. História Oral. In: BURKE, Peter. A Escrita da História.
 São Paulo, Unesp, 1992.
 "Não existe resgate da memória. As pessoas relembram determinados fatos do passado, a partir de hoje. É importante o momento que estão falando. Falam a partir do tempo que estão falando. Isto é considerado uma fonte objetiva. É necessário fazer uma análise da situação de quem oferece o

da evidência, que as tornam tão legítimas quanto os documentos escritos.²⁹ Para G. Prins, "a força da história oral é a força de qualquer história metodologicamente competente." 30 Neste sentido a credibilidade oferecida às fontes escritas ou visuais pode ser remetida também para as fontes orais, visto que todas possuem seu grau de subjetividade³¹ e todas podem contribuir, ou não, para a invenção de tradições.32

Queremos aqui ressaltar a importância da história oral na elaboração dos conhecimentos históricos devido, particularmente, todo esse universo de apreensões e dúvidas a partir do qual, às vezes, ela tem sido interpretada, apesar de, atualmente, as diversas disciplinas científicas estarem cada vez mais valorizando, aprofundando e utilizando-se de fontes orais. Paul Thompson, em a Voz do Passado, oferece uma fundamental contribuição para a compreensão da importância e função da história oral. Para ele, a história oral cumpre uma função social "de devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras"33, além de propiciar uma visão do passado mais imparcial a partir da valorização das múltiplas visões. A possibilidade de recriar a multiplicidade original de pontos de vistas, propicia uma história mais democrática, transformando não só seu conteúdo³⁴, mas também o processo de sua escrita. Sobre o método da história oral, P. Thompson sinaliza para uma vantagem essencial: "sua flexibilidade, a capacidade de dominar a evidência exatamente onde ela é necessária."35 É claro que o trabalho com fontes orais exigem cuidados metodológicos específicos, inclusive, pelas inúmeras possibilidades que oferecem à elaboração dos conhecimentos históricos. Cuidados, porém, não maiores que àqueles exigidos nas críticas de documentos escritos. E ainda, segundo P. Thompson, os testemunhos orais servem para dar vida à história. As palavras, segundo ele, "insuflam vida na história". 36

Neste nosso trabalho, o universo ocupado pelas fontes orais, reconhecemos, é ainda limitado. Tivemos que lidar com a dificuldade de disponibilizar mais tempo para

testemunho oral: quem está falando, de onde está falando, etc." (Pere Petit, aula expositiva durante orientação de monografia, Marabá, 22/08/98).

²⁹ "O tempo histórico não é o tempo vivido. Á história escrita, documentada, distingue-se do acontecido; é uma representação. E nesse hiato entre o vivido e o narrado localiza-se o fazer próprio do historiador." MONTENEGRO, Antônio Torres. História Oral e Memória. Editora Contexto. p. 10.

³⁰ PRINS, G. Op. Cit. p. 194.

³¹ Cf. FREITAS, Sônia Ma de. Apud. THOMPSON, Paul. A Voz do Passado. 1992, p. 18.

³² Cf. PRINS, G. Op. Cit. p. 194. ³³ THOMPSON, P. Op. Cit. p. 22.

³⁴ Possibilitando dar voz àqueles que não se expressam no registro documental; resgatar a história das classes populares; construir uma história do cotidiano, enfim.

³⁵ THOMPSON, P. Op. Cit. p. 29.

³⁶ Idem, Ibidem, p.41.

realizar a pesquisa de campo, particularmente entrevistas, visto que para isto teríamos que nos deslocar de Marabá para Redenção. Porém, os testemunhos orais que obtivemos foram assumidos e adotados na perspectiva metodológica acima explicitada. Ou seja, não foram utilizados apenas como complemento de outras fontes, mas enquanto contribuição ímpar para a interpretação do passado.

Sobre as fontes documentais e estatísticas trabalhadas, ressaltamos, mais uma vez, que estas não são aqui percebidas como dados suficientemente confiáveis. Desta forma, as representações e hipóteses aqui aventadas devem ser compreendidas criticamente, como uma intenção esforçada de resgatar um pouco da história social do município de Redenção, porém com suas prováveis dívidas para com este passado.

No primeiro capítulo deste trabalho apresentamos, brevemente, alguns aspectos das práticas políticas e econômicas desenvolvidas no Pará após 1964. No segundo capítulo, discutimos o processo de formação do povoado de Redenção e suas relações com o contexto sócio-político e econômico, através do qual se constituía e definia a região Sul do Pará. No terceiro capítulo, tratamos das atividades econômicas, evidenciadas pelo predomínio do extrativismo vegetal e mineral e pela agropecuária. No quarto e último capítulo, procuramos analisar o mundo da política, através das práticas dos diferentes atores sociais, não restringindo assim a observação aos setores hegemônicos no Estado e na Sociedade. A análise das relações entre o mundo da política e as práticas econômicas encontra-se perpassando todo o trabalho, contudo, está mais presente no capítulo sobre a Política. Na conclusão, apresentamos uma análise que procura de forma breve evidenciar as relações estabelecidas entre estes dois mundos e práticas.

³⁷ Utilizamos variados dados levantados no IBGE, sobre o qual pesa variadas críticas acerca das informações contidas em suas estatísticas. Neste sentido, estes dados foram considerados como uma aproximação/estimativa da realidade.

CAPÍTULO I - Política e Economia no Pará pós-1964

O golpe de estado de 1964 representa, certamente, um marco na história política e econômica do Brasil. A política engendrada a partir deste período representava o consenso no seio das elites econômicas, nacional e internacional, sobre os rumos do desenvolvimento do país. A intervenção golpista visava impor limites ao avanço das políticas populistas do então governo federal, cuja presidência era exercida por João Goulart. Para os promotores do golpe, tratava-se uma medida para a modernização econômica brasileira e para o afastamento definitivo da possibilidade de uma "revolução" comunista no país. As ações implementadas pelos governos da ditadura militar tomaram, na Amazônia, conotações extremamente intervencionistas, de conseqüências inigualáveis em toda sua história.

O governo do país, após o golpe de 1964, foi exercido de forma centralizada e autoritária. Uma das estratégias para manutenção no poder foi a instituição do sistema bipartidarista - Arena x MDB - sendo que quem tinha poder, de fato, era o partido oficial do governo federal, a Arena. No Estado do Pará, logo depois do golpe, o então governador Aurélio do Carmo (PSD) foi cassado, acusado de mal aplicação dos recursos públicos, sendo substituído pelo tenente-coronel Jarbas Passarinho, um dos articuladores do golpe no Pará. A Arena permaneceu majoritária no poder político do Pará, tanto no governo do Estado como nos municípios e nos legislativos federal e estadual, até o fim do sistema bipartidarista, em 1979. Nas eleições realizadas em 1982, um opositor ao regime militar, Jáder Barbalho (PMDB), foi eleito governador.

O regime militar implementou um modelo de desenvolvimento nacional, baseado na concentração de terras e renda e no endividamento publico externo. A política de subsídios públicos ao setor privado apresentou-se na Amazônia de forma escandalosa através da política dos incentivos fiscais para a implantação de grandes projetos na região. Segundo Pere Petit, em decorrência "das preocupações geopolíticas da cúpula militar quanto ao controle dos espaços fronteiriços, deram-se grandes transformações

³⁸ Cf. PETIT, Pere. <u>A Esperança Equilibrista: a trajetória do PT no Pará.</u> Belém: BOITEMPO Editorial, NAEA, 1996, p. 41.

³⁹ Cf. PETIT PEÑARROCHA, Pedro. <u>Território e Política e Economia.</u> Op. Cit. p. 161.

socioeconômicas na Amazônia e o aceleramento de sua integração à economia nacional e internacionalⁿ⁴⁰

Destas preocupações teriam surgido os lemas: "integrar para não entregar" e "terra sem homens para homens sem terra". Subjacente a estas "pregações" existia a idéia da Amazônia como espaço vazio a ser ocupado, colonizado e explorado. Daí a política de incentivos fiscais para grandes grupos econômicos que aceitassem estabelecer empreendimentos agroindústriais e agropecuários na região com o objetivo de modernizála. Também, como parte das estratégias geopolíticas para a Amazônia, é que foram desenvolvidos projetos de colonização dirigidos pelo Estado, especialmente no Pará.

A principal medida do governo federal quanto a implementação deste processo de integração da Amazônia à economia nacional foi a criação, em 1966, da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia- SUDAM, a partir da qual foi viabilizada a política de incentivos fiscais aos projetos econômicos implantados na região. Além disso, a construção de rodovias - Belém-Brasília, Santarém-Cuiabá, Transamazônica e outras - e a elaboração do "II Plano de Desenvolvimento para a Amazônia (1975-1979) , que pretendia viabilizar os empreendimentos agropecuários, energéticos e minerometalúrgicos na região" foram também medidas importantes na consecução das intenções dos governos militares para a Amazônia. Dois megaprojetos, no estado do Pará, que contaram com o empenho político do governo e o investimento de recursos públicos foram a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí e a implantação do complexo mineralógico da serra dos Carajás - Projeto Grande Carajás. Segundo Pere Petit, no primeiro foi gasto pelo governo 7, 5 bilhões de dólares e, no segundo, em torno de 3,7 bilhões. 42

O processo de ocupação do Sul do Pará ocorreu, particularmente, como conseqüência desta política do governo federal. Na segunda metade da década de 60, diversos grupos econômicos oriundos, principalmente, da região sudeste adquiriram imensas parcelas de terras através dos incentivos da SUDAM⁴³. Era a época de abertura das grandes fazendas, processo que analisaremos mais adiante. O primeiro movimento que ocasionou num intenso fluxo migratório de outras regiões do país, particularmente do nordeste, para o Sul do Pará foi a abertura destas fazendas, processo na época alardeado como de implantação de grandes projetos agropecuários. A lógica era de que o

__

⁴⁰ PETIT, Pere. A Esperança Equilibrista. Op. Cit., p. 35.

⁴¹ Idem, Ibidem, p. 36. ⁴² Idem, Ibidem, p. 38.

desenvolvimento estaria chegando para transformar esta região num espaço produtivo, povoado e civilizado. Tal compreensão foi mantida através da expropriação, de antigos camponeses e moradores locais, pela utilização dos mecanismos da fraude e da violência para expulsá-los de suas terras e os transformarem em mão-de-obra, conforme as demandas de abertura da fronteira agropecuária. Desta forma, se no primeiro momento a principal atividade era a derrubada do mato para formar pastos, as levas de peões trazidos do nordeste complementavam a ainda escassa mão-de-obra local. Posteriormente, vieram da região Sul do país as empresas madeireiras que também redirecionaram e absolveram um importante contigente de trabalhadores que chegava de todas as regiões em busca de trabalho.

Os resultados da política de "expansão e modernização agrícola" na Amazônia são seriamente questionáveis. Os chamados projetos agropecuários, financiados pela SUDAM, tornaram-se, nada menos, que grandes latifúndios improdutivos, propiciando, especialmente, uma estrutura agrária de grande concentração de terras.

"Em 1960, existiam no Pará 33 estabelecimentos rurais com mais de 10 000 hectares. Vinte anos depois, já eram 199, ocupando 35,7% das áreas agrícolas cadastradas, enquanto repartia-se entre 81 048 camponeses com propriedades de menos de 10 hectares 1,5% das terras agrícolas. Em 1985, segundo dados extraídos das estatísticas cadastrais do INCRA por Alfredo Wagner Berno de Almeida, pelo antropólogo, já eram 451 os imóveis rurais com área igual ou superior a 10 mil hectares no Estado do Pará.

Outros dados ajudam-nos a questionar o progresso que a 'modernização agrícola' proporcionou à região amazônica. Os pequenos produtores do Pará e Amapá com propriedades inferiores a 100 hectares, mesmo sem quase nenhuma ajuda oficial e ocupando apenas 20,3% das terras agrícolas, fornecem 68% do valor total da produção agropecuária desses dois Estados. Se forem considerados apenas os alimentos básicos, como arroz, milho e feijão, tal porcentagem eleva-se para 80%. Esses produtores são também os principais responsáveis pelo

⁴³ Na realidade, desde o início da década de 1960 ocorria o processo de formação das grandes fazendas nesta região, a partir dos chamados "pioneiros". Para a região do Araguaia vale lembrar as famílias



fomecimento de pimenta-do-reino, cacau e materias-primas industriais, como a juta, malva e algodão".44

Mesmo depois do fim do regime militar, os sucessivos governos federais e estaduais não demonstraram interesses em reverter essa lógica de desenvolvimento para a região amazônica. O Estado sempre favoreceu a ampliação dos latifúndios, através dos incentivos fiscais e da conivência, direta ou indireta, com a violência praticada por estes, contra lavradores/posseiros e povos indígenas. Os permanentes conflitos agrários, dos quais decorrem inúmeras mortes de trabalhadores rurais e líderes sindicais, foram sempre uma marca no Pará. Em 1991, o padre Ricardo Rezende informava que de 1 603 mortes de trabalhadores rurais e de líderes sindicais, políticos e religiosos ocorridos no Brasil, entre 1964 e 1990, 503 aconteceram nos municípios paraenses. 45 E ainda, segundo dados do Idesp, os anos de maior ocorrência de mortes no Pará relacionadas ao conflito agrário foram 1985 (101), 1986 (129) e 1987 (81).46 A política governamental de não implementação, de fato, da Reforma Agrária e a impunidade que predomina nos casos de mandantes e assassinos de trabalhadores rurais são os principais fatores da ocorrência de tantos conflitos e mortes, no Sul do Pará em especial. Os três anos, acima indicados, foram também de organização e articulação da União Democrática Ruralista-UDR em todo o Brasil⁴⁷, que atuava nos campos político-parlamentar - como por exemplo na Constituinte de 1988 - e político-militar. No Pará, suas principais lideranças eram fazendeiros do Sul do Pará e de Paragominas⁴⁸, alguns deles membros da direção nacional da entidade⁴⁹.

Lanari do Val, Lunardelli e Malzoni.

⁴⁴ PETIT, Pere. A Esperança Equilibrista, Op. Cit., p. 40-41.

⁴⁵ PETIT PEÑARROCHA, Pedro. <u>Território e Política e Economia</u>, Op. Cit. p, 170.

⁴⁶ Apud. Idem, Ibidem, p. 172.

⁴⁷ No início do ano de 1985, antes da criação da UDR, foi fundada no Sul do Pará uma Associação de Produtores Rurais, num momento em que noutras regiões do Brasil também se criavam associações de fazendeiros, dentre estas, Associação dos Produtores Rurais do Médio Norte Goiano e Associação dos Fazendeiros do Xingú. Sobre a Associação dos Fazendeiros do Sul do Pará, encontramos uma matéria no jornal Nas Terras do Araguaia-Tocantins, de 1985: "Em meados do mês de janeiro, foi criada a Associação dos Produtores Rurais do Sul do Pará (APRUSP), para enfrentar, com união e organização, os problemas fundiários. Esta Associação foi fundada contando de início com cerca de 20 empresários rurais, prontos para arrecadar entre si recursos consideráveis, 'capazes de torná-la efetivamente uma das mais fortes e influentes no Estado' do Pará. Terá um trabalho de 'catequese' juntos aos demais produtores, lutará contra as chamadas 'invasões' de terra, pressionará o Governo em vista de seus interesses, terá condições para dar apoio físico frente às 'invasões' de terra. (O Liberal, 10 de março de 1985)". NAS TERRAS DO ARAGUAIA-TOCANTINS, outubro/novembro de 1985.

⁴⁸ Cf. Idem, Ibidem, p. 172, e, FERNANDES, Marcionila. <u>Donos de Terras: Trajetórias da União Democrática Ruralista – UDR.</u> Belém: UFPA/Dissertação de Mestrado, NAEA.

⁴⁹ A UDR Nacional foi formalizada em julho de 1986 e na sua diretoria encontrava-se cinco (05) membros com negócios estabelecidos no Pará. São eles: Roque Quagliato (SP/PA), Udelson Nunes Franco (MG/PA), Jairo de Andrade (GO/PA), Cesmar Moura de Oliveira (SP/PA) e Célio Vilela

No Sul do Pará, o centro de articulação da UDR foi o município de Redenção. A entidade, em nível regional, foi ali constituída no dia 17 de maio de 1986⁵⁰, evento realizado no Parque de Exposição Agropecuário local. Nesta ocasião, além de lideranças políticas⁵¹ e fazendeiros locais, estiveram presentes líderes da UDR de outros Estados, como Ronaldo Caiado. Uma das atividades desenvolvidas pela organização era os leilões de gado bovino, que caracterizavam-se como momentos de mobilização/articulação da classe ruralista e também de levantamento de recursos para implementação das ações dos fazendeiros⁵². Em Redenção, segundo o vice-prefeito em exercício na época, Paulo Moscateli, tinha mês de se vender em leilões 3 mil cabeças de gado.⁵³

No período acima descrito, importantes lideranças da esquerda paraense foram assassinadas, como os advogados Paulo Fontelles (PCdoB) em junho de 1987, e João Batista (PSB) em dezembro de 1988.⁵⁴ No município de Rio Maria, o sindicalista e também membro do PCdoB, João Canuto, foi assassinado em 1985.

No contexto da luta pela terra e de violência no Sul do Pará, desde o regime militar, a Igreja Católica exerceu um importante papel na organização e defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. O Movimento de Educação de Base-MEB e a Comissão Pastoral da Terra-CPT, até inícios da década de 1980, apoiaram os trabalhadores na articulação da oposição sindical, que em 1985 conquistou o STR de Conceição do Araguaia; também acompanhavam casos de conflitos de terra que ocorriam neste período. A partir da década de 80, a CPT continuou prestando serviços de apoio aos trabalhadores rurais, inclusive acompanhamento jurídico. O MEB permanece durante a década de 1980, pontualmente,

Andrade (MS/PA). Os quatro primeiros, com fazendas no Sul do Pará. Cf. FERNANDES, Marcionila. Op. Cit. p.111.

⁵² Segundo Sr. Antônio Henrique do Amaral, fazendeiro e presidente do Sindicato Rural de Redenção no período de 1986 a 1992, o SRR atuava conjuntamente com a UDR na realização de leilões para angariar verba a fim de garantir a aprovação do direito de propriedade. (Depoimento oral, em 06.10.99, em Redenção).

Entrevista com Paulo Moscateli, em 24.03.99. Paulo Moscateli foi o primeiro vice-prefeito do município de Redenção, entre os anos de 1983-1988, único cargo que assumiu na política institucional até hoje. Chegou à região em 1969, lavrador, vindo do estado de Goiás (hoje, Tocantins), logo conseguiu um emprego na Prefeitura de Conceição do Araguaia. Em 1972, veio para Redenção, onde

trabalhava como gerente de um posto de gasolina. Atualmente, trabalha numa loja de pneus. ⁵⁴ PETIT PEÑARROCHA, Pedro. <u>Território e Política e Economia</u>, Op. Cit. p. 174.

Segundo dados levantados, em 1986, por Gaudêncio Lisboa dos Santos [op. cit.], neste período, o presidente da UDR [núcleo do Sul do Pará] era Roque Quagliato. O grupo Quagliato "é dono de usinas de açúcar em Campinas – São Paulo – Usina São Luiz, e possui grandes propriedades de terras nesse mesmo Estado, no Centro-Oeste e em vários municípios da Amazônia; em Xinguara, o grupo tem cinco grandes propriedades. Mais recentemente, os Quagliatos expandiram suas propriedades, estabelecendose também no Paraguai." FERNANDES, Marcionila. Op. Cit. p.104.

Os prefeitos de Redenção, Arcelide Veronese, e de Conceição do Araguaia, Orlando Mendonça. Também esteve presente, Luís Vargas, posteriormente, prefeito de Redenção. Cf. Idem, Ibidem, p. 118.

fazendo formação sindical e acompanhando grupos de mulheres rurais, em Conceição do Araguaia. ⁵⁵

O cenário político no Estado do Pará, a partir da eleição de Jáder Barbalho para governador em 1982, é de ascensão e hegemonia do PMDB no poder político até inícios da década de 1990. Este quadro correspondia também com a tendência em nível nacional, em meados da década de 80, quando o PMDB assume a presidência da República na articulação da Aliança Democrática (PMDB-PFL). Isto, no entanto, não nos leva a desconsiderar a política de alianças implementadas por Jáder Barbalho para estender e manter seu poder no Estado. Exemplo disso é o caso do município de Marabá, onde Jáder num primeiro momento foi oposição, mas logo se aliou a principal família oligárquica local, os Mutran.⁵⁶ O PMDB manteve-se no poder político do Estado por três mandatos consecutivos, através dos seguintes nomes: Jáder Barbalho-Hélio Gueiros-Jáder Barbalho. Em 1994, o candidato apoiado pelo PMDB, Jarbas Passarinho, foi derrotado por Almir Gabriel do PSDB, que seria reeleito em 1998⁵⁷. A principal característica dos governos de Almir Gabriel tem sido a implementação de iniciativas políticas neoliberais, seguindo a orientação política do governo federal, tendo na presidência Fernando Henrique Cardoso. E é interessante observar que desde 1994 a presidência da República é ocupada também por um representante do PSDB, sem desconsiderar que o partido que dá direção efetiva ao governo do país seja o PFL.

A política governamental nacional desde inícios dos anos 90 tem sido a implementação dos pressupostos neoliberais. Obedecendo orientações de organismos internacionais, principalmente do Fundo Monetário Internacional - FMI, os governos brasileiros - desde Fernando Collor de Melo(PRN)⁵⁸ e, particularmente nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso⁵⁹ - têm implementado medidas de redução do Estado nos

Neste período, o MEB passa a priorizar as ações voltadas para o campo urbano. Para maiores conhecimentos sobre a ação da Igreja neste período, ver: FIGUEIRA, Ricardo Rezende. <u>A Justiça do Lobo.</u> Petrópolis: Vozes, 1986.

⁵⁶ Cf. PETIT PEÑARROCHA, Pedro. <u>Território e Política e Economia</u>, Op. Cit.

⁵⁷ Venceu as eleições contra Jáder Barbalho, então senador da República pelo PMDB. E vale ressaltar que a aliança PMDB-PFL, reunindo novamente Jáder Barbalho e Hélio Gueiros em palanque, revelou a tentativa deste grupo de recuperar seus lugares no governo do Estado. O enunciado se referindo a união, novamente, de Jáder e Hélio, deve-se ao fato da disputa entre ambos pelo controle do PMDB no Pará, o que levou Hélio Gueiros para o PFL.

⁵⁸ Venceu em 1989 a disputa eleitoral contra Luís Inácio Lula da Silva (PT) e, em 1992, foi afastado do governo por processo de Impeachment (acusado de corrupção) deflagrado por intensa mobilização-social em todo país. O vice-presidente, Itamar Franco, assumiu o governo até o final do mandato, elegendo em 1994 seu ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

⁵⁹ Foi eleito em 1994, eleição na qual Luís Inácio Lula da Silva era novamente candidato. Foi re-eleito em primeiro turno em 1998, tendo novamente como principal concorrente Lula. Sua proposta de

seus mecanismos de regulador do desenvolvimento econômico-social. Dentre as principais medidas, destacamos: as privatizações de empresas estatais ligadas à área da produção nacional-estratégica e de empresas que oferecem serviços essenciais à população; as medidas de redução dos gastos públicos, transformadas em cortes nos recursos destinados às políticas sociais, em detrimento da grande quantia de recursos repassados ao setor financeiro - através dos bancos privados e de medidas para evitar a derrocada do sistema financeiro e política econômica neoliberal - e para pagamento da dívida externa. O plano político-econômico neoliberal implementado no Brasil, nestes últimos anos, tem levado assim a uma crescente desestruturação dos serviços públicos essenciais (saúde, educação, etc.)⁶⁰ e à estagnação da economia produtiva, gerando uma crise recessiva sem tamanho, cujas conseqüências mais visível são o desemprego em massa e o aumento da pobreza.

Os projetos econômicos de desenvolvimento para a Amazônia implementados, direto ou indiretamente, pelos sucessivos governos federais e estaduais, desde o regime militar, revelaram-se insustentáveis do ponto de vista ambiental, social e econômico. A prática política elitizada e autoritária, por outro lado, não propicia o debate público sobre estes resultados, nem tampouco sobre o planejamento de novos rumos. É característico do poder político nesta região a subserviência aos interesses privados, isto quando não são as próprias elites econômicas locais que possuem o controle direto do aparato institucional do Estado.⁶¹

"Ao contrário dos projetos de décadas atrás, especialmente os do Pará, que foram implementados pelos governos (principalmente o governo federal), estes novos projetos estão sendo implantados em nome da iniciativa privada. Grupos empresariais, nacionais e internacionais, empresários regionais, estatais recém-privatizadas (caso da Vale do Rio Doce) são os novos gerenciadores dos projetos. Entretanto, a fachada de iniciativa privada serve muito para ocultar o grande volume de investimentos públicos que estão sendo empregados na viabilização destes projetos. Em forma de subsídios fiscais, contrapartida em infra-estrutura,

governo centrada no plano de estabilização da moeda e controle da inflação (Plano Real), iniciado ainda quando era ministro da fazenda de Itamar Franco, foi o seu principal guindaste eleitoral.

Principalmente quando a necessidade é ainda a implementação da equidade, qualidade e universalização destes serviços públicos, garantidos como direitos sociais essenciais de todos os cidadãos.

isenção de impostos, fornecimento de água, energia, terrenos, construções de estradas, aumento da alíquota de importações, abertura de linhas de crédito são exemplos das diversas "contribuições" do poder público à implantação dos projetos pela iniciativa privada. Sempre vazios quando se trata de incentivar iniciativas populares, os bolsos do governo abrem-se com facilidades para patrocinar as atividades econômicas da iniciativa privada. Em síntese, os projetos têm o caráter privado quando se referem à forma de administração, ao contrato com a mão-deobra, à supressão de incentivos sociais (como a destinação de parte do lucro para atividades sociais), mas estão sendo financiados em grande parte pelo dinheiro público".62

Vale ressaltar ainda o caráter da economia paraense, implementada através das políticas de ocupação e exploração econômica da Amazônia, via de regra voltada para a exportação. Baseada nas atividades do setor primário, o extrativismo mineral e vegetal⁶³ ocupam lugares de destaque. A pecuária - de corte, em especial⁶⁴ - também apresenta-se como outra proeminente atividade econômica. E, ainda, a agricultura que, além da subsistência, garante o abastecimento de parte do mercado regional. A agricultura mecanizada, ainda pouco praticada, vem recebendo incentivos do governo do Estado, através dos projetos de cultivo da soja (Paragominas e Sul do Pará).

⁶¹ Enquanto isto, a relação com o conjunto da sociedade é marcada por práticas assistencialistas, paternalistas e autoritárias.

⁶² MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE, Regional MAPA. <u>Conhecer para Intervir. um olhar sobre o Pará e Maranhão.</u> Brasília: MEB, 1998, p. 140-141.

⁶³ Minério - ouro(especialmente década de 1980) e o ferro; Vegetal - castanha-do-pará(até fins da década de 1970 - Polígono Castanhal do Tocantins) e Madeira.

⁶⁴ Na região Sul do Pará, existem atualmente três frigoríficos: Frigorifico Atlas, localizado no município de Santana do Araguaia; Mafripar, em Xinguara; e Frigorifico Redenção, em Redenção. O Frigorifico Atlas foi construído em fins da década de 1970 e inícios da década seguinte, como um dos projetos beneficiados pelos incentivos da SUDAM, e, aglomerava diversos grupos econômicos. Atualmente, a maioria de suas ações pertence a um grupo econômico de Redenção, denominado *Grupo Juary* (75% das ações), sendo um de seus sócios Eduardo Carvalho Pereira. Os 25% restantes das ações pertencem a uma das antigas empresas no negócio, *Grão Pará*. (Informações concedidas por um funcionário do Frigorífico, no escritório de compra de gado em Redenção, em 1998). Segundo informações do referido funcionário, o frigorifico possui capacidade de abate de 1500 cabeças de gado por dia. O Frigorifico Atlas, depois que ficou pronto, no início da década de 1980, ao que tudo indica não funcionou por muito tempo, ficando até por volta da segunda metade da década de 1990 paralisado, sendo feito apenas a manutenção dos equipamentos. Mesmo depois de mais de uma década de construído, segundo o mesmo funcionário, os equipamentos representam tecnologia avançada e o frigorifico ainda é um dos maiores do Brasil.

CAPÍTULO II - Redenção: Povoado e Distrito de Conceição do Araguaia

1. As grandes fazendas e a formação do povoado

As fontes primárias (oficiais ou não) e estudos acadêmicos acerca do surgimento dos povoados (e posteriormente municípios) no Sul do Pará apresentam uma interpretação similar. O estudo acerca do processo de ocupação desta região, realizado pelo sociólogo Otávio Ianni e sistematizado no livro A Luta Pela Terra, 65 sem entrar no mérito do método de análise adotado, é uma importante contribuição à história econômica desta região paraense.

Na interpretação de Otávio Ianni, o surgimento e estabelecimento dos povoados nesta região está relacionado à expansão capitalista na Amazônia, através da chegada das empresas agropecuárias, incentivadas e subsidiadas pela SUDAM nas décadas de 1960 e 1970.

O período do auge da exploração do caucho na região, na primeira metade deste século, propiciou a formação de pequenos aglomerados às beiras dos trilhos na mata como apoio à atividade de extração da borracha. Neste período, sabe-se que na localidade onde hoje é a cidade de Redenção, mas precisamente onde se encontra o cemitério municipal, existiu um aglomerado deste caráter. A localidade era denominada de "Boca da Mata", porque ficava na divisa entre o cerrado e a floresta tropical. Segundo relato de José Alves Lordeiro⁶⁶, este vilarejo "chegou a ter mais de vinte (20) casas com aproximadamente duzentos (200) habitantes".⁶⁷ Porém, com o enfraquecimento das atividades de extração da borracha, este povoado se desfez, reduzindo-se a um rancho que servia de pousada para os tropeiros. Segundo José Alves Lordeiro, este local era denominado de "solta", "pelo fato de ser o lugar onde os tropeiros soltavam os animais para pastar". Além da função de hospedar os tropeiros que passavam pela localidade, este rancho "servia como ponto de abastecimento para as fazendas da região." ⁶⁸

⁶⁸ Apud. Idem, Ibidem, p.4

⁶⁵ IANNI, Otávio. <u>A Luta pela Terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia</u>. Petrópolis: Vozes, 1978.

⁶⁶ Antigo morador do município de Redenção, entrevistado por Gaudêncio Lisboa dos Santos em 1986, quando da elaboração de seu trabalho: "Alguns Dados sobre Redenção".

⁶⁷ SANTOS, Gaudêncio Lisboa dos. *Alguns Dados sobre Redenção*. mimeo, Redenção, 1986. p. 4

Segundo Otávio Ianni, com o declínio das atividades de extração da borracha, houve um movimento de fixação dos trabalhadores na terra e o desenvolvimento de atividades ligadas a agricultura de subsistência. Este processo propiciou a estruturação de uma economia campesina combinada com la prática de algumas atividades extrativas. A forma como os trabalhadores, antes envolvidos principalmente com a extração da borracha, se organizaram nas suas relações de produção e com a natureza eram adequadas às particularidades da região e às condições de sobrevivência por ela oferecida. As dificuldades nos transportes, principalmente, contribuiram para uma forma de organização social da produção voltada para o autoconsumo, sem a produção de grandes excedentes para ser comercializada na cidade de Conceição do Araguaia ou mesmo em Belém. Neste contexto, a relação dos trabalhadores com a propriedade da terra dava-se mais por um princípio de legitimidade do que de legalidade. Mesmo porque, na região ainda se encontrava muita terra para ser ocupada. Desta forma, a preocupação em legalizar a propriedade da terra não aparecia como uma necessidade ao trabalhador, que estava culturalmente acostumado com o princípio de posse da terra, pela qual estar morando e plantando seria o suficiente para ser reconhecido na condição de "dono" da área cultivada/ocupada.69

Na década de 1960, inicia-se o processo de formação das grandes fazendas. E neste período a localidade "Boca da Mata" volta a se tornar movimentada e povoada, devido seu posicionamento físico-estratégico para a instalação das fazendas na região.

"Pequenos grupos de pessoas saíam do município de Conceição do Araguaia em busca de trabalho nas grandes fazendas, grandes aberturas que estavam se iniciando, não havia nem como chegar, nem como penetrar. E esses grupos de pessoas que vinham de Conceição do Araguaia no final da década de 50 início da década de 60 eles se alojavam exatamente num linha divisória que existia, que existe, que é a linha divisória do cerrado com a floresta tropical. Porque Redenção está exatamente situada nessa linha divisória do cerrado para a floresta tropical (conforme foto de satélite). E as pessoas vinham de Conceição por caminhos

⁶⁹ "Segundo dados censitários (Ianni, 1978, p.75), até 1950, de 302 estabelecimentos agrícolas apenas 1 tinha o registro de propriedade na região do Araguaia. Em 1960, os estabelecimentos rurais totalizavam 982 imóveis, apenas 2 eram titulados e 980 eram posses. A área média destes últimos era de 98 hectares. A população total da região, segundo a mesma fonte, era de 11.283 habitantes. Deste total, 75% viviam no meio rural." Apud. FERNANDES, Marionila. Op. Cit. p.37.

dificeis e quando chegavam nas bocas, nas beiras das florestas elas ali paravam e acampavam. (...)

E aí essas pessoas penetravam na floresta para fazer as demarcações das fazendas de gado e depois voltavam para o povoado que lá estava, esse povoado por nome Boca da Mata."70

No início da década de 1960, grupos econômicos oriundos de tradicionais famílias paulistas abriram grandes fazendas na região do Sul do Pará. Denominados de "Pioneiros", estes grupos eram ligados às atividades agropecuárias ou agro-industriais e urbanoindustriais em seu Estado de origem. Destacaremos para este trabalho as famílias Lanari, Malzoni e Lunardelli 71. O representante da primeira família citada era João Lanari do Val, "Industrial, descendente das oligarquias do café em São Paulo, pioneiro na apropriação de terras no Paraná"72 e também tinha uma fazenda de 20 mil alqueires em Goiás. Chegando à região do Sul do Pará, João Lanari do Val apropriou-se de 160 mil alqueires de terra (768.000 hectares), sendo que 80 mil alqueires foram logo vendidos a outros empresários paulistas. Entre 1962-63 foram emitidos os títulos definitivos do que seria a Fazenda Santa Teresa, constituída de sessenta e quatro (64) lotes de 900 alqueires, em nome de 74 área equivalente a 10% do total da área do município de Conceição do Araguaia. Esta área pertencente a João Lanari do Val, denominada Fazenda Santa Teresa⁷⁴, constituía o 3º maior imóvel rural em extensão territorial no Estado do Pará⁷⁵. "Posteriormente, os Lanari adquiriram mais cinquenta mil (50.000) hectares, agora com aprovação do INCRA, através de um projeto de colonização privada".76 A família

⁷⁰ Entrevista realizada com Raimundo Saraiva Rodrigues, em 18.03.99, Redenção-Pa. Saraiva Rodrigues chegou em Redenção em 1983 com o objetivo de realizar pesquisa para elaboração de seu trabalho de pós-graduação(especialização) na UFCE. O tema do trabalho era: Como se estruturam/formam as cidades. Veio e ficou em Redenção, não voltando mais para terminar o curso na Universidade. Trabalhou como secretário de educação na primeira administração municipal. Durante todos esses anos, sempre esteve ligado ao serviço público nas diferentes administrações. Atualmente é assessor de planejamento da Prefeitura. Escreveu um livro didático contendo algumas informações sobre a história de Redenção, principalmente história política, o qual é citado em alguns momentos neste trabalho. Também é filiado ao Partido Social Cristão.

⁷¹ As informações referentes a estas famílias aqui apresentadas estão presentes na Dissertação de Mestrado de Marcionila Fernandes, Op. Cit. pp. 44-53.

⁷² FERNANDES, Marcionila. Op. Cit. p.44

⁷³ Devido dispositivo legal limitar a área de terra a ser vendida a uma mesma pessoa, a fazenda de João Lanari do Val foi dividida em lotes e utilizada para sua regularização nomes de parentes, amigos e empregados. Cf. Idem, Ibidem, p. 46

⁷⁴ Nome de fantasia era Companhia da Mata Geral (278.784 Ha).

⁷⁵ O primeiro lugar era ocupado pelo Projeto Jari (3.500.000 Há) e o segundo pela propriedade do Banco Denasa de Investimentos S/A (284.877 ha). FERNANDES, Marcionila. Op. Cit. p.46.

⁷⁶ Idem, Ibidem, p. 47.

Malzoni⁷⁷, juntamente com Eduardo Celestino Rodrigues⁷⁸, em 1961, ocupou 160 mil alqueires de terras; mesmo depois de uma parte ser vendida, foram constituídas as seguintes fazendas: Fazendas Caju S/A, Cristalino S/A, Fazenda Campo Alegre S/A e a Colonizadora Campo Alegre S/A. Estas áreas foram, por três vezes, beneficiadas com incentivos fiscais da SUDAM.⁷⁹ Os Lunardelli⁸⁰, chegando a região do Araguaia, apropriaram de 180 mil alqueires de terras, sendo que sua maioria eram terras devolutas. Dentre as fazendas que possuíam na região⁸¹, destacamos: "a famosa Fazenda CODESPAR — Companhia de Desenvolvimento do Pará S/A, a Fazenda Acapu, Grão Pará, Riachuelo e outras, situadas entres os municípios de Redenção e Conceição do Araguaia".⁸² Suas primeiras fazendas localizam-se onde hoje é o município de Santana do Araguaia. Os grupos Lanari e Lunardelli⁸³ participaram na criação da Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia, posteriormente denominada de Associação dos Empresários da Amazônia. Outros grupos continuaram a chegar na região, porém, no momento não nos deteremos a descrevê-los.⁸⁴

A partir da construção da rodovia Belém-Brasília e da criação da SUDAM⁸⁵, em 1966, o processo de ocupação da região ganha seus contornos mais complexos⁸⁶. Para

⁷⁷ Oriundos de São Paulo, eram importadores, comerciantes e industriais de materiais de construção. Cf. Idem, Ibidem, p. 48.

⁷⁸ Detentor de poder acionário em sete grandes empresas: CETENCO ENGENHARIA S/A (Quinta maior empresa de construção pesada do país), EVANS S/A Indústria e Comércio S/A, BRANSCONSULT Engenharia de Projetos S/A, Comercial e Agrícola São Venâncio Ltda., Cachoeira, Centenário, Participações e Empreendimentos Ltda., EXPAR S/A, Comércio e Indústria de Mobiliários Ltda. Ver. Idem, Ibidem, p.48

⁷⁹ Entre 1966/71, as três fazendas receberam financiamento. Em 1973, apresentando-se como empresa unificada, a Companhia e Agropastoril Vale do Campo Alegre e CIA, novamente é beneficiada com recursos da SUDAM. Posteriormente, recebe novos recursos numa operação denominada atualização financeira do projeto. Cf. Idem, Ibidem, p.49.

⁸⁰ A família Lunardelli é também proveniente de São Paulo. Era dona de fazendas de café em São Paulo e no Paraná, atuando também no beneficiamento e industrialização do café, além de ser dona de outros empreendimentos industriais, agrícolas e financeiros. Cf. Idem, Ibidem, p. 49.

⁸¹ Segundo Marcionila Fernandes, eram mais de 11 fazendas na região.

⁸² Idem, Ibidem, p.50.

⁸³ Estes dois grupos foram beneficiados com financiamento do SPVEA, em 1966, com dois projetos respectivamente (cada grupo).

respectivamente (cada grupo).

84 Apenas a título de citação, apontamos mais duas famílias: os donos da Fazenda Santa Fé, Paulo de Lacerda Quartim Barbosa e seus parentes e Roberto Nascimento e a família Junqueira, sócios das fazendas BEROCAN e AGROPECUS. Cf. Idem, Ibidem, p. 51.

⁸⁵ A SUDAM foi criada pela Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, "substituindo a SPVEA (Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia) que foi extinta no mesmo ano. Este órgão foi criado para atrair grupos empresariais nacionais e estrangeiros para a região, oferecendo-lhes facilidades amorais em créditos bancários, incentivos fiscais e vista grossa aos abusos aviltantes nas relações trabalhistas. Se há uma região onde a SUDAM agiu com especial desvelo na proteção aos interesses escusos do capital, essa região foi o sul do Pará. Até 1975, ela havia aprovado 33 projetos agropecuários para Conceição do Araguaia e 20 projetos para Sant'Ana do Araguaia. Conceição foi o município do país que até 1975 teve o maior número de projetos aprovados e Sant'Ana o segundo. Em

Otávio Ianni, estes acontecimentos foram determinantes para a criação e implantação de estabelecimentos agropecuários, como também para propiciar o inicio de um intenso fluxo migratório de outras partes do Brasil para esta região. Provavelmente a motivação para as primeiras levas de migrantes, vindos principalmente de Estados do nordeste, tenha sido a busca por um pedaço de terra ou por emprego nos projetos agropecuários. Posteriormente, nas décadas de 1970 e 1980, as atividades de extração do ouro e da madeira serviram como chamariz para um enorme contigente populacional que para cá veio na crença de conseguir uma vida melhor.

O principal impacto verificado deste processo de transformações na região se deu entorno da propriedade da terra, percebida como principal - senão único - meio de produção. A população camponesa local, com sua cultura - formas de organizar a produção e de lidar com a propriedade da terra - se percebe frente a uma nova lógica que em nada é compatível com a sua. Segundo Otávio Ianni, os conflitos são inúmeros e frequentes neste período. A regra básica do novo capital, apoiado pelo Estado, é a expropriação dos meios de produção dos trabalhadores rurais. A concentração fundiária é viabilizada pela expulsão dos posseiros (antigos moradores e novos, vindos como migrantes do nordeste, Goiás, etc.), mediante utilização de diversos instrumentos, em que a violência não era a exceção mas, geralmente, a regra. A aquisição de grandes parcelas de terras por particulares e/ou empresas agropecuárias era facilitada pelo governo, nas suas diversas instâncias e órgãos. A principal prerrogativa que supostos proprietários faziam valer frente aos posseiros era a de possuir um documento legal de propriedade da terra, muitas vezes falsificado. Em um texto de 20 de novembro de 1970, mimeografado e assinado por Dom Estêvão Cardoso de Avelar, frei Henrique Marques da Silva, frei Manoel Borges de Silveira e frei Alano Maria Pena, mais tarde bispo de Marabá, intitulado O problema dos posseiros nos municípios de Conceição do Araguaia e Sant'Ana do Araguaia - 1970 a Igreja local se pronuncia:

termos de valor financeiro, Conceição foi o segundo com 25,87% dos projetos e Sant'Ana com 27,02% do valor, o primeiro." Otávio Ianni, Apud. FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Op. Cit. p. 21. Segundo Marcionila Fernandes, destes 33 projetos, a maioria era projetos apresentados por grupos que ocuparam terras entre 1958 e 1963. E, ainda segundo a mesma autora, de 1966 a 1983, 72 projetos foram aprovados no Pará, sendo que 62 destes concentravam na região do Araguaia (BRASÍLIA. PRODIAT, 1982). Apud. FERNANDES, Marcionila. Op.Cit. pp. 57 e 60.

⁸⁶ "É o tempo de instalação de fazendas pertencentes ao Bradesco, à Volkswagen, à Manah, à Óleos Pacaembu, à Nixdorf, ao Bamerindus, a Severo Gomes, à família Lunardelli, à SUPERGASBRÁS e tantas outras." FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Op. Cit., pp. 22-23.

"De 1960 para cá começaram a aparecer as dificuldades e os perigos para os posseiros. O Estado vendeu grandes glebas nos dois municípios (Conceição e Sant'Ana) sem o cuidado de verificar se nelas havia ou não posseiros. Um belo dia o sr. José, o sr. Manoel, o sr. Francisco, moradores há 20, 30, 40 anos são visitados por um indivíduo ou por vários que lhes disseram: 'Essa terra é nossa, olha aqui o título'. Nasceu o problema dos posseiros. Agravou-se o problema com a entrada das Companhias, isto é, os grupos poderosos, sobretudo de São Paulo, que compraram milhares e milhares de alqueires para implantação das fazendas com o auxílio dos incentivos fiscais mediante um plano aprovado e incentivado pela SUDAM.

As companhias encontraram posseiros dentro de suas terras tituladas. Que aconteceu então?

Houve casos extremos em que todos os meios foram empregados para desalojar os posseiros: tapeação, mentira, perseguição, casas queimadas, roças invadidas, ameaças, etc... Aí estão os posseiros, às dezenas, para contar as suas próprias histórias".87

Os conflitos gerados a partir do processo de investida das empresas capitalistas contra os direitos de posse dos trabalhadores rurais, nesta região, já são bastante estudados nas produções acadêmicas, ou não, sobre esta região. 88

O surgimento do povoado de Redenção está relacionado ao estabelecimento das grandes fazendas na região, mais precisamente à Fazenda Santa Teresa, pertencente a família Lanari do Val. Outras cidades da região foram formadas a partir da constituição destas grandes fazendas⁸⁹, como por exemplo, Santana do Araguaia⁹⁰ e Rio Maria.

As fontes consultadas⁹¹ fazem referência a segunda metade da década de 1960, quando chega a esta localidade o Sr. Luís Vargas Dumont⁹², o agrimensor Gerudes Gomes,

88 Ver IANNI, Otávio, Op. Cit. e FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Op. Cit.

⁸⁷ Apud. FIQUEIRA, Ricardo Rezende. Op. Cit. pp. 21-22.

⁸⁹ "As perspectivas, do ponto de vista do 'colonizador', eram não só auferir lucros mas também de assegurar ambiência para fixar a força de trabalho nas proximidades das grandes fazendas." FERNANDES, Marcionila. Op. Cit. p.65.

 ⁹⁰ Fazenda Campo Alegre, do grupo CETENCO – famílias Malzoni e Eduardo Celestino Rodrigues.
 91 Ver SANTOS, Gaudêncio Lisboa dos. Op, Cit.; PREFEITTURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO, Planejamento da Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente, 1991; e SARAIVA RODRIGUES, Raimundo Nonato. Estudos Regionais. Redenção, 1995.

o engenheiro e também piloto de avião Carlos Ribeiro, o Sr. Ademar Guimarães e José Bueno Cintra⁹³. As primeiras ações destes homens que aqui chegaram, provavelmente vindos dos estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, foram a construção de um barraco e uma pista de pouso para avião⁹⁴. Este barraco funcionava como armazém para abastecimento local e das fazendas próximas à localidade; e, segundo José Alves Lordeiro, o principal produto comercializado era a cachaça. A pista de pouso para avião foi construída onde hoje existe a Avenida Brasil, antes Avenida Alacid Nunes, no centro da cidade. A primeira pessoa a manter na área uma aeronave teria sido Carlos Ribeiro.

A existência de uma pista de pouso para avião tornou a localidade no principal centro abastecedor da região. Percebemos, então, que o povoado de Redenção nasce cumprindo uma função referencial estratégica de articulação das atividades econômicas da região. Sua configuração centralizadora do abastecimento local não se limitava aos alimentos, equipamentos e outros implementos, mas também de gente que passara a chegar cada vez mais de outros Estados brasileiros. Conforme depoimento de Saraiva Rodrigues, foi do aglomerado de pessoas e moradias em torno da pista de pouso que originou a Vila Redenção:

"E lá em volta do aeroporto, da pista de pouso criou-se uma vila, uma vila de pessoas que trabalhavam em função daquele movimento: era uma pensãozinha, era um refeitório, uma farmácia muito precária, coisas muito precárias, que ficavam ali em volta da pista de pouso, justamente para atender aquele povo que pousava e decolava e que entrava para as fazendas. As fazendas grande aqui da região. Essa pista de pouso foi tomando proporções maiores, porque os vôos e decolagens aumentavam,

Ademar Guimarães e José Bueno Cintra chegaram na região, na realidade, no início da década de 1960, com João Lanari do Val. Os dois ajudaram, emprestando seus nomes, para que os Lanari do Val adquirissem grande quantidade de terras na região (Fazenda Santa Teresa). Devido dispositivo legal, a grande área foi dividida em 64 lotes de 900 alqueires, sendo legalizados em 1962, em nome de 74 pessoas. Cf. FERNANDES, Marcionila. Op. Cit. pp. 46-47.

⁵⁴ Algumas destas pessoas eram ligadas à Fazenda Santa Teresa – como por exemplo, Ademar Guimarães, José Bueno Cintra e Luís Vargas -, daí que a pista de pouso foi construída nesta fazenda, e,

serviu durante anos como ponto de embarque e desembarque de mercadorias e pessoas.

⁹² Foi administrador da Fazenda Santa Teresa na década de 1960, e também tinha em seu nome um lote de 900 alqueires de terra [da referida fazenda]. Veja próxima nota, abaixo. Informações orais de Sr. Antônio Henrique do Amaral (em 06.10.99), fazendeiro que chegou a esta região em 1965. Segundo Sr. Henrique do Amaral, no final da década de 1960, Luís Vargas teria se desentendido com o proprietário da fazenda Santa Teresa, "vendido" seu lote de 900 alqueires de terra para João Lanari do Val, e retornado para Goiânia.

não havia estrada e não havia também como atravessar o Rio Araguaia, não havia ponte. Então tinha que ser de avião. E quando ela tomou proporções maiores, logicamente aumentou também o contigente de pessoas em volta daquela pista: trabalhadores, comerciantes, pessoas que vinham em busca de uma exploração, ..." (Saraiva Rodrigues).

O povoado foi fundado a 21 de setembro de 1969, sendo um dos seus principais fundadores, oficialmente reconhecido, Luís Vargas Dumont, com a contribuição de Gerudes Gomes e Carlos Ribeiro⁹⁶. Os primeiros loteamentos efetuados pelos fundadores da vila foram realizados em volta do armazém e da pista de pouso para avião, em área pertencente provavelmente a Carlos Ribeiro, próxima da Fazenda Santa Teresa⁹⁷. Segundo informações da SUDAM, o proprietário da área "percebendo que a localidade estava situada em ponto estratégico, podendo servir de apoio aos projetos que se implantavam, transformou-se de imediato em corretor. Os lotes com áreas de 300m², no perímetro urbano, eram vendidos em 1972 por Cr\$ 3.000,00, sendo a transferência efetivada por intermédio de escritura particular". S À época de sua criação, o povoado de Redenção foi objeto de um pequeno planejamento urbano, por parte de seus fundadores. Carlos Ribeiro, o dono das terras onde foi fundado o povoado, por não morar na localidade, nomeou Luiz Vargas para gerenciar seus negócios s Este, após a morte acidental de Carlos

95 SARAIVA RODRIGUES, Raimundo Nonato, Op. Cit. p. 20.

⁹⁹ Talvez já fizesse parte do acordo, quando associaram-se para fundar aqui um povoado.

25 -

⁹⁶ Segundo Sr. Henrique do Amaral, Gerudes Gomes ajudou Luís Vargas a desenhar o traçado urbano de Redenção. E Carlos Ribeiro tinha sido, anteriormente, garçom em um grande Hotel em Minas Gerais. Posteriormente abriu uma empresa de corretagem em São Paulo. Sua presença na região se deu em função deste seu trabalho enquanto corretor de imóveis. Devido os contatos que tinha, desde quando era garçom do Hotel em Minas Gerais, foi corretor das grandes áreas [fazendas] desta região. (Informações orais, Antônio Henrique do Amaral, em 06.10.99, Redenção).

⁹⁷ Segundo Paulo Moscateli, parte das terras era da Fazenda Santa Teresa, mas outra parte, justamente onde existia a pista de pouso era de Carlos Ribeiro. Ou seja, no período de formação do povoado as terras envolvidas não pertenciam à fazenda Santa Teresa. Posteriormente com o crescimento da cidade e atualmente ela está situada em áreas antes pertencentes a fazenda. Segundo Sr. Henrique do Amaral, Luís Vargas quando deixou de ser administrador da fazenda Santa Teresa e retornou à Goiânia, teve a idéia de criar aqui um povoado. Luís Vargas então convidou Carlos Ribeiro para ser sócio na fundação da cidade. A função de Carlos Ribeiro teria sido apenas fornecendo o recurso financeiro para a compra das terras onde foram efetuados os primeiros loteamentos.

⁹⁸ SUDAM, Algumas Considerações sobre os Problemas Sócio-Econômicos Enfrentados pelos Migrantes na àrea do Pólo Carajás, Belém, 1975. Apud. IANNI, Otávio. Op. Cit. p. 108.

Ribeiro¹⁰⁰, assumiu de vez o comando sobre o processo de venda dos lotes e registro do referido loteamento em Goiânia.

Segundo Saraiva Rodrigues, a principal fonte de renda da família Vargas durante a década de 1970 foi o negócio com a venda de lotes urbanos. Para o mesmo, Luiz Vargas foi o primeiro latifundiário urbano local. Não só Luiz Vargas possuía grandes parcelas de terras urbanas em Redenção, como também Ademar Guimarães. Obre a procedência de Luís Vargas e o que é comumente aceito como suas primeiras ações na região, vejamos o texto a seguir:

"Na manhã do dia 21 de setembro de 1969, o agricultor mineiro Luís Vargas Dumont fundava a cidade de Redenção, a 96 Km de Conceição do Araguaia...

Luís Vargas, o idealizador e fundador de Redenção, chegou na região há mais de 20 anos: veio de Goiânia, com sua mulher, Terezinha A. Vargas Dumont, a convite de amigos para trabalhar numa indústria açucareira que iriam fundar. As dificuldades eram enormes: além de não haver estradas, os índios Caiapós, que eram aproximdamente 2 mil, que habitavam a área, hostilizavam quem chegasse.

Os anos foram passando, chegou 1969 e a idéia de Vargas - fundar uma cidade - transformou-se em realidade. O primeiro passo foi construir seu rancho, uma escola e o rancho de seu companheiro, Ademar Guimarães. Depois, fez um plano de crescimento para a cidade que, segundo ele, está ultrapassado, mas 'ainda agüenta uns 50 anos'". 102

Em meados da década de 1970, o povoado de Redenção possuía uma estrutura urbana superior à da sede do município. 103

Existem controvérsias quanto a origem do nome do povoado. No trabalho de Gaudêncio Lisboa, na fala de José Lordeiro, o nome de Redenção era o mesmo de um

__

^{100 &}quot;O Carlos Ribeiro toda vida morava em São Paulo. Ele tinha até um aviãozinho para vir para cá. Até um dia ele veio aterrizou aqui, levantou foi embora pra Belém e caiu dentro da Baia de Guajará". (Paulo Moscateli)

¹⁰¹ Saraiva Rodrigues, entrevista realizada em 18.03.99.

¹⁰² DIÁRIO DE CARAJÁS. Ano I, nº 01, 30 de maio de 1981, Conceição do Araguaia, p. 15.

¹⁰³ IANNI, Otávio. Op. Cit., p. 108.

bairro de Goiânia¹⁰⁴. Mas, outros documentos pesquisados afirmam que sua origem foi em função de uma homenagem ao Marechal Cândido Rondon, que num de seus pousos pela região teria chamado-lhe de Redenção, devido acreditar na sua enorme potencialidade. No primeiro número do jornal *Diário de Carajás*, de 30 de maio de 1981, de Conceição do Araguaia, consta sobre a história da fundação de Redenção, que o seu nome "deve-se ao marechal Cândido Rondon que definiu uma travessia sua do Rio Araguaia como 'Redenção".

Os objetivos que motivaram a fundação de um povoado nesta região, na fala de seu "fundador oficial", era "conquistar a Amazônia, tornar a região conhecida, principalmente no campo da mineralogia e áreas agricultáveis, em função dos projetos agropecuários que a Sudam implantava há 12 anos". O que sabemos, independente de quem tenha tido a idéia de estruturar o povoado ou mesmo se isto não tenha ocorrido assim de forma clara e intencional, é que havia uma percepção do papel que a localidade poderia vir desempenhar no conjunto da região, devido sua localização 106, qualidade do solo e riqueza do subsolo 107.

No ano de 1981, quando Luís Vargas concedeu entrevista ao jornal *Diário de Carajás*, Redenção já era distrito de Conceição do Araguaia e estava com sua emancipação política quase certa, fato que ocorreu em 1982. Portanto, as opiniões por ele emitidas certamente estão influenciadas por este novo momento e perspectivas políticas que se desenhavam para a localidade. Inclusive o mesmo, na primeira eleição municipal realizada em 1982, concorreu ao cargo de prefeito. Mesmo ressaltando as dificuldades dos primeiros tempos do povoado, Luís Vargas afirma que sua fundação foi como "a plantação de uma semente boa em campo fértil" As dificuldades eram principalmente nos aspectos da comunicação e transporte. Uma viagem à Conceição do Araguaia, sede do município, era feita em cima de cavalos e demorava três(03) dias. Os alimentos que abasteciam os habitantes eram colhidos nas proximidades do povoado e eram basicamente arroz, milho e mandioca. Segundo Luís Vargas, "ninguém pensava em ficar doente". Na opinião do mesmo, "valeu a pena ter fundado Redenção. Foi uma experiência a mais.

¹⁰⁴ Também Sr. Henrique do Amaral afirma esta versão. Luís Vargas vindo de Goiânia teria, então, colocado o mesmo nome do bairro que conhecia lá.

¹⁰⁵ DIÁRIO DE CARAJÁS. Ano I, nº 01, de 30 de maio de 1981. Conceição do Araguaia. p. 15.

^{106 &}quot;O fato de terem fundado aqui é por ser uma área central e próxima às fazendas que estavam aparecendo." SANTOS, Gaudêncio Lisboa dos. Op. Cit. p. 5.

^{107&}quot;O que chamou a atenção desses senhores para a formação da cidade, foi a região plana, rica em recursos naturais, como caça, pesca, madeira, minerais e por estar situada no limite do serrado com a floresta tropical." SARAIVA RODRIGUES, Raimundo Nonato. Op. Cit. p. 20.

Além disso, procurei dar um exemplo de civismo e bandeirantismo". Esta idéia de pioneirismo aparece em outra passagem, vinculada à imagem da Amazônia como terra vazia, necessitando ser ocupada e desbravada:

"Redenção é o 1º pouso, onde os bandeirantes de hoje, não mais na incerteza do passado, fixaram moradias. E novas gerações prosseguem daqui, rumo à conquista e à efetivação do homem na Amazônia." ¹⁰⁹

O povoado de Redenção, em termos populacionais, cresceu aceleradamente no início da década de 1970. Além dos projetos agropecuários, e diga-se principalmente de pecuária¹¹⁰, exerceu importante influência no crescimento populacional local a atividade de extração da madeira, que configurava-se noutro importante campo de investimento econômico. Os empregos gerados nas grandes fazendas eram basicamente na derrubada do mato¹¹¹, que depois de queimado recebia a semente de capim para formar pasto para o gado.

"Hoje, por exemplo, grande quantidade de mata, duas pessoas com motosserra derruba tudo. Naquela época não, era no machado mesmo. Precisa de uns 100 homens pra roçar, precisava de mais uns 50 para derrubar. Então uma fazenda, por exemplo, pegava 300 homens, 200 ia roçando e 100 ia derrubando. Então era muita gente. E pra garimpo também. Naquela época tinha o garimpo de cassiterita, (...), tinha as serrarias; nesse tempo tinha a Pau D'Arco, tinha a serraria lá dentro da Maginco, lá em Rio Maria. E aí foi se estendendo serrarias pra todo lado. Já tinha a Marajoara." (Paulo Moscateli)

"Em poucos anos, toda a área foi tomada de uma espécie de 'febre pecuária' Derrubam-se as matas e constroem-se caminhos e estradas para que se criem e expandam as fazendas de gado. ... 'O gado é a linha de frente e, como gostam de dizer os economistas, a integração se processa 'pela pata do boi'. Atrás dele deverá vir a agricultura, atividade realmente capaz de fixar o homem à terra'. (Paulo-R. C. Gomes, "Devastação cresce na Amazônia". O Estado de São Paulo, 7 de novembro de 1976). Apud. IANNI, Otávio. Op. Cit. p.112.

¹¹¹ Segundo relatos de Paulo Moscateli, a Fazenda Santa Teresa empregava muita gente na derrubada do mato. Era uma fazenda muito grande e só trabalhava com a pecuária.

¹⁰⁸ DIÁRIO CARAJÁS, Ano I, nº 01.

¹⁰⁹ Idem, Ibidem.

Segundo Otávio Ianni, a localização de Redenção na boca da mata significava terras boas para formação de pastagens. Nesta época, como as derrubadas eram grandes e logo em seguida vinham as queimadas, muita madeira ficava sem aproveitamento. 112 Mas é também neste período que são fundadas diversas serrarias no povoado de Redenção. Seus proprietários e operários especializados eram, no geral, oriundos da região Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Com a implantação das serrarias, a demanda por mão-de-obra na extração da madeira e nas próprias serrarias foi mais um incentivo para a vinda de migrantes em busca de emprego. Desta forma, segundo levantamento do IBGE, de 1974¹¹³, a população total do município de Conceição do Araguaia passava dos 30 mil habitantes, distribuída na zona rural e urbana e nos 24 aglomerados existentes; sendo que, na sede do município, a população aproximada somava 11.000 habitantes e no povoado de Redenção a estimativa era de 8.000 habitantes. Percebemos que, em termos populacionais, Redenção era o maior aglomerado do município e aproximava-se do total de habitantes existentes na cidade de Conceição do Araguaia. Os mesmos dados do IBGE mostram que neste ano de 1974 existia em Redenção 1.700 moradias, 02 escolas, 02 templos religiosos, 110 estabelecimentos comerciais e 15 estabelecimentos industriais. Neste período, os dois aglomerados que ficavam em terceiro lugar em termos populacionais na região eram São Geraldo do Araguaia e Rio Maria, ambos com 2.500 habitantes cada um.

Sobre o trabalho nas fazendas, nas grandes derrubadas já referidas, muito já se conhece sobre como se dava o arrebanhamento da mão-de-obra e as condições das relações de trabalho. Os chamados peões que realizavam o trabalho das derrubadas eram geralmente trazidos do Nordeste pelos empreiteiros ("gatos"). As relações de trabalho eram muito comumente marcadas pelo trabalho escravo. No depoimento abaixo, podemos ter um bom exemplo de como funcionava o trabalho nas grandes derrubadas nesta região. Esta declaração do trabalhador rural Elicias Ferreira da Silva é de 2 de junho de 1972 e está descrita no trabalho de Ricardo Rezende Figueira:

"Afirmo e provo que em abril do corrente, saí de Conceição do Araguaia para trabalhar em serviços de derrubadas da Fazenda Quixadá Bovino do Pará, levado pelo empreiteiro Neco Baiano [grifo nosso]. Juntamente comigo foram outros

¹¹² IANNI, Otávio. Op. Cit. p. 110.

¹¹³ Idem, Ibidem, p. 109.

homens, trabalhadores braçais. Chegando na fazenda fomos tratados como verdadeiros escravos, presos e impedidos de deixar a fazenda. E como se isso só não bastasse, um dos homens que saiu comigo foi brutalmente espancado por um policial da Polícia Militar do Estado do Pará, mandado pelo empreiteiro Neco Baiano. Além de tudo isso, saliento ainda mais o alto preço das mercadorias vendidas no armazém da fazenda. Isso faz com que o peão, trabalhador, nunca tenha saldo pois é obrigado a comprar no armazém onde tudo é vendido por preço exorbitante. Depois de suportarmos mais ou menos um mês de trabalho nesse regime, resolvemos desistir do serviço apenas por conta do que compramos no armazém e outras pequenas despesas já feitas. Todavia não pudemos sair porque o Neco e seu genro, Franco, nos impedira, inclusive com o apoio da Polícia. Enquanto vivíamos esses momentos de aflição, o genro do sr. Neco Baiano, o Franco, ofereceu-me um revolver para que eu matasse meus companheiros, o que eu recusei-me a fazer. Finalmente, para chegar até Conceição do Araguaia, fui, juntamente com meus companheiros, obrigado a fugir. Viajamos durante doze dias por dentro da mata, pois não podíamos vir pela estrada, por medida de segurança. Durante essa viagem, passamos fome e outras necessidades. Após os doze dias de viagem, chegamos na localidade de Batista, onde encontramos com o motorista de caminhão, sr. Dario, que nos trouxe até Conceição. Por ser verdade, assino o presente."114

Ainda sobre as formas como se davam as relações de trabalho nas fazendas da região seguem dois textos. O primeiro é parte de um "relatório de 25 de julho de 1973, elaborado por João Carlos Ramalho, sob a responsabilidade do Dr. Paulo Botelho de Almeida Prado"¹¹⁵, e o segundo, uma matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo* do mesmo ano.

"A legislação trabalhista aqui é descaradamente ignorada, desrespeitada pelos gerentes (salvo raras exceções) de fazendas,

_

¹¹⁴ FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Op. Cit. p. 23.

¹¹⁵ Idem, Ibidem, p. 24.

inclusive, as financiadas pela SUDAM que são as primeiras a dar o mau exemplo no cumprimento da legislação trabalhista, além de manterem em suas gerências elementos incompetentes para o desempenho do cargo. Praticam os maiores absurdos com os trabalhadores, peões, desde a sonegação do pagamento até a busca, prisão e espancamento dos mesmos. Dentre elas podemos citar o gerente das fazendas do Bradesco, sr. Aigo Hdson Pulle, como o mais cruel deles todos, verdadeiro escravocrata e facínora do século XX, na Amazônia".

"Levar bofetadas para curar uma dor de dente; ingerir sal de gado, que pode deixar uma pessoa na cama durante um mês; levar chicotadas segundo o mais autêntico rito colonial; ou partir para o clássico "vôo da morte", que ninguém até hoje pôde descrever com pormenores, são apenas algumas das formas com que são tratados os peões em certas fazendas do sul do Pará, principalmente às margens do rio Araguaia." (O Estado de São Paulo, 09 de março de 1973, p.9)¹¹⁶

Neste período, portanto, de surgimento dos aglomerados urbanos no município de Conceição do Araguaia, registra-se um momento de restruturação no processo de desenvolvimento econômico da região. Junto com as grandes fazendas surgem os povoados e, neste conjunto, novos personagens à história local: "empresas agropecuárias, fazendeiros, gerentes de fazendas, advogados, médicos, migrantes, posseiros, colonos, peões, gatos, gerentes de bancos e agências governamentais" Era a lógica capitalista de desenvolvimento adentrando não só no município de Conceição do Araguaia mas em toda Amazônia brasileira. Esta região chega a meados da década de 1970 com uma economia baseada nas atividades agropecuárias e extrativas. Ainda no ano de 1970, segundo dados levantados pelo IBGE¹¹⁸, o percentual da população economicamente ativa que dedicava-se às atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca era de 85,08%. Ou seja, do total de 13.153 da população economicamente ativa, 11.190 dedicavam-se às atividades acima citadas. As atividades industriais, de prestação de serviços e de comércio vinham logo em seguida respectivamente, sendo que nenhuma

116 Idem, Ibidem, p. 25

¹¹⁷ IANNI, Otávio. Op. Cit. p.111.

delas atingia o percentual de 4%. Os principais produtos da agropecuária do município eram: arroz, milho, mandioca, banana, feijão, gado bovino, suínos, castanha e babaçu. A configuração do cenário agrário local, segundo as categorias dos imóveis rurais, em 1972, ainda não apresenta a suposta dominância exercida pela empresa capitalista rural, mas é um dado a concentração da terra.

QUADRO Nº 01 Imóveis Rurais, Município de Conceição do Araguaia, 1972

Imóveis Rurais	N° De Imóveis	%	Área Total	%
Minifúndio	646	40,20	52.138,0	2,54
Empresa Rural	7	0,44	22.987,0	1,12
Latifundio por Exploração	953	59,30	1.775.266,8	86,52
Latifúndio por Dimensão	1	0,06	201.528,0	9,82
TOTAL	1.607	100,00	2.051.919,8	100,00

FONTE: INCRA, (1972), Apud. IANNI, Otávio. Op. Cit. p. 102

¹¹⁸ IBGE, Censo de 1970. Apud. IANNI, Otávio. Op. Cit. pp. 104-107.

2. Redenção: Distrito do Município de Conceição do Araguaia

Como assinalamos anteriormente, a população do povoado de Redenção crescia aceleradamente na primeira metade da década de 1970. Em 1974, já possuía uma população estimada de 8.000 habitantes, se aproximando ao contigente populacional estimado no mesmo ano para a cidade de Conceição do Araguaia. 119 E, segundo informações da SUDAM de 1975:

> "Sua estrutura urbana é superior à da sede do município; as ruas são bem traçadas, há área destinada a comércio, bem como residência. Há serviço educacional, compreendendo uma Escola de 1º grau gratuita, funcionando mesmo sem autorização da Secretaria de Educação do Estado, com as 8 séries, e escolas particulares. O atendimento médico é feito por particulares."120

Outro dado importante descrito nas considerações da SUDAM é o fato de não existir no município "nenhum serviço governamental". O povoado teria sido planejado e desenvolvido pelo antigo proprietário da área, que inclusive continuava a exercer sua liderança, principalmente "devido à posição que ocupa como proprietário dos serviços básicos existentes, como água e luz". 121 Provavelmente o relatório da SUDAM se referia a Luís Vargas Dumont que, além de criar o povoado, continuou exercendo influência política sobre o mesmo, chegando a ser mais tarde prefeito do município; além disso, como já vimos anteriormente, Luiz Vargas tinha controle sobre parcela das terras onde se formou a cidade. Sobre as atividades políticas e econômicas de Luiz Vargas durante a década de 1970, sabe-se que exercia importante influência na vida do povoado. Suas atividades econômicas, segundo Saraiva Rodrigues, estavam ligadas à venda de lotes urbanos, resultado do loteamento realizado no final da década anterior, e também exercia uma função que hoje poderíamos chamar de corretor de imóveis rurais:

> "Ele era muitas vezes intermediário entre compradores e vendedores. Era muito conhecido, então, quando o fazendeiro

¹¹⁹ IBGE, 1974. Apud. IANNI, Otávio. Op. Cit. p. 109

¹²⁰ IANNI, Otávio. Op. Cit. p. 108

queria se instalar no Sul do Pará, vinha procurar o senhor Luiz Vargas que era o... vamos dizer na linguagem de hoje, era o corretor dessas grandes fazendas."(Saraiva Rodrigues)

O povoado de Redenção foi elevado à condição de distrito do município de Conceição do Araguaia pela Lei nº 4.568 de 04 de junho de 1975. A Sub-Prefeitura de Redenção foi assumida até a sua emancipação política por Olímpio Luís de Farias 123, personagem, ao que tudo indica, de pouca expressividade política. Além desta função na administração pública, foi também vereador na primeira legislatura municipal, de 1983 a 1988.

"Olímpio é um senhor, ele mora aqui até hoje. Ele tinha uma máquina de arroz, na época. Tinha a máquina de arroz e era muito ligado ao Dr. Geovanni, que o nomeou como subprefeito". (Paulo Moscateli).

No âmbito da política local, os novos grupos econômicos presentes neste cenário, começaram a exprimir seus interesses, mais concretamente, a partir da liderança de Geovanni Queiroz. Médico, recém formado, chega à região no início da década de 1970, e, em 1976, foi eleito prefeito de Conceição do Araguaia. Tendo como base de suas operações econômicas a cidade de Redenção, onde tinha um hospital, Geovanni Queiroz se torna um importante representante dos interesses dos fazendeiros e empresários¹²⁴ da região¹²⁵. O discurso do desenvolvimento e da modernização econômica o fazia propenso à liderança política destes novos grupos, visto como uma pessoa de competência e habilidades, capaz de exercer tal papel. Como bem expressa Paulo Moscateli, primeiro vice-prefeito de Redenção, que chegou a esta região em 1969 e em 1972 assistiu à chegada de Geovanni Queiroz a cidade de Redenção¹²⁶, do qual foi vizinho:

¹²¹ Idem, Ibidem.

¹²² SARAIVA RODRIGUES, Raimundo Nonato. Op. Cit. p.28; e, José Gonçalves de Oliveira, Conhecendo o Pará, mimeo, 09.05.99, p.23.

¹²³ DIÁRIO DE CARAJÁS. Ano I, nº 01, p. 15.

¹²⁴ IANNI, Otávio. Op. Cit. p. 128.

¹²⁵ Inclusive Geovanni Queiroz ajudou a fundar em 1984 o Sindicato Rural de Redenção e foi seu primeiro presidente. "...para legalizar o sindicato, ir até Belém, quem mais fez esforço foi o Geovanni na época." (entrevista realizada com o Sr. Paulo Alves Moscateli, realizada em 24.03.99).

^{126 &}quot;Chegou em 72, mais ou menos nos meses de maio-junho de 72 ele chegou em Redenção. A lembro como hoje o dia que ele chegou e foi morar bem em frente a casa que eu morava. Tinha o posto de gasolina, o Zé Borges (Zé Arnaldo) morava em frente e tinha uma máquina de arroz e ele era muito

"Na-época, vamos dizer assim, os candidatos 127 por Conceição do Araguaia, uns dizem que era o Raimundo, outros dizem que era o Alberto, eram pessoas que não tinham o mínimo de desenvolvimento. Essa era a questão do Dr. Alberto, não sei o que ele era lá, ele era formado, mas não tinha o mínimo de conhecimento do desenvolvimento da região. (...) Já que o Dr. Geovanni, ele era muito conhecido lá porque ele era médico lá também, aí... É, e com muita vontade de desenvolver o Sul do Estado, as cidades, o município que era muito grande. E aí foi aonde ele foi eleito. Ele também tinha uma visão diferente."128

No período de 1977 a 1982, Giovanni Correa Queiroz foi prefeito do município de Conceição do Araguaia. Segundo Otávio Ianni, sua eleição significou a abertura e articulação da economia local com a nacional, fortalecendo os interesses da empresa agropecuária. Percebe-se, também, que a eleição de Giovanni Queiroz já demarcava um processo de emergência da localidade de Redenção como polo aglutinador do poder político-econômico na região. Em 1981, Giovanni Queiroz, em entrevista ao Jornal Diário de Carajás, afirmava acerca de seu futuro político que:

> "A futurologia é de competência dos futurólogos ou das pitonisas, mas tudo leva a crer que nós plantamos, em Conceição do Araguaia, a semente de uma liderança que tende a crescer e se consolidar"129

Esta fala indica o projeto político do então prefeito de Conceição do Araguaia: consolidar-se enquanto liderança política na região. E, certamente, ao dizer isto com tanta clareza, estava convicto dos interesses e grupos que representava e dos quais não só receberia apoio, mas figuraria como o "percurso natural" do processo de estabelecimento

129 DIÁRIO DE CARAJÁS. Ano I, nº 01, p. 7.

amigo dele. (...) E ele ficou hospedado lá. Então imediatamente nós ficamos amigos, eu comecei a conhecer ele; ele foi lá onde eu morava de frente, e ficamos amigos. Ele já veio com a idéia de colocar o hospital. E logo colocou o Hospital Nossa Senhora da Conceição." (entrevista realizada com Sr.-Paulo Moscateli, em 24.03.99).

¹²⁷ Ele está se referindo às eleições para Prefeito que ocorreram em 1976.

¹²⁸ Paulo Moscateli, em 24.03.99.

da hegemonia destes novos grupos (fazendeiros e empresários) na economia e política regional. Geovanni Queiroz foi eleito prefeito de Conceição do Araguaia pela Arena que, posteriormente, tornou-se PDS. Em 1981, na mesma entrevista concedida ao *Diário de Carajás*, Geovanni afirmava estar deixando o PDS para ingressar no PTB que, segundo ele, possuem programas que em diversos aspectos se identificam.

"A minha saída do PDS por conseguinte, consiste numa fuga do caciquismo político, que tanto revolta o meu estômago, sem que implique, esse meu posicionamento, em renúncia às minhas convicções ideológicas e políticas, perfeitamente identificáveis no programa do PTB"¹³⁰

Sabemos que a filiação partidária às vezes não fornece elementos suficientes para se analisar o projeto político de um determinado candidato. Principalmente nesta região, onde os partidos são frágeis ou nem mesmo existem de fato. O que prevalece, normalmente, é a liderança que uma determinada pessoa exerce, os interesses que defendem e seus aliados. Porém, a constante mudança de partido indica no mínimo uma situação de oportunismo por parte do político que assim procede. Neste sentido, o que chama a atenção em relação a filiação partidária do então Prefeito de Conceição do Araguaia é a passagem num breve espaço de tempo por vários partidos. No jornal O LIBERAL, de 03 de março de 1982 está registrado que Geovanni Queiroz estava deixando o PMDB para retornar ao PDS. O interessante é observar o movimento de filiação partidária pelo qual percorreu o referido político¹³¹, que num período de dois anos passou pelo seguintes partidos: PDS-PTB-PMDB-PDS, conforme matérias dos jornais já indicados - *Diário de Carajás* e O *Liberal*.

Quanto às intenções de Geovanni Queiroz de se tornar uma liderança política regional, processo que mais adiante analisaremos, vale ressaltar que atualmente no PDT ele é o único deputado federal já eleito por esta região à Câmara Federal, exercendo o terceiro mandato consecutivo. Quando deixou a prefeitura de Conceição do Araguaia, em 1982, ele retorna ao município de Redenção, sendo inclusive o primeiro presidente do

¹³⁰ Idem, Ibidem.

¹³¹ Informação com base nas matérias divulgadas nos jornais citados, podendo, no entanto, alguns movimentos de transferência partidária não ter se efetivado na prática.

Sindicato Rural de Redenção (dos fazendeiros), criado em 1984. Geovanni fica na direção do SRR até 1986, quando é eleito deputado estadual, pelo PDT¹³².

¹³² Neste mesmo ano, outro candidato a deputado estadual é eleito, tendo como base eleitoral Redenção: Manuel Alves Franco (PMDB). Ao que tudo indica, para elege-se, Geovanni Queiroz explorou suas bases eleitorais em Conceição do Araguaia. Segundo Saraiva Rodrigues, ele foi eleito pelo município de Conceição do Araguaia.

CAPÍTULO III - As principais atividades Econômicas em Redenção

1. O Extrativismo

1.1. A Madeira

No decorrer das décadas de 1970 e 1980, Redenção continuou a ser alvo de um grande fluxo migratório. O desenvolvimento das atividades extrativas da madeira¹³³ e, já no final da década de 70, a "corrida pelo ouro", figuravam como as principais fontes de incentivo deste fluxo migratório.

"O nordestino largou de migrar para o Sul e passou a migrar para o Norte, porque aqui tinha muito trabalho. Trabalho nas fazendas, nas madeireiras e veio então esse terceiro contigente. O primeiro contigente: fazendeiros; segundo contigente: madeireiros; terceiro contigente: nordestinos. É, nordestino porquê? Porque eles vieram acompanhando esses outros contigentes que já estavam instalados aqui, e precisavam de trabalhadores; e o Nordeste é um exportador de mão-de-obra não especializada, que todo mundo sabe, eu sou nordestino, já vim prá cá em outra condição, mas, todo nordestino só emigra quando já não tem como viver lá." (Saraiva Rodrigues)

A população estimada do distrito de Redenção em 1980 era de 25.218¹³⁴ habitantes. Verifica-se que no percurso de cinco anos o contigente populacional mais que triplicou: de 8.000 habitantes em 1974 para 25.218 em 1980. É de se considerar, também, a chegada de garimpeiros à procura de ouro, a partir de 1979¹³⁵.

¹³³ Só em Xinguara, em 1981, existia 19 serrarias no perímetro urbano e era considerada a "Capital da Madeira" e, ainda, possuía o maior volume de depósitos bancários do Estado. *DIÁRIO DE CARAJÁS*. Ano I, nº 01, p.13.

¹³⁴ IBGE (Dados levantados em 1998 no IBGE, em Conceição do Araguaia).

Mas, por outro lado, é patente que nem mesmo o IBGE conseguia elaborar estimativas que dessem conta da população garimpeira na região. Esta normalmente ficava à margem das contagens e estimativas oficiais. Como estudaremos mais adiante, os garimpeiros eram numerosos e configuravam-se como população flutuante no município

O chamado período de "safra da madeira", compreendido pelo momento de extração da madeira na mata, que geralmente ia de maio-junho até o mês de setembro correspondia a um aumento significativo no número de migrantes que chegavam ao município em busca de empregos nesta atividade. Segundo matéria publicada no jornal Diário de Carajás:

"Na época da safra, o número de empregos oferecidos chega a ser de 60% a mais, o que provoca uma verdadeira invasão de maranhenses, piauienses, goianos, cearenses às cidades da região, à procura de trabalho. Um diretor de uma serraria arisca dizer que, nesta época do ano, o número de migrantes chega a ser de 8 a 10 mil, que, trabalhando numa serraria, recebem salários que variam de 7 a 8 mil cruzeiros." ¹³⁶

O título e subtítulo da matéria sobre a exploração da madeira no Diário de Carajás exemplifica o significado desta atividade na economia e na formação da sociedade local: "Nós temos (e exportamos) madeira" e "O Diário' mostra o aparecimento da indústria madeireira na região de Conceição do Araguaia que, até hoje, oferece inúmeros empregos, funda cidades e faz de Conceição a maior exportadora de madeira do Brasil". A principal madeira comercializada neste período é o mogno, considerado como "madeira de lei", vendido por um preço bastante superior em relação a outras qualidades de madeira.

"Tinha aqui na beira do Rio Pau D'Arquinho muito mogno - mogno é uma madeira nobre - que era típica aqui da região." (Saraiva Rodrigues)

O modo como era desenvolvido as atividades de exploração da madeira pelas serrarias, segundo o *Diário de Carajás*¹³⁷, era a seguinte:

"é comprada a mata de um fazendeiro (somente são adquiridas as árvores existentes naquela área), e são colocadas as máquinas no campo, com equipe de cortadores de árvores, munidos de motoserras. Depois do corte das árvores, elas são levadas para ser

137 Matéria com título indicado no parágrafo anterior.

¹³⁶ DIÁRIO DE CARAJÁS. Ano I, nº 01, p. 17.

transformadas em toras e mandadas para a serraria. Este processo chama-se "esplanação" e o trabalho todo leva cerca de 60 dias para ser feito, numa mata de 600 alqueires (média das áreas adquiridas pelas serrarias), utilizando-se 15 homens". 138

Na época da publicação do primeiro número de o Diário de Carajás, em 1981, já se falava em escassez do mogno na região. Inclusive, as grandes serrarias estavam implantando laminadoras, com o objetivo de trabalhar também com a chamada "madeira branca", como o "Caju, Marinheiro, Mangue, Nesclão, Marupá, Jatobá e outros" 139. Diretores de serrarias já falavam na tendência das mesmas transferirem-se para outras regiões da Amazônia, onde ainda encontrassem "madeira de lei" em abundância.

Como exposto anteriormente, a produção madeireira neste período é grande. A maior parte do produto era exportado, principalmente para os Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha. No ranking nacional, Conceição do Araguaia despontava-se como o maior exportador de madeira de lei. 140 Internamente, os principais consumidores eram os Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina. 141 E vale ressaltar que, basicamente, os equipamentos e técnicas empregadas na exploração da madeira nesta região são advindas dos Estados da Região Sul do país, assim como os empresários proprietários de serrarias e os trabalhadores especializados 142:

> "Os madeireiros do Sul que já tinham desmatado o Paraná, Santa Catarina , Rio Grande do Sul, Espírito Santo, eles perceberam que aqui tinha muita madeira disponível, porque os fazendeiros estavam fazendo aberturas e então eles vieram para cá com indústrias madeireiras pra se instalar aqui e aproveitar essa madeira que estava sendo desperdiçada (queimada) aí pelos grandes fazendeiros." (Saraiva Rodrigues)

140 O transporte da madeira, já serrada, era feito por caminhão passando pelo Rio Araguaia de Balsa e alcançando a rodovia Belém-Brasília.

¹³⁸ DIÁRIO DE CARAJÁS. Ano I, nº 01.

¹³⁹ Idem, Ibidem.

^{141 &}quot;A rapidez do crescimento da indústria madeireira e a liderança do Pará nesse processo é digno de nota. Em doze anos, 1976-1988, a produção total de madeira em tora na região sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) diminuiu de 15 milhões de m³ (47% da produção total do Brasil) para 7,9 milhões de m³ (17% do total) (IBGE 1988). Durante esse mesmo período, a produção de madeira em tora na região Norte (Amazônia) aumentou de 6,7 milhões m³ (21% da produção total do Brasil) para 24,6 milhões de m³ (54% do total do Brasil). PARÁ DESENVOLVIMENTO. Amazônia Eco-visões. Edição Especial, Junho/92, Idesp, p. 15.

Para Saraiva Rodrigues as serrarias contribuíram para o "desenvolvimento local", pelo fato de gerarem inúmeras demandas de serviços e propiciarem outras, como por exemplo, a abertura de estradas, que beneficiaram a região:

"Então, com o fluxo de madeireiros, então melhorou as coisas, porque aí veio a máquina pesada, e veio a máquina pesada para abrir estradas, veio o esquine para poder carregar as grandes toras de madeiras, vieram os moto-serras, e vieram uma série de implementos paralelos para cuidar dessa retirada de madeiras da floresta. (...) Então, juntamente com esses madeireiros vieram uma série de outros seguimentos acompanhando esse desenvolvimento. Quando vieram os tratoristas, veiram os caminhoneiros, vieram os mecânicos, vieram os borracheiros, aí veio também a professora, veio o médico, veio o enfermeiro, veio o hospital, tudo isso foi crescendo à sombra desse desenvolvimento. (...) Foi de uma rapidez muito grande que vieram todas essas coisas, vieram também nesse momento as prostitutas, que vinha muito homem, mulher só solteira. É, as prostitutas vinham para servir aos homens que estavam aqui trabalhando. E com isso veio a farmácia, veio as doenças sexualmente transmissíveis, veio uma série de outras coisas muito ruins de serem observadas." (Saraiva Rodrigues)

As serrarias, nesta região, também herdaram a qualidade de fundadoras de cidades e os casos exemplares são das serrarias Pau D'Arco, Magginco e Bannach. O povoado de Pau D'Arco, atualmente município, "nasceu em 1976, com 4 ranchos" a partir da instalação da serraria Pau D'Arco naquele local. Este povoado pertenceu ao município de Redenção até inícios da década de 1990, quando conseguiu sua emancipação política. Em 1981, segundo o jornal *Diário de Carajás*, ali existia escola que abrigava "cerca de 290 alunos, armazéns, farmácias, bares, açougue, máquina de arroz e até cinema, a quase totalidade de seus habitantes trabalha na madeireira". A Madeireira Araguaina S.A., indústria e

145 Idem, Ibidem.

¹⁴² Ver DIÁRIO DE CARAJÁS, Ano I, nº 01, p. 17 e IANNI, Otávio. Op. Cit. p.110.

¹⁴³ *DIÁRIO DE CARAJÁS*. Ano I, nº 01, 1981, p.17.

¹⁴⁴ Idem, Ibidem.

comércio agropecuário, a Magginco, implantada em 1974 na localidade de Rio Maria, tem participação direta no crescimento do povoado. Em 1981, grande parte da energia elétrica que abastecia Rio Maria era oriunda de uma turbina a vapor da madeireira. O outro caso citado é o da madeireira Bannach, que deu origem à Vila Bannach. Fundada em 1977, por seis irmãos da família Bannach, em 1981 ela empregava cerca de 250 pessoas e encontravase em fase de implantação de sua laminadora. A maioria dos moradores da vila trabalhava na madeireira e tinha como perspectiva que a mesma fornecesse-lhes os serviços básicos de infra-estrutura, tais como: casa, água, luz e esgoto. A Vila Bannach pertenceu ao município de Rio Maria até meados da década de 1990, quando ocorreu sua emancipação política. Segundo o Diário de Carajás,

> "O surgimento de vilas, em função das madeireiras ocorre devido à distância em que as indústrias estão localizadas de cidades maiores. A vila então nasce, para evitar o constante deslocamento dos trabalhadores para a cidade."146

Este enunciado fornece-nos indícios de que existia por parte dos proprietários de serrarias, no momento de estruturação destas vilas, o interesse em prevenir-se contra a dispersão da mão-de-obra e a manutenção desta sob seu controle. Sabemos que o sistema de trabalho nas madeireiras não é dos melhores, devido às condições em que é desenvolvido e à exigência de uma longa jornada de trabalho diário147. Por outro lado, não nos convém reduzir a compreensão deste processo a apenas esta leitura, que poderá transparecer simplista. É preciso considerar outros fatores que certamente influenciaram, mesmo de forma não planejada, para o estabelecimento destes povoados. Se pensarmos que a instalação de uma indústria madeireira significava a geração de inúmeros empregos, podemos deduzir que atrás destes trabalhadores vinham, principalmente, comerciantes esperando incrementar seus negócios. O setor de serviços certamente não demorava em se estabelecer. Desta forma, o que podemos dizer acerca da formação dos povoados nesta região é que este processo responde a uma expectativa econômica que combina a implantação de grandes projetos por um lado, com levas de trabalhadores migrantes,

146 Idem, Ibidem.

¹⁴⁷Sobre os impactos sociais e ambientais gerados pela exploração da madeira, Ver: PARÁ DESENVOLVIMENTO. Amazônia Eco-Visões. Edição Especial, junho/92, Idesp. (Exemplo de Paragominas), p. 14-18.

oferecendo sua mão-de-obra, do outro. O primeiro, aspirando acumular lucros, e o segundo, lutando pela sobrevivência, na esperança de dias melhores.

Neste período, uma das maiores serrarias existentes em Redenção era a Campos Altos¹⁴⁸. Seu principal diretor era o Sr. Vitório Guimarães, ainda hoje empresário ligado a este tipo de atividade econômica. A serraria Campos Altos iniciou suas atividades no ano de 1976 e em 1981 empregava, no período da "safra da madeira", cerca de 100 pessoas. Até a data desta informação (1981) a madeireira Campos Altos trabalhava apenas com o mogno e produzia uma média de 650 m³ de madeira beneficiada por mês. Segundo Vitório Guimarães:

> "O mogno já está escasso na região, o que forçará as madeireiras a um aprofundamento maior na Mata Amazônica: 'mogno só há depois de São Félix do Xingu, pois na PA-179 existe a reserva dos índios Caiapós, dos Xicrim e, à frente, os 400 mil hectares do Projeto de Colonização Tucumã, onde não é permitida a entrada', disse ele, acrescentando que, com o fim do mogno, a tendência é trabalhar com a madeira branca."149

A perspectiva apontada por Vitório Guimarães é exemplar para o que começou a ocorrer na segunda metade da década de 80. Algumas madeireiras locais começaram a buscar madeira na região de Tucumã e São Félix do Xingu, outras transferiram-se para estas e outras regiões da Amazônia onde a "madeira de lei" ainda era abundante; iniciou-se a exploração de madeira na reserva dos índios Kayapós; por fim, as madeireiras que ainda continuaram instaladas em Redenção intensificaram a exploração e industrialização da "madeira branca".

A estimativa da produção de madeira no município de Conceição do Araguaia, em 1979, era de: 686.000 m³ de madeira em toras, 65.000 m³ de lenha e 50.000 Kg de carvão vegetal. Do total produzido foi exportado no mesmo ano: 256.640 m³ de madeira em toras e 408.615 m³ de madeira desdobrada¹⁵⁰. Verifica-se que a quase totalidade da madeira produzida era exportada. Neste período, a madeira era o principal produto exportado por

150 IBGE, Censo de 1979. Apud. DIÁRIO DE CARAJÁS, Ano I, nº 01, p. 04 e 20.

¹⁴⁸ DIÁRIO DE CARAJÁS. Ano I, nº 01.

Conceição do Araguaia, seguida de tijolos, gado, suínos, farinha, arroz, milho, feijão, castanha, babaçu e banana. 151

Analisando os dados sobre a produção de madeira no município de Redenção nas décadas de 1980 e 1990, é observável o seu crescimento em termos da quantidade. O interessante é que todas as opiniões e análises vinculadas à produção da madeira na região comumente aponta para o seu declínio. A hipótese explicativa desta questão talvez seja o fato da madeira não estar sendo mais extraída(quase totalmente) no município e, também, devido a crescente exploração da "madeira branca". À esta última o valor vinculado é bem menor em relação à "madeira de lei" (o mogno). Desta forma, talvez a principal questão nesta chamada crise das atividades extrativas da madeira esteja relacionada à margem dos lucros obtidos pelas indústrias madeireiras. Com a madeira mais distante, os custos de produção aumentam e o preço do produto é menor devido à qualidade inferior da madeira. Por outro lado, as madeireiras não evitam demitir funcionários e reduzir o valor agregado ao salário em função desta chamada crise na extração da madeira.

"O mercado interno para comercialização da madeira está em baixa, dizem os madeireiros, afetando até a venda do mogno, uma madeira nobre. Os gastos com o mogno, segundo Eduardo Carvalho – sócio da madeireira Juary¹⁵³, são elevados, graças principalmente aos equipamentos utilizados. O mesmo informa que é exportado para os Estados Unidos e Europa 45% do mogno extraído do município. Outra parte vai para Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O metro cúbico do mogno está cotado em US\$200. A crise no setor fez com que nos últimos 3 anos, diversas serrarias fechassem em Redenção, incluindo as que lidavam com mogno. Outras foram transferidas para Altamira e São Félix do Xingu, onde ficam mais próximas da matéria-prima, o que reduz custos na época de extração. A

153 Madeireira localizada no município de Redenção.

¹⁵¹ Idem, Ibidem.

¹⁵² Outro elemento importante a se considerar nesta análise da exploração da madeira é que os dados registrados acerca desta produção são estimativas, que muitas vezes passam longe de retratar a realidade. Para este trabalho de pesquisa tomamos como base os levantamentos anuais realizados pelo IBGE. Este por sua vez tinha como fontes a EMATER, Serrarias, Delegacia da Fazenda Estadual e em alguns casos a Comissão Municipal de Estatísticas Agropecuárias —COMEA.

industria Madeireira, apesar da imagem negativa, é a que mais gera empregos e impostos em Redenção."154

A produção de madeira é mais significativa na forma de toras. No quadro nº 2 podemos perceber o crescimento na quantidade de madeira produzida no decorrer das décadas de 80 e 90, mesmo depois da proibição através de liminar federal da extração de madeira na área indígena_Kayapó. 155

No município, a principal atividade industrial sempre esteve relacionada à exploração da madeira. Por volta de 1987, existia em Redenção 43 estabelecimentos industriais, com destaque para as atividades de serraria e laminados. Em 1992, esse quadro não mudaria muito. Os 116 estabelecimentos industriais existentes distribuíam-se entre serrarias, laminados e indústrias de móveis, cerâmica, artefatos de cimento, torrefação de café(01), serralheira e de couro (01). Neste mesmo ano, estas indústrias empregavam cerca de 6.000 pessoas. Thada segundo dados da Associação Comercial e Industrial de Redenção, em 1995 existia no município 12 serrarias de porte médio e grande, empregando, cada uma, média de 50 a 100 pessoas. As serrarias de porte pequeno eram 08, gerando uma média de 08 a 20 empregos. As quatro (04) laminadoras existentes eram: IMASA, SUPREMA, TRIÂNGULO E CIRO, empregando respectivamente 900, 350, 350 e 120 pessoas.

¹⁵⁴ Jornal O *LIBERAL*, de 06.03.94.

PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO. Análise Diagnóstico do município de Redenção.

Governo Arcelide Veronese, 1987 (aproximadamente).

1

Nesta ocasião, 1994, houve uma intensa mobilização dos setores econômicos locais, contra o que eles chamavam de crise econômica advinda com a queda nas atividades extrativas da madeira e do ouro. O município foi decretado em estado de emergência, comissões tiveram encontros com o governador do Estado, mas, concretamente não se sabe os seus resultados. Obs.: Veja sobre conflitos entre madereiros e indígenas no tópico sobre a extração do ouro.

¹⁵⁷Associação Comercial e Industrial de Redenção, Dados sobre Redenção, 1992.

 ${\it QUADRO~N^{o}~2}$ Produção de madeira, município de Redenção.

Ano	Carvão	Lenha (m³)	Madeira em
	Vegetal (Kg)		tora (m³)
1983	13.500	28.000	450.000
1985	22.720	63.925	712.000
1988	41.520	150.700	901.580
1989	45.700	143.85	930.680
1991	58.088	184.040	1.070.000
1993*	51.000	186.120	1.117.975
1995	449.09	**1.589.03	7.164.31
1996	421.02	148.08	6.456.48
1997	391.34	1.427.81	6.317,05

^{*}Foram desmembrados para o município de Pau D'Arco:

FONTE: IBGE (Dados levantados em 1998 no IBGE, em Conceição do Araguaia).

>Carvão vegetal - aproximadamente 18%

>Lenha - aproximadamente 11%

>Madeira em tora - aproximadamente 12%

^{**} Este nº é controverso. No ano de 1996 consta uma queda de apenas 6, 86%, indicando que no ano anterior deveria ter ocorrido uma produção por volta de 158.000 m³.

1.2. Ouro

A exploração do ouro nesta região não ocorreu de forma diferenciada em relação a outras regiões do Estado do Pará. A atividade de garimpagem do ouro iniciou-se no final da década de 1970 e, logo nos primeiros anos da década de 1980, eram muitos os garimpos existentes na região ¹⁵⁸. Estes proporcionaram um intenso fluxo migratório para a região e, como fonte de geração de renda, constituíram-se numa das principais bases de sustentação econômica dos municípios.

No município de Redenção não houve muitos garimpos, seja considerando o número deles existentes ou o total de sua produção. Porém, a cidade de Redenção constituía-se como centralizadora da comercialização do ouro produzido na região. Além disso, alguns garimpos localizados nos municípios de São Félix do Xingu (posteriormente Ourilândia do Norte), Santana do Araguaia e Santa Maria das Barreiras tinham maiores facilidades de comunicação e acesso à Redenção. Desta forma, mesmo pertencendo a outros municípios, o impacto da produção do ouro nestes garimpos se faziam sentir, principalmente, em Redenção.

O início das atividades de exploração do ouro na região se deu a partir da descoberta dos garimpos do Cumaru:

"A verdadeira 'corrida' em direção aos garimpos de Cumaru relaciona-se com a garimpagem de cassiterita e a abertura da primeira pista de pouso em 1976. Este garimpo congregou em 1978 mais de 10.000 pessoas não obstante grande parte da área

Em 1980, os garimpos mais conhecidos na região eram: Cumaru, Macedônia, Goiaba, Babaçu, Peladinha, João Doza, Grota da Onça, Pedro Machado, José Mineiro, Gerson, Garimpo da viúva e Geraldinho. Porém, calculava-se que existisse entre 30 a 40 garimpos na região do município de Conceição do Araguaia, com uma estimativa de 30 a 50 mil homens. Cf. Paul Laport e François Gouriou. "O Garimpo e o Ouro". mimeo, Conceição do Araguaia, 1980. O trabalho de pesquisa sobre os garimpos na região, feito por Paul Laport e Pe. François Gouriou, foi resultado de uma solicitação efetuada pela Diocese de Conceição do Araguaia, em 1980. Paul Laport, canadense, na época trabalhava na CPT, e Pe. François (ou Chico) Gouriou era vigário na paróquia de Rio Maria. Pe.Chico, francês, foi um dos dois padres presos no Araguaia, no início da década de 1980. O outro padre preso foi Aristides Camio. Estes dois padres foram vigários nas paróquias de Redenção, entre os anos de 1988-1990.

estar onerada a empresas de mineração ou a empresas de colonização."159

Para o jornal Diário de Carajás¹⁶⁰, o fluxo de garimpeiros para Cumaru se deu posteriormente à tentativa frustada de garimpagem de ouro na região do córrego Goiaba. Conforme o jornal, em 1979 muitos garimpeiros

> "aportaram em Conceição do Araguaia, permanecendo em grupos pela cidade, cozinhando nas ruas e praças e atando as suas redes, para dormir, em árvores e até nas varandas de casas particulares".161

O contigente de homens que começara chegar em Conceição serviu como pressão para que o garimpo do "Goiaba" fosse liberado. Também há indícios de que moradores locais teriam pressionado para a liberação do garimpo, tendo em vista as possíveis consequências sociais diante da existência cada vez maior de garimpeiros desempregados na cidade. Além disso, alguns oportunistas teriam se aproveitado deste momento para de garimpeiros ilegais, constituindo uma verdadeira "indústria de emitir carteiras documentos falsificados, pelos quais cobravam altos preços."162

A concessão de lavra da área do garimpo do Goiaba era da Doce-Geo, empresa de mineração subsidiária da Cia Vale do Rio Doce. 163 Mesmo assim, a área foi liberada para a exploração dos garimpeiros. Porém, o ouro na área era escasso e profundo, o que logo causou desânimo nos homens que ali trabalhavam. Foi então que surgiu a possibilidade do ouro existente na região de Cumaru. Os primeiros garimpos ali descobertos estavam localizados na área da Fazenda Santa Teresa. Nas primeiras entradas de garimpeiros houve reações dos proprietários da fazenda, contudo, nem a polícia conseguiu conter a "invasão" da área. A citação abaixo nos dá uma idéia deste processo:

162 Idem, Ibidem.

¹⁵⁹ A questão é que, em anos anteriores, estas empresas, tendo conhecimento do potencial mineral da região, passaram a requerer diversos alvarás de pesquisa da região. PARÁ AGRÁRIO. Infortamativo da situação fundiária. Ocupação do solo e subsolo. Garimpo e Mineração. Belém, Idesp, 1992. Edição Especial, p. 28-29.

¹⁶⁰ DIÁRIO DE CARAJAS. Ano I, nº 01, p. 16.

¹⁶¹ Idem, Ibidem.

¹⁶³ Segundo informações de P. Laport e Chico G. no texto, O Garimpo e o Ouro, 1980, o garimpo do Goiaba era o único de caráter oficial existente na região. O restante dos garimpos era privado, geralmente de fazendeiros donos da área em exploração.

"...e as terras da Fazenda Santa Teresa passaram a ser invadidas por levas de homens esfomeados, que entravam mata adentro em busca da riqueza e de dias melhores."164

Os garimpeiros eram tantos que a violência despendida pelos proprietários da fazenda não conseguia intimidá-los na empreitada de estabelecerem-se e explorarem o possível ouro ali existente. Dentre as estratégias desenvolvidas pelos garimpeiros para sobrevivência e manutenção na área, a recepção de mercadorias atiradas por aviões em clareiras no meio da mata e o suborno de polícias eram as mais praticadas. Segundo o Diário de Carajás, muitos policiais enriqueceram nesta prática.

A situação na região de Cumaru, na expressão da matéria no Diário de Carajás, era "caótica". E foi esta situação que teria motivado a intervenção do Governo Federal na área, em 1981. Esta intervenção se deu através do Conselho de Segurança Nacional, no período de março de 1981 a novembro de 1983, quando sua administração passou para o controle do Departamento Nacional da Produção de Minério - DNPM.165

Os garimpos na região de Cumaru proliferaram e envolviam, em meados da década de 1980, áreas dos municípios de São Félix do Xingu, Conceição do Araguaia, Tucumã, Redenção, Rio Maria, Xinguara e Ourilândia do Norte. 166

> "O quadro conflituoso existente na região, além de questões de intrusamento de terras indígenas por diversos garimpos (como é o caso dos garimpos Cumaruzinho e Maria Bonita, implantados Kayapó,...) impulsionou o na reserva Gorotire, do Índios governo federal a delimitar a área destinada exclusivamente aos trabalhos de garimpagem."167

Em 1984, "através da Portaria nº 25 de 10/01/84 do Ministério de Minas e Energia, foi instituída a reserva garimpeira de Cumaru, com uma área de 95.145 ha, DOU168/data 18.01.84".169 Neste mesmo ano foi criada também a reserva de Serra Pelada.170

 $^{^{164}}$ DLÁRIO DE CARAJÁS. Ano I, nº 01.

PARÁ AGRÁRIO. Informativo da situação fundiária. Ocupação do solo e subsolo. Garimpo e Mineração. Belém, Idesp, 1992, Ed. Especial, p. 29.

¹⁶⁶ Idem, Ibidem, pp.28-29.

¹⁶⁷ Idem, Ibidem, p.29.

¹⁶⁸ Diário Oficial da União.

A região central dos garimpos de Cumaru, onde funcionava a administração quando da intervenção federal, que durou até 1983, ficava localizado à 90 Km de Redenção e pertencia ao município de São Félix do Xingu, posteriormente Ourilândia do Em Cumaru mantinha-se a infra-estrutura que garantia o funcionamento dos garimpos próximos. Existia inclusive uma pista de pouso para avião. A principal via de acesso e comunicação com aquela região era aérea e a cidade da qual partia e chegava os vôos era Redenção. Fala-se que neste período existia em Redenção várias empresas de táxi aéreo e que a demanda era suficiente para mantê-las sempre trabalhando.

> "Redenção estava no centro de passagem desse povo que ia para o projeto Cumaru, obrigatoriamente tinha que passar em Redenção. Então o pessoal vinha ficava aqui 2, 3, 4 dias e embarcava para o Cumaru." (Saraiva Rodrigues)

A exploração do ouro em Cumaru era feita pelo sistema tradicional, em operações utilizando apenas a força física dos garimpeiros¹⁷¹. Em 1981 existia em Cumaru cerca de "25.000 homens, diariamente, sendo que 6.000 deles na Reserva Indígena Gorotire". 172 Esta última informação é importante no sentido de percebemos que muitos garimpos na região encontravam-se localizados em áreas indígenas. Inclusive um dos motivos para que o Governo Federal, em 1984, criasse a reserva garimpeira de Cumaru, delimitando sua área, era impedir que continuasse a proliferação dos garimpos nestas reservas. Porém, pelos dados posteriores, sabemos da pouca eficácia desta iniciativa, pois a exploração do ouro permaneceu sendo executada na reserva dos índios Kayapó¹⁷³. E,

¹⁶⁹ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. <u>Carajás: A guerra dos Mapas.</u> Belém: Seminário Consulta: 1995, pp. 158-159.

^{170 &}quot;Região aurífera localizada na província mineral de Carajás. A área reservada à garimpagem de ouro foi instituída pela Lei nº 7.914 de 1984 (DOU de 11/06/84), e possui 100 há. Geologicamente é uma faixa dobrada e falhada de rochas meta-sedimentares englobando cinturões vulcano-sedimentares. A garimpagem iniciou em 1980 e até junho de 1986 foram produzidas 35,6 toneladas de ouro com pepitas de até 62,70 quilos." Idem, Ibidem, p. 158.

O termo garimpeiro aqui está sendo utilizado para denominar o trabalhador que explora o barranco ou qualquer área em busca do ouro. Ou seja, o trabalhador que dedica-se ao trabalho propriamente dito da exploração no garimpo. Este esclarecimento se faz necessário devido em algumas regiões o termo garimpeiro ser utilizado para denominar o dono do garimpo; enquanto o trabalhador que explora a lavra ser denominado de outras várias formas, tais como: "formiga", "meia-praça", "requeiro", "faiscador", etc. Cf. DIÁRIO DE CARAJÁS, Ano I, nº 01, p. 20.

¹⁷² DIÁRIO DE CARAJÁS. Ano I, nº 01, p. 16.

^{173 &}quot;Como é o caso dos garimpos Cumaruzinho e Maria Bonita, implantados na reserva Gorotire, dos índios Kayapó, no município de Redenção". (PARÁ AGRÁRIO. Informativo da situação fundiária. Ocupação do solo e subsolo. Garimpo e Mineração. Belém, Idesp, 1992. Edição Especial, p.29).

vale ressaltar, esta prática trouxe muitas mudanças para o modo de vida destas tribos, que atualmente não dispõem do ouro e muitos encontram-se desenraizados culturalmente. ¹⁷⁴ A Área Indígena Kayapó, compreendendo as aldeias A'Ucre, Gorotire, Kikretum, Kokraimoro e Kuben Kran Ken, é juridicamente regularizada, devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis (CRI) e no Serviço de Patrimônio da União (SPU). ¹⁷⁵ Em 15 de dezembro de 1994, a FUNAI iniciou uma operação no Sul do Pará para retirada de garimpeiros e madeireiros que vinham atuando ilegalmente dentro da AI Kayapó. ¹⁷⁶ Mas, certamente, pouca coisa restava já neste tempo.

Como assinalamos anteriormente, o trabalho nos garimpos era desenvolvido a partir do sistema tradicional, o que tornava o mesmo bastante penoso ao garimpeiro. Segundo informações de P. Laport e Chico Gouriou, o garimpeiro trabalhava em média 12 horas por dia. "Eles formam equipes de 3 a 8 pessoas. Cada equipe tem uma área limitada que varia de 10 por 10m^2 e 25 por 25m^2 ." A esperança do garimpeiro de encontrar ouro, enriquecer ou simplesmente melhorar de vida é o que o caracteriza enquanto tal. Apesar dos insucessos da empreitada, das muitas restrições no âmbito da vida social¹⁷⁸, o garimpeiro é geralmente persistente no seu trabalho. Os componentes da aventura e da ilusão, segundo P. Laport e Chico Gouriou, são importantes na caracterização do

^{174 &}quot;Nunca é demais que os contatos com os brancos sempre trouxeram inúmeros prejuízos às populações indígenas, como assassinatos provocados por disputas de recursos naturais, mortes decorrentes de doenças transmitidas pelo branco e introdução de novos costumes, que têm resultado na destribalização desses povos. Mais recentemente, a exploração desses garimpos que utilizam mercúrio vem causando a poluição de mananciais hídricos, havendo mortes e contaminação de plantas e animais aquáticos, que são a base da alimentação desses povos. Como conseqüência, registra-se a desnutrição de algumas dessas populações, além do que os índios passam a valorizar o dinheiro, o ouro e diversos bens trazidos pelos garimpeiros ficando muitas vezes, a mercê desse protagonista." (idem, Ibidem, p. 38).

garimpeiros, ficando, muitas vezes, a mercê desse protagonista." (idem, Ibidem, p. 38).

175 Dec. Nº 316 de 29/10/91 homologa demarcação administrativa (DOU. 30/12/91). Reg. CRI matr. 18807, liv. 2 ADD, fl. 129 em 21/12/86. Reg. SPU PA-03, liv. 02 em 27/10/87. Extenção de 3.284.005 há, compreendendo território na época pertencente ao município de São Félix do Xingu. Cf. Terras Indígenas no Brasil. Centro Ecumênico de Documentação e Estudo-CEDI/Projeto Estudo sobre Terras Indígenas-PETI, dezembro de 1990, Apud. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Op. Cit. p. 86.

¹⁷⁶ Idem, Ibidem, p. 94.

¹⁷⁷ P. Laport e Chico Gouriou. Op. Cit. p. 3.

^{178 &}quot;A vida social nos garimpos privados é muito reduzida. Não tem contato com o governo, as autoridades, o sindicato, a igreja ou outras entidades. As relações sociais dos garimpeiros são quase todas em função do garimpo. Eles parecem ter um vida paralela a da sociedade. A preocupação central é o trabalho. Toda sua organização é independente da sociedade civil.

Um dos únicos lugares de integração social e de consumo é o "cabaré", onde ele vai gastar sem contar, criando-se a ilusão da riqueza. Sabemos que esta riqueza é efêmera. Cr\$ 50.000,00 gastos em três dias é caso frequente. Tudo se joga entre trinta dias de realidade difícil e três de ilusão. Um carnaval por mês! E depois a volta de mãos vazias. Isto é o círculo vicioso de uma grande maioria dos garimpeiros.

O outro lugar de lazer do garimpeiro é a "cantina", onde ele vai fazer compras. Dependendo da distância ele vai todo dia ou mais esporadicamente: uma vez por semana, em cada duas semana uma vez, etc." P. Laport e Chico Gouriou. Op. Cit. p. 4.

garimpeiro. Porém, estes elementos não eliminam no mesmo a perspectiva e valorização da experiência. No depoimento do sr.-Francisco Furtado 179, o exemplo desta questão:

> "Aqui pode não ter ouro , mas a ilusão da gente é que tem ouro. A ilusão da gente é que este garimpo ajeita. Se não for, aí lasca. Garimpeiro profissional não dá murro em ponta de faca. Se ele desce no primeiro buraco e quando chega no cascalho se não prestar ele tira fora, não vai ficar se matando."

Como vimos, o trabalho de garimpagem do ouro não era fácil, e muitos dos homens que dedicaram esforços nesta atividade pouco conseguiram almejavam. Além das próprias relações de produção no garimpo serem geralmente desvantajosas para o garimpeiro, 180 a comercialização do ouro produzido não era diferente.181

Retornando o caso particular de Cumaru, o jornal Diário de Carajás faz uma descrição interessante sobre a forma como se dava a comercialização do ouro e a administração de Cumaru em 1981. Neste ano, a produção do metal alcançava uma média de 8 Kg por dia. 182 Segundo o jornal, a empresa Doce-Geo, subsidiária da Cia Vale do Rio tinha o monopólio na comercialização da produção e impunha condições desvantajosas e injustas aos garimpeiros no momento da venda do ouro.

> "Quando a venda é de ouro bruto, a Doce-Geo procede um desconto de 15 a 18% de impurezas, e quando fundido, de 12%,

¹⁷⁹ Correio Brasiliense, 29/08/80, p.8. Apud. Idem, Ibidem.

^{180 &}quot;Registra-se a ocorrência de múltiplos conflitos ao nível das relações de trabalho na atividade de extração mineral. O difícil acesso às minas, associado ao propósito de reduzir o custo da extração do minério, propicia condições favoráveis a adoção de formas de imobilização de força de trabalho. Disseminam-se modalidades de peonagem da dívida com os denominados "patrões de garimpo" e as empresas mineradoras, monopolizando os meios de transporte para a área, o abastecimento do garimpo e a comercialização do minério. Além disto, há severo controle na entrada dos garimpos e o ingresso só é tornado possível a partir da autorização expressa da empresa mineradora ou do "dono do garimpo". Com frequênica constata-se a existência de postos de vigilância que controlam o acesso às áreas de garimpagem." ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Op. Cit. p.183.

181 No caso dos garimpos particulares, além de ser automaticamente descontado a porcentagem do dono

do garimpo e do chefe de equipe, o primeiro ganha mais lucros na compra do ouro produzido. É que geralmente o ouro produzido num determinado garimpo era obrigatoriamente comercializado na cantina do dono do garimpo. Segundo P. Laport e Chico G., o lucro do proprietário se situa na faixa de 40 a 50%. P. Laport e Chico Gouriou. Op. Cit.

^{182 &}quot;A maioria dos garimpeiros que estão no Cumarú, num total aproximado de 70%, estão posicionado em grotas ou 'catras' pobres, de pequeno rendimento, e por isso mesmo, malvivem para o próprio sustento." DIÁRIO DE CARAJÁS. Ano I, nº 01.

fato que acarreta as maiores e mais pesadas queixas por parte dos garimpeiros. E essas queixas dos trabalhadores parecem procedentes, uma vez que, no mercado paralelo, os preços são 10% mais elevados e não são procedidos quaisquer descontos."183

Porém, consultando outras fontes¹⁸⁴, a informação que parece-nos mais provável sobre a comercialização do ouro de Cumaru, é de que a mesma era feita oficialmente pela Caixa Econômica Federal, que inclusive mantinha um posto de atendimento na região central do garimpo. A CEF atuou na comercialização do ouro produzido na região até 1989, quando, devido ao declínio na sua produção, deixou de exercer tal função, abrindo caminho para o comércio particular, através das diversas lojas de compra e venda de ouro. Uma possibilidade, a ser pesquisada, sobre a atuação da Doce-Geo na comercialização do ouro de Cumaru, pode ser pensada para o período anterior à intervenção do Governo Federal na área, em 1981. De qualquer modo, a indicação do *Diário de Carajás* serve para ilustrar as condições desvantajosas que, geralmente, os garimpeiros encontravam no momento de comercializar o ouro produzido.

A situação acima contribuía para a prática do contrabando. Segundo informações do Idesp¹⁸⁵, o ouro contrabandeado desta região era destinado, principalmente, para São Paulo. Na realidade, o contrabando de ouro se dava em todas regiões garimpeiras no Estado do Pará. Isto inclusive apresentava-se como um grande problema nos momentos de contabilizar a produção deste minério no Estado. Desta forma,

"as estatísticas disponíveis registram tão somente a produção oficial, isto é, aquela parcela expressa nas guias de recolhimento de impostos no ato da comercialização do minério. A produção oficial, desta forma, reflete apenas o montante de ouro que é legalmente comercializado na região". 186

Depoimentos orais de Osias Gomes de Sousa Mendes (na época andava nos garimpos como mascate, vendendo utensílios diversos), Raimundo Saraiva Rodrigues e de um ex-comprador de ouro entre os anos de 1989-1995.

185 PARÁ AGRARIO. Informativo da situação fundiária. Ocupação do solo e subsolo. Garimpo e Mineração. Belém, Idesp, 1992. Edição Especial.

186 Idem, Ibidem, p. 8.

_

¹⁸³ Idem, Ibidem.

Ainda segundo estimativas do Departamento Nacional da Produção Mineral-DNPM, da Associação Brasileira dos Mineradores de Ouro-IBRAM e da União dos Sindicatos e Associações dos Garimpeiros da Amazônia Legal-USAGAL, a produção real de ouro no Estado "chegaria a ser quatro a cinco vezes maior que a oficialmente registrada, uma vez que grande parte é desviada para o eixo Rio-São Paulo ou contrabandeada para outros países,...". Vale ressaltar que o contrabando atingia também o conjunto da produção nacional. Em 1987, o DNPM e o Ibram estimavam a produção nacional de ouro em cerca de 100 toneladas, das quais somente 40% eram registrada. 188

Mas, retomando o caso dos garimpos de Cumaru, é interessante perceber que as desvantagens dos garimpeiros não se limitavam à comercialização do ouro, o abastecimento de alimentos era feito também por via do monopólio comercial. A Cobal era a responsável pelo fornecimento dos gêneros de armazém, cobrando pelos produtos, geralmente, preços exorbitantes. Outros serviços, como os de farmácia e açougue, eram fornecidos, também com exclusividade, pelos proprietários da Fazenda Santa Teresa. 189

Sobre a administração em Cumaru, no período de intervenção do governo federal, o Diário de Carajás relata, em 1981, que aos garimpeiros era imposta uma "férrea disciplina". Era proibido a entrada de mulheres e bebidas alcóolicas nos garimpos. Porém, os homens que ali trabalhavam sempre encontravam suas formas de driblar a fiscalização da Polícia Federal. Ainda segundo o jornal, os garimpeiros chegavam a beber álcool misturado em açúcar ou desodorantes para conseguir conviver com a solidão. Neste período, consta que,

"Na grota do Tarzã, na Reserva Indígena Gorotire, litros do 'precioso líquido' foram lançados em baldes plásticos envolvidos por borrachas, de modo a não quebrarem, para a alegria daqueles homens duros e sofridos." ¹⁹⁰

Outro dado importante a ser destacado acerca da administração em Cumaru diz respeito aos rituais patrióticos realizados regularmente todos os dias no garimpo. O Diário de Carajás descreve-os com tom de ironia e crítica. A questão é que neste período a liberdade de imprensa nestes garimpos sofria restrições por parte da administração do

188 INDICADORES DA SÓCIO-ECONOMIA PARAENSE. Belém, Idesp, 1987, p. 16.

-

¹⁸⁷ Idem, Ibidem.

¹⁸⁹ DIÁRIO DE CARAJÁS. Ano I, nº 1, p. 16.

¹⁹⁰ Idem, Ibidem.

Projeto. Inclusive, os redatores da matéria deixam claro que a mesma teria sido elaborada através da coleta de informações com pessoas que tinham acesso ao garimpo(pilotos, garimpeiros e visitantes). Desta forma, esta situação certamente contribuiu para que os mesmos não poupassem algumas críticas à administração da localidade, como na descrição acerca dos rituais patrióticos:

> "Mas a honra da pátria é salva todos os dias, pela manhã e à tarde, quando ao som do hino brasileiro, espantados garimpeiros e representantes dos funcionários, hasteiam o pavilhão nacional".191

Uma situação muito comum nos garimpos é o clima de insegurança e violência. Em Cumaru, sabia-se que, devido o clima de insegurança, nenhum funcionário da administração se deslocava desacompanhado no garimpo e sem a devida autorização.192 Além disso, a violência decorrente de conflitos envolvendo garimpeiros, donos de garimpos, empresas de mineração, indígenas e proprietários de área era geralmente muito comum.

Os conflitos gerados a partir da disputa pelo subsolo entre os diversos agentes envolvidos, tendo como base os casos registrados em todo o Estado, eram motivados pelas seguintes situações:

> "-disputas por jazidas minerais, sendo arrolados como protagonistas as empresas de mineração e os chamados "donos de garimpo", ou "patrões de garimpo".

> -exploração de riquezas do subsolo, que se encontram sob um solo já ocupado. Nesse caso, os interesses das empresas mineradoras e donos de garimpos colidem com aqueles dos produtores rurais193 e povos indígenas.

192 Idem, Ibidem.

193 Ocorreram conflitos deste caráter, em 1986, nos garimpos do Mandí (Santana do Araguaia), Manelão e Gavião (São Félix do Xingu). Em 1985, a CPT encaminhou ao MIRAD o caso de um conflito envolvendo a empresa de mineração COMIPA e posseiros da Gleba Anajó, em São Félix do Xingu. Cf. ALMEIDA, Alfredo W. Berno de. Op. Cit. pp.180-182.

¹⁹¹ Idem, Ibidem.

-imposição de relações de trabalho perversas, através de mecanismos coercitivos, que, no caso do Pará, diz respeito ao denominado trabalho escravo.¹⁹⁴

-violência generalizada no garimpo, em decorrência da disputa pelo ouro."195

A pouca prática de registro oficial destes conflitos provoca sérias dificuldades para precisar suas causas e os seus números. Mesmo em termos de estimativas é pouco provável conseguir uma aproximação quantitativa e qualitativa das situações de conflitos que teriam ocorridos nos diversos garimpos da região. Sabe-se que a própria população garimpeira se sentia intimidada em realizar denúncias devido ao que era denominado de "lei do garimpo":

"Os outros casos de conflitos registrados quanto a relações de trabalho, circulação de mercadorias e a violência característica das áreas de garimpo, possivelmente não refletem as tensões existentes, uma vez que, conforme foi possível apurar em pesquisa de campo, as desavenças se resolvem no local, sem extrapolarem as fronteiras do garimpo, sob pena de serem os delatores seriamente castigados, conforme os princípios da lei do garimpo". 197

De 1978 a 1989, segundo dados levantados pelo Idesp, na microrregião homogênea de Redenção - municípios de Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia,

¹⁹⁷ PARÁ AGRÁRIO. Informativo da situação fundiária. Ocupação do solo e subsolo. <u>Garimpo e</u> Mineração. Belém, Idesp, 1992. Edição Especial, p.38.

¹⁹⁴ "As denúncias de "trabalho escravo", de "escravidão pela divida" nos garimpos remetidas ao MIRAD, ao Ministério da Justiça e ao Ministério do Trabalho enfatizam que os trabalhadores já entram endividados no processo de produção, devido às despesas de transportes. A partir daí, o endividamento é crescente, com despesas de alimentação nas cantinas controladas pelos "donos de garimpo" e com os preços de alimentos e do próprio minério fixados também por eles." Na fazenda Morada da Prata, garimpo Baixão, município de Santana do Araguaia, foi constatado pela Polícia Federal em 1986 a existência de regime de trabalho escravo, funcionando desde 1979. ALMEIDA, Alfredo W. Berno de. Op. Cit., pp. 181 e 183-184.

¹⁹⁵ PARÁ AGRÁRIO. Informativo da situação fundiária. Ocupação do solo e subsolo. <u>Garimpo e Mineração.</u> Belém, Idesp, 1992. Edição Especial, p.35.

¹⁹⁶ "Nos registros acerca dos conflitos de terra envolvendo unidades de exploração mineral, tem-se, no período de janeiro de 1985 a dezembro de 1992, a ocorrência de pelo menos 37 homicídios dolosos, de dezenas de casos de "desaparecimento de garimpeiros" e a localização de inúmeras ossadas, com suspeita de serem cemitérios clandestinos, próximos a alguns garimpos localizados no Sul do Pará." ALMEDIA, Alfredo W. Berno de. Op. Cit. p. 184.

Redenção, Rio Maria e Xinguara - foram registrados apenas seis (06) conflitos em área de garimpo. Todos estes conflitos tem como causa registrada a disputa pela área de exploração garimpeira. 198

Os conflitos decorrentes do intrusamento das áreas indígenas por empresas mineradoras e garimpeiros eram comuns, segundo dados levantados pelo CEDI/CONAGE, em 1986:

"tanto os "patrões de garimpos" quanto as empresas de mineração desenvolvem ação sistemática de intrusamento das áreas indígenas. Havia naquele ano 537 alvarás de autorização de pesquisa e 1.732 requerimentos incidentes em 77 terras indígenas localizadas na Amazônia Legal, sob controle de 74 empresas ou grupos econômicos. Eram 23 áreas indígenas atingidas no Pará, e 05 no Maranhão."199

A seguir alguns casos registrados na área indígena dos Kaiapós:

"Em agosto de 1992, o Boletim da Associação Brasileira de Antropologia publicou um histórico sobre o garimpo Manezão, ou Manelão, que desde 1987 estaria funcionando na área indígena dos Kayapó - Xikrin do Bacajá. O garimpo começou com um grupo de garimpeiros que foi despejado, em abril de 1989, pela Mineradora Scalabrin, do grupo Paranapanema - que pagava aos Kayapó, além de um preço estipulado, dois vôos semanais a Altamira. (...)

Os Kayapós, notadamente os grupos Gorotire e Kikretum, estariam convivendo com o garimpos desde 1983, conforme analisa André Villas Boas, do CEDI. Teriam, desde então, desenvolvido 'um modelo de gerenciamento de exploração de seus recursos naturais que lhes assegura uma renda permanente (...) que lhes garante uma autonomia em relação à precária assistência do governo' (Aconteceu, 27.3.92, p.11)

No mês de agosto de 1992, vem a público a disputa entre um grupo Kayapó Kokremoro e a Mineradora Canopus,

¹⁹⁸ Idem, Ibidem, p. 19.

pela posse de uma área de 8.400 hectares, em Serra Bom Jardim, Município de São Félix do Xingu (PA). Após um ano exigindo que o governo reconhecesse que as minas estão localizadas em seu território, os Kayapós fizeram um acordo com a mineradora e passaram a receber, em troca da exploração de estanho e tungstênio, roupas e alimentação no valor mensal de mil dólares."200

Os conflitos envolvendo grupos indígenas, nesta região, não se davam apenas em função do intrusamento por garimpeiros e empresas de mineração. Entre os anos de 1992 a 1994, segundo dados levantados pelo CIMI, CEDI, PETI e imprensa²⁰¹, os conflitos ocorridos na Área Indígena Kayapó, foram:

"intrusamento por madeireiros (Importadora Perachi Ltda., Madeireira Araguaia S.A., Puriniu, Madeireira Bannach Ltda., Serraria Sul do Pará, Sebba S.A., Indústria e Comércio de Lâminas Nossa Senhora Aparecida Ltda., Joary ou Juary, Osmar Filho, Azzayp Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.); instrusamento por garimpeiros; intrusamento por agropecuárias; surto de doenças no aparelho respiratório; agressão física contra Kenti Kayapó por um ex-tenente do Exército; contaminação por mercúrio."202

Desde fins da década de 1970 e no decorrer da década seguinte, vinculava-se na região a imagem da cidade de Redenção como muito violenta. Pelas informações que possuímos este não era apenas um estereótipo, pois possuía uma relação real com os acontecimentos locais. Inclusive, existia um ditado popular que dizia que " a cidade que mais cresce no sul do Pará é o cemitério de Redenção". Em um pequeno caderno de Literatura de Cordel, sobre a História de Redenção, a poetiza Marcelina Rodrigues Coimbra, em 1977, revela o imaginário social acerca da situação de violência na localidade. Das 59 estrofes que compõe o caderno, 40 delas referem-se diretamente à representação

¹⁹⁹ ALMEIDA, Alfredo W. Berno de. Op. Cit. p. 179.

²⁰⁰ Idem, Ibidem, pp. 179-180.

²⁰¹ Apud. Idem, Ibidem, p. 94.

²⁰² Idem, Ibidem.

²⁰³ SANTOS, Gaudência Lisboa dos. Op. Cit. p.6

do clima de violência e insegurança que caracterizava Redenção. A seguir algumas das estrofes retratando a realidade acima descrita:

11

E assim continua
A charqueada humana.

Morre gente sem cessar
Assim é que corre a fama.
A negrada mata a gente
Só para ver fazer cama.

Tanto jovem esperançoso Que está no cemitério, Tanto pai de família Que honrava seu critério Que deixou os seus filhos 'Este é um caso sério'.

O povo aqui no arredor Já recusa a ir lá Por avexado que seja Acostuma não voltar Que podemos fazer Se ordem ali não criar.

Aqui nós somos felizes
No meio destas criaturas
Aqui ninguém sofre fome
Nessa tamanha fartura.
Mas morrer de balas quentes
E morrer na sepultura.

Todo mundo teme o fogo De queimar até o dedo. Bezouro quente na rua Quem é que não tem medo? Se vem pra pegar no Zé Na hora pega é o Pêdo.

Senhor Deus onipotente.

Divino consolador

Nos ministros principais

Cria coração de amor

Pra ver se na REDENÇÃO

Acaba este terror.

Peço a Nossa Senhora
Imaculada Maria
Rogai pelo seu povo
Acabai com agonia
Olhai para REDENÇÃO
Ó doce virgem e pia.
..."
(Marcelina, Rodrigues, Coimbra

(Marcelina Rodrigues Coimbra, Fazenda Canto dos Pastos, Município de Redenção, Pará, 1º de outubro de 1977).²⁰⁴

As possíveis explicações para este quadro de "violência generalizada" são: as tensões advindas dos conflitos agrários na região; o crescimento demográfico desordenado, propiciado pela migração, somado a um alto índice de população flutuante em decorrência principalmente dos garimpos; e, por fim, à própria disputa pelos lucros econômicos da exploração do ouro na região.²⁰⁵

²⁰⁵ De 1984 a 1991 foram registrados 2.253 óbitos. A média anual a partir de 1986 foi de mais de 300 óbitos. (FONTE: Cartório Único Oficio - Redenção. Apud. Levantamento realizado pelo Movimento de

--

Marcelina Rodrigues Coimbra, <u>História de Redenção</u>, Literatura em Cordel nº 01, da Ordem Brasileira dos Poetas da Literatura de Cordel - OBPLC e da Sociedade dos Poetas Cordelistas da Bacia Amazônica - SOPOCOBA, 1ª edição, 1983. A autora é natural de Goiás, na época cognominada "POETISA SERTANEJA", casada, mãe e diz-se na época engajada em lutas populares. Atualmente mora em Rio Maria, onde também foi engajada na organização comunitária de seu bairro.

A formação da cidade de Redenção, seu crescimento demográfico e sustentação econômica, deve-se particularmente à existência dos garimpos na região. Redenção recebia os migrantes/garimpeiros²⁰⁶ que chegavam de vários estados, principalmente do Maranhão²⁰⁷, que por sua vez retornavam à cidade para comercializar o ouro conseguido nos garimpos, "gastar o dinheiro obtido neste trabalho" ou ainda visitar a família que residia na cidade²⁰⁸:

"Não havia como gastar o dinheiro lá, em Cumaru. E não se podia sair com esse ouro de lá, porque quem comprava o ouro era a Caixa Econômica Federal. Então o cara produzia lá 2, 3 Kg de ouro e vinha gastar o dinheiro em Redenção, porque não tinha como gastar lá. Gastar em Redenção onde...? Nos bares, restaurantes, nos bordéis, nos bolas chamado, comprando máquinas no comércio, nos hospitais, essa coisa toda. Com isso vieram as grandes empresas de máquinas de garimpo. Vieram essas empresas e montaram suas estruturas aqui também. Tudo isso foi muito fantástico. A gente veio presenciar todo esse formigueiro humano, porque aqui era um formigueiro." (Saraiva Rodrigues)

No decorrer da década de 1980, o número de habitantes no município mais que triplicou. De 25.218 habitantes em 1980 para uma população estimada de 82.517 habitantes em 1990. Em meados da década de 1980, a taxa de crescimento demográfico era

Educação de Base, 1992). As causas dos óbitos não estão registradas no levantamento realizado pelo MEB. Porém, mesmo sem dados oficiais, é possível estimar, com base em informações vinculadas informalmente acerca deste período, que as principais causas de mortes eram por assassinato e pela febre malária, que atingia principalmente os garimpos.

206 "A população dos garimpos seria composta de mais de 60% de gente vinda de outros municípios e apenas 40% daqui. A presença mais forte vem do Maranhão, em especial das cidades de Imperatriz, Santa Inês, Santa Luzia e Barra do Corda." (Correio Brasiliense, 29/08/80, p. 10). Apud. P.Laport e

Chico G. Op. Cit. p. 2.

p.16. ²⁰⁸ "De 2.100 unidades prediais em 1982, passamos para quase 12.000 atualmente" (1987). Prefeitura Municipal de Redenção, <u>Análise Diagnóstico do município de Redenção.</u> Governo Arcelide Veronese,

1987(aproxidamente).

²⁰⁷ "... a abertura de garimpos constituiu-se num forte atrativo para populações oriundas do campo, além de contigentes de desempregados e subempregados originados de cidades - em ambos os casos, não apenas no Pará, mas também de outros estados, particularmente do Maranhão - evidenciando seu papel de amortecedor do problema do desemprego estrutural". PARÁ AGRÁRIO. Informativo da situação fundiária. Ocupação do solo e subsolo. <u>Garimpo e Mineração.</u> Belém, Idesp, 1992. Edição Especial, p.16.

. no. 10-3

de 18, 52% ao ano.²⁰⁹ Sobre o número da população flutuante na cidade, em 1987 a Prefeitura estimava em cerca de 2.000 pessoas/dia²¹⁰, e em 1991, por volta de 1.000 pessoas por dia²¹¹.

A cidade crescia desproporcionalmente à revelia de um planejamento urbano que desse conta de tal processo. A carência de infra-estrutura básica é um dado ainda nos dias atuais. Por volta de 1987, a Prefeitura Municipal assim descrevia esta situação:

"O crescimento relâmpago empreendido pela cidade nos últimos cinco anos extrapolou todos os planos de urbanização, impedindo o devido planejamento e incrementação das ações básicas de saneamento e urbanização dos novos bairros.

Nosso sistema de abastecimento de água é precário. São seis poços semi-artesianos que devido a inexistência de reservatórios permitem apenas 3.000 ligações das quais apenas 1.700 estão operando.

Não temos rede de esgotos sanitários. A solução é a prática das fossas sépticas ou biológicas, conforme o poder aquisitivo do morador. A captação das águas pluviais existem apenas nas ruas e avenidas do centro, assim como a pavimentação."212

Mesmo considerando que a atividade de extração do ouro foi, até inícios da década de 1990, uma das principais - senão a principal - fonte de sustentação econômica do município, esta renda não foi aplicada de forma a revestir-se em benefícios de infraestrutura e de base econômica para a localidade. Este caso se assemelha ao que ocorreu em outras cidades da região que também foram formadas sob a sombra dos garimpos, como por exemplo Xinguara. Segundo análise do Idesp, a curta permanência do metal na região, da qual saía por meios legais ou pelo contrabando e descaminho, reduz seu potencial de dinamizador da economia local."²¹³

²⁰⁹ IBGE (Dados levantados em 1998 no IBGE, em Conceição do Araguaia).

Prefeitura Municipal de Redenção. <u>Análise Diagnóstico do município de Redenção.</u> Administração Arcelide Veronese, 1987 (aproximadamente).

Prefeitura Municipal de Redenção. <u>Planejamento Secretaria Municipal de Saúde e meio ambiente.</u>

Prefeitura Municipal de Redenção. <u>Análise Diagnóstico do município de Redenção.</u> Administração Arcelide Veronese, 1987.

²¹³ PARÁ AGRÁRIO. Informativo da situação fundiária. Ocupação do solo e subsolo. <u>Garimpo e</u> Mineração. Belém, Idesp, 1992. Edição Especial, p.16.

ANEXO

Povos Indígenas do Pará - 1993 -

- 1993 -						
ÁREA INDÍGENA	POVO	POPULAÇÃO				
Alto Rio Guamá	TEMBÉ	871				
Cuminapanema	POTURU	140				
Bacaja	XICRIN	219				
Katete	XICRIN	458				
Trincheira Bacaja	KAIAPÓ/XICRIN	52				
Kararaô	KAIAPÓ	27				
Cachoeira Seca	ARARA	63				
Kaiapó	KAIAPÓ	1.924				
Bau	KAIAPÓ	487				
Menkragnoti Dubenkokre	KAIAPÓ	489				
Arara I	ARARA	98				
Praia do Índio	MUNDURUKU	44				
Mangue	MUNDURUKU	23				
Sai Cinza	MUNDURUKU	545				
Anambé	ANAMBÉ	99				
Tembé	TEMBÉ	43				
Tembé-Mariquita	TEMBÉ	39				
Paquiçamba	JURUNA	22				
Karajá – Santana do	KARAJÁ	128				
Araguaia	J					
Munduruku	MUNDURUKU	3.465				
Koatinemo	ASURINÍ	71				
Arara II/Penetecaua	ARARA	272				
Curua	XIPÁIA/CURUÁRIA	147				
Parakanã	PARAKANÃ	335				
Araweté	ARAWETÉ	206				
Mãe Maria	GAVIÃO	300				
Trocará -	ASURINI	213				
Sororó	AIKEWAR	150				
Nhamunda Mapuera	HIXKARIANA	1.081				
,	KAXUIANA/WAI-WAI					
Andirá/Maraú	SATERÉ	'-				
Rio Paru D'Este	WAIANA-APARAÍ	110				
Parque Ind.	TITTYÓ KAXULANA	767				
Tumucumaque	EWARHOYANA					
Kaiabí	KAIABÍ	347				
Kaiabí Gleba Sul	KAIABÍ	400				
Amanayé	AMANYÉ	_				
Maramanduba	KARAJÁ	_				
EONTE D. I. C	-1- FINAL C1 1-	1002 A - 1 CIMI				

FONTE: Dados fornecidos pela FUNAI em Setembro de 1993. Apud. CIMI Norte II.

Porém, mesmo considerando esta pouca circulação e volatilidade da permanência do ouro no município, o fato é que este figurou como uma importante fonte de renda-seja pelo dinheiro que fazia movimentar o comércio ou pelos recursos gerados na sua exportação. No depoimento de Saraiva Rodrigues a imagem do que significava os "anos de ouro":

"A circulação de pessoas era muito grande e corria muito dinheiro. Era a vila que aqui na região que corria mais dinheiro, tinha 8 bancos. Hoje nós estamos aqui com 60 mil habitantes e temos 5 bancos. Porque 8 bancos? Porque os bancos estavam doidos em pegar o dinheiro do povo, dinheiro que estava sendo produzido. E tudo isso gerava uma coisa muito boa. Uma expectativa de trabalho, numa vila onde não havia praticamente estrutura social. Porque a população do Brasil inteiro estava aqui. Estava o nordestino, estava o sulista, estava o pessoal do centro oeste, de todo lado tinha gente. Isso aqui era uma miscelânea de povo. E ainda hoje a gente não tem uma sociedade organizada, porque os gaúchos tem seus grupos lá no CTG, os nordestinos trazem a saudade do nordeste e o pessoal do centro oeste acho que cultuam aquela cultura lá do Goiás." (Saraiva Rodrigues)

Segundo cadastro da Prefeitura Municipal, por volta de 1987 existiam 2.026 estabelecimentos comerciais na cidade de Redenção, nestes destacando-se os voltados para atender às demandas dos garimpos. Em 1991 este quadro não mudara, sendo o comércio constituído de 1.626 estabelecimentos, "predominando casas de produtos agropecuários, implementos e suprimentos para garimpo, materiais para construção, auto peças, casas de eletrodoméstico, confecção, supermercados, etc; sendo responsável por 10.000 empregos diretos."

Em 1989, os "garimpos de Cumaru" constituíam-se na terceira mais importante província aurífera do Brasil, compreendendo uma área aproximada de 25.000 Km². Esta região garimpeira estava localizada nos "municípios de São Félix do Xingu, Conceição do

²¹⁴ Prefeitura Municipal de Redenção. <u>Análise Diagnóstico do município de Redenção.</u> Ad. Arcelide Veronese, 1987.

²¹⁵ Prefeitura Municipal de Redenção. <u>Planejamento Secretaria Municipal de Saúde e meio ambiente.</u> 1991, p.5. Estes dados são também da Associação Comercial de Redenção, referente ao ano de 1992.

Araguaia, Tucumã, Redenção, Rio Maria e Xinguara, englobando mais de 60 explorações, das quais Tucumã, Serrinha, Cuca, Segredo, Manelão e Pedra Branca se destaeavam". 216 No quadro nº 03 apresentamos a estimativa do número de garimpos e população garimpeira para cada município da região de Cumaru. Observe que o número de garimpos e respectiva população garimpeira para Redenção é pouco significante em relação a outros municípios, porém, como assinalamos anteriormente, o impacto do ouro no município se deu devido às relações estabelecidas com diversos outros garimpos próximos.

No ano de 1991, os garimpos circunvizinhos que tinham em Redenção apoio logístico, segundo a Prefeitura Municipal eram os seguintes: Redenção - Fazenda Alô Brasil, Guará-Pará, Gameleira e Cajueiro; Conceição do Araguaia - Mamão, Babaçu e Floresta; Rio Maria - Lapoa Seca e Bannach; Ourilândia do Norte - Bateia, Pista Branca, Santa Cruz, Maria Bonita, Macedônia, Espadilha, Tarzan, Projeto Cumaru, Fazenda Rio Dourado, Reserva Indígena Kayapó: Gorotire, Aucre, Kebenkekre e Dubenkekrem, Santa Maria das Barreiras - Aldeia Velha, Serra do Inaja, Forquilha, Batista, Rio Negro, Condespar, Fazenda Araguaia, Agropec, Carrapato e Casa de Tábua²¹⁷.

QUADRO Nº 03

1. GARIMPO E POPULAÇÃO GARIMPEIRA - 1989 - 2º semestre:

MUNICÍPIO	N° DE GARIMPOS	POPULAÇÃO GARIMPEIRA
Conceição do Araguaia	04	580
Redenção	07*	407
Rio Maria	11	1.334
Santa Ma das Barreiras	13	1.228
Santana do Araguaia	10	846
Xinguara	02	571
São Félix do Xingú	06	930
Tucumã	34	7.546
Ourilândia do Norte	99	10.746
TOTAL	186	24.188

^{*}Espanhol, Grotinha, Grotão, Grota do Papagaio, Pium, Sequeiro da Velha e Sequeiro da Gariroba.

FONTE: Sucam (Setor de Estatísticas). Apud. Idesp.²¹⁸

²¹⁶ PARÁ AGRÁRIO. Informativo da situação fundiária. Ocupação do solo e subsolo. Garimpo e

Mineração. Belém, Idesp, 1992. Edição Especial, p.28.

217 PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO. Planejamento da Secretaria Municipal de Saúde.

²¹⁸ PARÁ AGRÁRIO. Informativo da Situação Fundiária. Ocupação do Solo e Subsolo. Garimpo e Mineração. Belém, Idesp, 1992. Edição Especial.

Observe que, de 1989 para 1991, os garimpos localizados no município de Redenção mudaram. Isto é, não são mais os mesmos. Este dado nos remete ao fato da natureza sazonal da atividade garimpeira.

"Muitas vezes surgem baixões de garimpagem, denominados 'fofocas', que imediatamente atraem um significativo número de trabalhadores, os quais podem permanecer por curto ou longo período de tempo, dependendo do tamanho da jazida e da facilidade de extração. Esta sazonalidade se traduz numa intensa corrente migratória entre as áreas de garimpos e as de agropecuária e extrativismo animal e vegetal, processo no qual o trabalho nas primeiras, realizado nos períodos de menos demanda por mão-de-obra masculina nas segundas, serve para gerar renda para que o pequeno produtor ou extrator tenha condições de financiar sua atividade, quando for autônomo, ou permitir sua sobrevivência, quando for empregado. Esta corrente migratória dificulta ainda mais o trabalho de mensuração do contigente de trabalhadores dos garimpos."219

As dificuldades de mensuração dos resultados da atividade garimpeira dizem respeito principalmente a sua produção. Como já discutido anteriormente, os dados estatísticos refletem tão somente aquela parcela legalmente comercializada. Considerando esta ressalva, no quadro nº 04 podemos observar o movimento da produção de ouro na região de Cumaru no decorrer da década de 1980. Verificamos que seu momento de auge se deu em meados da referida década, demonstrando queda significativa em 1989. A relação da produção de ouro de Cumaru com outras regiões garimpeiras do Estado do Pará poderá ser verificada no quadro nº 24.

QUADRO Nº 04 Produção de Ouro na região de Cumarú - 1980-1989.

Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989*
Prod.**	-	1,7	1,9	5,8	6,0	4,1	2,3	2,2	1,5	1,0
%***	-	15,2	10,8	18,2	30,9	30,2	21,4	16,7	8,7	7,5

^{*(}Estimativa 1989) Setor de Economia Mineral

FONTE: DNPM (Setor de Economia Mineral).220

Segundo informações de um antigo comprador de ouro(1989-1995) e do proprietário de uma das duas (02) lojas de compra e venda de ouro existentes atualmente em Redenção, a queda na produção deste metal já era, de fato, sentida nos inícios da década de 1990. Inclusive o motivo que teria levado a Caixa Econômica Federal, até então responsável pela comercialização do ouro na região, deixar de exercer essa função teria sido justamente a baixa significativa na sua produção. Até 1989 a CEF mantinha um escritório funcionando em Cumaru, especificamente com a função de compra do ouro produzido nos garimpos próximos. A partir deste ano o comércio de compra e venda do ouro passou a ser feito por lojas particulares. Até os anos de 1994/1995 existia na cidade de Redenção cerca de 12 lojas com esta função. Atualmente existem apenas duas (02) lojas, uma com perspectivas de encerramento do negócio.²²¹

Ainda segundo informações das duas pessoas acima citadas, a quantidade produzida de ouro na região atualmente é insignificante²²². Para eles, a atividade garimpeira não é mais economicamente viável. Estimam a produção de ouro dos garimpos de Cumaru em uma média de 200g. por semana. Em outros garimpos, que ainda comercializam o ouro em Redenção, a produção estimada também é mínima.²²³ A

^{**}A unidade de medida não é explicada no quadro-fonte do Idesp. Mas ao que tudo indica a produção está indicada em toneladas.

^{***} Em relação ao total da produção do ouro no Estado do Pará.

²¹⁹ Idem, Ibidem, p.20.

²²⁰Idem, Ibidem, p. 08.

O proprietário desta loja é uma das pessoas com qual conversamos para obter estas informações mais recentes acerca da produção do ouro na região.

²²² Matéria de 1994: "Há alguns anos atrás o Sul do Pará comercializava toneladas de ouro, atualmente comercializa 200 quilos por mês, segundo a MARSAN DTVM Ltda, empresa que comercializa ouro. Há seis meses, a crise, no setor se agravou, devido às chuvas e ao esgotamento dos garimpos, segundo as comercializa que trabalhom no ramo." Jornal O LIBERAL, de 06 03 94.

pessoas que trabalham no ramo." Jornal *O LIBERAL*, de 06.03.94.

223 No município de Santa Maria das Barreiras os garimpos do Carrapato e Forquilha, ainda em atividades, produzem uma média de 100 a 200g. de ouro por semana cada um e contam respectivamente com mais ou menos 20 homens trabalhando. O garimpo da Forquilha deve possuir uma maior produção

principal causa para esta situação de quase paralisação da atividade de garimpagem do ouro, segundo os dois informantes, foi a queda vertiginosa do preço deste produto. Em 1990, com um quilo e meio (1 ½k) de ouro se comprava uma caminhonete. Em 1998 necessitava-se de três quilos e meio (3 ½k) para adquirir o mesmo veículo. Outro exemplo: em 1990, com um grama (1g) de ouro se comprava uma (01) caixa de óleo de cozinha. Atualmente, será necessário 2,8g para adquirir a mesma caixa de óleo. Desta forma, para eles, o principal problema não é a escassez do ouro ou a proibição de exploração deste metal em reservas indígenas²²⁴, mas a não rentabilidade econômica desta atividade. Ou seja, se comparados os custos de sua extração²²⁵ e o seu valor no mercado, os donos de máquinas, principalmente, percebem que economicamente não vale a pena investir nesta atividade.

O ouro que em outros tempos figurou como base econômica do município atualmente não desempenha nenhuma significativa influência na economia local. De uma maneira geral, nem mesmo no comércio a atividade garimpeira demonstra exercer qualquer influência. Das duas lojas de compra e venda de ouro existentes, uma está encerrando o negócio. Atualmente só existe uma loja na cidade que ainda oferece máquinas e implementos para garimpos. Inclusive, a comercialização de parcela do ouro produzido em Tucumã na cidade de Redenção é em decorrência da vinda de donos de máquinas de garimpo para comprarem peças e implementos na única loja ainda no ramo neste município. Também podemos dizer que a retração na atividade garimpeira, desde inícios dos anos 90, contribuiu para a queda na taxa de crescimento demográfico, que em 1996 era de 2,54%. Este dado diz respeito não só a diminuição na entrada de migrantes no município, mas também ao fato deste constituir-se enquanto corredor migratório. Ou seja, muitas pessoas continuam adentrando para outras regiões da Amazônia na expectativa de conseguir novos empregos, não mais existentes aqui, devido à extinção dos garimpos e a queda na oferta de vagas na indústria madeireira.

Ao concluirmos este texto, retomamos a questão proposta anteriormente, sobre o destino dos resultados econômicos dos "anos de ouro". Certamente este é um assunto

e número de homens trabalhando se comparado ao Carrapato. Também os garimpos da Igrejinha, Bananal e Malvinas no município de Xinguara comercializam o ouro produzido em Redenção. Inclusive, até parte da produção dos garimpos do município de Tucumã é comercializada aqui nesta cidade (garimpos: Cuca, Rio Branco e Pontalina).

²²⁴ Os garimpos existentes em área indígena, antes da liminar do Juiz Federal proibindo a extração de ouro nestas reservas eram: Santilho, Arara Preta, Juary, Maria Bonita e Cumaruzinho.

 $^{^{225}}$ A extração do ouro está mais difícil devido à diminuição na sua quantidade e a profundidade a ser escavada para encontrá-lo.

de extrema importância e que ainda ficará carecendo de estudos e pesquisas. Talvez o estudo de casos poderá ajudar a checar a hipótese de que além da volatilidade da permanência do ouro na região, a concentração econômica de seus resultados inviabilizou sua aplicação em benefícios coletivos.

²²⁶ IBGE - Censo 1996.

2. A Agropecuária

As atividades da agropecuária constituem, desde a década de 1970, a principal forma de ocupação da população economicamente ativa do município de Conceição do Araguaia e, posteriormente, no início de 1980, de todos os municípios desmembrados politicamente do mesmo. Como assinalamos anteriormente, em 1970 85,08% da população economicamente ativa dedicavam-se às atividades da pecuária, agricultura e extrativismo. Um outro dado que já constatamos é a forte concentração fundiária.

Apresentamos, a seguir, alguns elementos constitutivos da estrutura fundiária e a configuração da economia agropecuária na região. Neste aspecto, talvez se encontre as faces mais complexas das lutas sócio-políticas desenvolvidas pelos sujeitos componentes do processo histórico regional²²⁷. Mesmo que esta discussão apresente-se, neste trabalho, de forma bastante preliminar, não deixa de evidenciar sua importância no processo de alargamento da compreensão acerca da produção material dos homens e mulheres, que aqui viveram ou vivem, nas suas relações sociais, políticas e econômicas. Certamente estas relações foram e são profundamente marcadas pelas situações e processos ocorridos no mundo agrário. Mesmo as cidades aqui constituídas, como vimos, possuem suas raízes de formação e sustentação econômica ligadas ao espaço rural.

Como já discutimos anteriormente, o povoado de Redenção foi formado à sombra do surgimento das grandes fazendas na região. Também percebemos que a corrida extrativista do ouro e da madeira contribuíram para seu acelerado crescimento demográfico. Todavia, tomaremos para análise neste momento o eixo da primeira questão - a estruturação e/ou restruturação fundiária regional e local.

Com a formação das grandes fazendas - de estabelecimentos agropecuários ou simplesmente de latifúndios improdutivos - a estrutura agrária local evidenciou-se por uma profunda concentração de terras²²⁸. Como podemos observar no quadro nº 05, o percentual da área total dos estabelecimentos agropecuários, considerando seus estratos de área, nos anos de 1975 e 1985, evidencia esta estrutura agrária de concentração, como também sua relativa permanência/estabilidade neste período de 10 anos.

²²⁷ Aspecto trabalhado no capítulo de análise sobre o mundo da política e conclusão.

QUADRO Nº 05 Número e área total dos Estabelecimentos Agropecuáçios da Região de Conceição do Araguaia, 1975 e 1985.

Estratos de		1975			1985			
área			ļ	•				
	n° estab.	%	Há (%)	n° estab.	%	Ha (%)		
1 a <200ha	6.560	91,97	19,53	14.944	89,05	17,74		
200 a <500ha	280	3,93	3,89	1.167	6,95	7,36		
500 a <5000ha	230	3,22	19,31	580	3,46	17,68		
5000ha e mais	63	0,88	57,27	90	0,54	57,22		
TOTAL	7.133	100,00	100,00	16.781	100,00	100,00		

FONTE: Censos agropecuários do IBGE. Dados levantados por Aloísio Melo, 1998.

Analisando especificamente o município de Redenção, a partir da década de 1980, o quadro não muda muito. Porém, os dados dos últimos anos têm demonstrado que Redenção, apesar de apresentar-se como referência político-econômica dos grandes proprietários de terra da região, não configura-se como o principal município em termos de concentração fundiária. Segundo dados do último censo agropecuário (1995/96), os municípios de maior concentração fundiária nesta região são Santana do Araguaia e Santa Maria das Barreiras. Em Santana do Araguaia, os estabelecimentos rurais com mais de 5000ha representam apenas 1,95% do total dos estabelecimentos, contudo ocupam 66,84% do total das áreas abrangidas pelos mesmos. No município de Santa Maria das Barreiras, o quadro é bastante parecido. Os estabelecimentos com áreas maiores a 5000ha somam um percentual de 3,11% e ocupam 57,53% da área total. Os dados do mesmo censo indicam o município de Xinguara como o terceiro em maior concentração de terra neste grupo de área acima dos 5000ha, com o percentual de 1,11% dos estabelecimentos, ocupando uma área de 43,59%. ²²⁹

A atual estrutura agrária do município de Redenção apresenta um quadro de concentração de terras nos estabelecimentos que encontram-se no grupo de área que vai de 500 a 5000ha. No período de 1985 a 1996 houve uma queda percentual na área ocupada pelos estabelecimentos compreendidos em áreas maiores à 5000ha e menores de

²²⁸ Os antigos atores sociais locais – camponeses, coletores de castanha, etc – passaram a conviver e/ou disputar espaços com novos agentes sociais, tais como: gerentes de fazendas, migrantes comerciantes, "peões", etc.

²²⁹ IBGE - Censo agropecuário 1995/96. Dados levantados por Aloísio Melo, 1998.

500ha. Este dado nos remete à situação de que, no quadro da economia agropecuária, o município de Redenção tem dado fundamental importância e incremento à atividade da pecuária²³⁰. Neste aspecto, parece residir uma das hipóteses explicativas para este movimento de ampliação da média propriedade. No quadro nº 06 podemos observar o movimento apresentado acima.

QUADRO Nº 06 Número e área total dos Estabelecimentos Agropecuários do município de Redenção, 1985 e 1995/96

Grupo de	·	1985			,	1995/96		
área(ha)	n° estab.	%	ha	%	п° estab.	%	Há	%
1 a <200	2.027	88,13	139.349	25,68	485	70,39	39.452	14,50
200 a <500	182	7,91	56.269	10,37	121	17,56	39.110	14,37
500 a <5000	75	3,26	113.973	21,00	73	10,60	110.883	40,74
5000 e mais	16	0,69	232.907	42,93	10	1,45	82.719	30,39
TOTAL	2.300	100,00	542.498	100,00	689	100,00	272.164	100,00

FONTE: Censos Agropecuários - IBGE²³¹

Observe que a área total dos estabelecimentos do grupo de 500 a 5000ha sofreu um acréscimo percentual de 19,74%, enquanto a área dos estabelecimentos com menos de 200ha sofreu uma queda de -11,18%; os com área superior a 5000ha um índice de -12,54%.

A diminuição no número dos estabelecimentos de 1985 a 1996 é significativa. A sensível diminuição é percebida no número das pequenas propriedades. Se observarmos os mesmos dados relativos ao município de Pau D'Arco, desmembrado de Redenção no início da década de 1990, percebemos que o número das propriedades com área entre 500 a 5000ha aumentou significativamente. Ou seja, se considerarmos o número e área dos estabelecimentos pertencentes atualmente ao município de Pau D'Arco mais os dados atuais de Redenção verificaremos esta informação. No quadro nº 07 os dados acerca desta análise.

²³⁰ Criação do gado bovino para o corte e a produção de leite, particularmente para a primeira.

²³¹ Os dados referentes ao censo agropecuário de 1996 (IBGE) foram levantados por Aloísio Melo, 1998.

QUADRO Nº 07

Número de estabelecimentos por grupo de área total, municípios de Redenção e Pau D' Arco - 1995/96 - e comparação percentual com os mesmos dados de 1985.

	Nº estab.	0/0*	% em relação a 1985
<200há	689	6,51	-66,00
200 a <500há	192	14,01	+5,49
500 a <5000há	122	14,37	+62,66
5000ha e mais	13	10,57	-18,75

^{*}Percentual de estabelecimentos relativo ao município de Pau D'Arco, 1996.

FONTE: IBGE – censos agropecuários 1985 e 1995/96²³²

A distribuição das atividades agropecuárias pelos grupos de área total dos estabelecimentos é mista, apesar das atividades relacionadas à agricultura estarem basicamente concentradas nas pequenas propriedades. Em 1985, 75,89% da área cultivada para lavoura estava localizada nos estabelecimentos com menos de 200ha. No ano de 1996, 65,4% da produção de arroz do município advinham deste mesmo grupo de estabelecimentos. A produção relacionada à pecuária de criação de bovinos apresentava-se em 1985 mais equilibrada entre os diferentes grupos de propriedades por área. Já em 1996, as disparidades entre as médias e grandes propriedades em relação aos pequenos estabelecimentos aumentaram(Quadro n° 08). Outro dado importante no quadro da produção da pecuária é que a criação de animais de pequeno porte é também predominante nas propriedades de menos de 200ha. No censo agropecuário de 1985, 79,52% da produção de suínos provinham destes estabelecimentos, assim como 83,70% das aves.

²³²Os dados relativos ao censo de 1995/96 (IBGE) foram levantados por Aloísio Melo, 1998.

QUADRO Nº 08

Efetivo de bovinos por grupo de área total, Redenção, 1985 e 1996.

Grupos de área	1985		1996	
Total (ha)	efet. Bovino	%	efet. Bovino	%
<200	30.481	21,85	22.717	15,2
200 a <500	14.534	10,42	16.930	11,3
500 a <5000	43.374	31,10	62.310	41,8
5000 e mais	51.077	36,62	47.273	31,7
TOTAL	139.466	100,00	149.230	100,00

FONTE: IBGE – Censos Agropecuários 1985 e 1995/96233

Como podemos observar no quadro acima, a participação dos estabelecimentos com área inferior a 200ha na produção da pecuária de criação de bovinos em 1996 é de apenas 15,2%. Porém, nestas propriedades se concentram 52,2% do total da produção de leite do município. Os outros 48% ficam assim distribuídos nos outros grupos de estabelecimentos por área: 27,7% (200 a <500ha); 16,9% (500 a <5000ha); e 3,2% (5000ha e mais).²³⁴

No quadro, a seguir, podemos observar o crescimento na produção da pecuária bovina no município de Redenção, de 1985 a 1996. Em 1985, produzia-se 0,25 cabeça de gado bovino por hectare e, em 1996, 0,54 cabeça por hectare. Verificamos, então, que utilizando o critério de cabeça por hectare, ocorre um crescimento percentual de 53,70%.

QUADRO Nº 09

Produção de gado bovino, município de Redenção, segundo critério de cabeça por hectare, distribuído entre os grupos de área.

Grupos de Área	1985	1996	% de crescimento
<200	0,21	0,57	+63.15
200 a <500	0,25	0,43	+41,86
500 a <5000	0,38	0,56	+32,14
5000 e mais	0,21	0,57	+63,15

FONTE: IBGE, Censos Agropecuários de 1985 e 1996.

²³³ Idem.

²³⁴ Idem.

O município de Redenção, apesar de aparentemente apresentar-se como importante produtor da pecuária bovina, principalmente pelo papel que desempenha neste aspecto em relação ao conjunto dos municípios da região, não possui uma produção das mais significativas. Pelos dados do censo agropecuário de 1996, Redenção ocupa, no quadro da produção total de bovinos, o sétimo lugar no ranking regional²³⁵. Mas, se a análise seguir a regra de cabeças por hectare, o município passa para a quinta posição, conforme quadro nº 09, a seguir.

QUADRO Nº 10 Área total dos estabelecimentos e efetivo de bovinos, por municípios da região, 1995/96.

Municípios	Área total estab.(há)	efetivo bovinos	cabeça por há
Conc. Do Araguaia	696.916	225.863	0,32
Pau D'Arco	121.393	68.652	0,56
Redenção	272.164	149.230	0,54
Rio Maria	264.018	173.493	0,65
St ^a M ^a das Barreiras	733.025	173.993	0,23
Sant. Do Araguaia	920.414	191.886	0,20
São Geraldo do Arag.	379.323	300.630	0,79
Xinguara	402.421	304.603	0,75

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário 1995/96, dados levantados por Aloísio Melo, 1998.

Em 1985, 31,81% da população do município dedicavam-se às atividades da agropecuária. Neste período, já era evidente a crescente concentração populacional na área urbana: do total de 43.647 habitantes, 75,95% residiam na cidade. A população residente na área rural era de 10.150 habitantes, todavia o número de pessoas ocupadas na agropecuária era de 13.887. Ou seja, 3.737 pessoas, apesar de morarem na cidade, estavam diretamente ligados às atividades rurais. Este número, todavia, provavelmente seja superior ao levantado pelo censo do IBGE, visto que mesmo atualmente grande parte da população da periferia da cidade garante a sobrevivência de suas famílias trabalhando nas fazendas e roças. E vale ressaltar que apesar das pequenas propriedades(<200ha) possuírem, neste período, apenas 25,68% da área total dos estabelecimentos, estas geravam 79,78% dos empregos ligados às atividades agropecuárias. Um dado interessante é

Municípios de Conceição do Araguaia, Redenção, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, Rio Maria, Xinguara, São Geraldo do Araguaia e Pau D'Arco.

o fato dos estabelecimentos com áreas variando de 500 a 5000ha cultivarem para lavoura apenas 1.250ha (6,41% do total) e no entanto possuírem 34 tratores. Enquanto isto, no conjunto das pequenas propriedades, o número de tratores é de apenas duas (02) unidades.²³⁶

Os principais produtos da agricultura do município, desde a década de 1980, tem sido arroz, feijão, milho e mandioca. Em menor proporção, banana e abacaxi. Os dados acerca da produção da agricultura no município são, geralmente, estimativas efetuadas pela Comissão Municipal de Estatísticas Agropecuárias-COMEA. Desta forma, não são resultados de levantamentos mais precisos(vide Quadro nº 10). Existem os dados dos relatórios da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, mas que também são estimativas, já que a área atingida pelo seu trabalho é muito pequena em relação ao conjunto dos estabelecimentos agropecuários do município. No planejamento das ações da EMATER no ano agrícola de 1987/88 está registrado que o Órgão assistia apenas 12,5% das propriedade rurais. Neste mesmo plano, o diagnóstico da produtividade média nas áreas acompanhadas era de: arroz 1.400 Kg/ha, milho 1.500 Kg/ha, mandioca 12.000 Kg/ha e feijão 420 Kg/ha.

QUADRO Nº 11
Estatísticas Agropecuárias, Safras de 1986, 1991 e 1994, município de Redenção.²³⁷

PRODUTO*	PRODUÇÃO	OBTIDA(ton.)	
	1986	1991	1994
Arroz de sequeiro	7.500	9.000	9.000
Feijão Fhaseolus	873	202	302
Milho	8.000	11.200	16.800
Mandioca	7.200	2.400	7.500
Banana	-	352	52
Abacaxi	**400.000	-	725

^{*}Os dados acerca dos produtos no ano de 1986 estão simplificados: arroz, milho, feijão, mandioca e abacaxi.

FONTE: COMEA - 1986.

IBGE - Divisão de pesquisas do Pará/DIPEG/PA/GCEA - anos de 1991 e 1994. Dados levantados no IBGE em Conceição do Araguaia, em 1998.

^{**}frutos.

²³⁶ IBGE - Censo Agropecuário, 1985.

²³⁷ Segundo informações das mesmas fontes indicadas no quadro, no ano de 1991 o total da área colhida era 13.900ha, e em 1994 de 19.285ha. As culturas que ocupavam maior quantidade de área eram o milho e o arroz. O arroz, com 6.000ha em cada um dos respectivos anos, e o milho com 7.000ha em 1991 e 12.000ha em 1994.

A EMATER iniciou suas atividades em Redenção no ano de 1977²³⁸. Analisando alguns de seus relatórios e planos, de forma geral, é possível perceber o público que foi atingido, ações realizadas, os principais problemas dos produtores acompanhados, porém não conseguem demonstrar se houveram resultados/impactos na melhoria de vida das famílias acompanhadas. No relatório anual de 1984, a EMATER havia acompanhado 122 produtores, atuando na produção de mandioca, feijão, milho, arroz e gado bovino para o corte.²³⁹ Neste mesmo ano, a Equipe Técnica da EMATER realiza um diagnóstico da produção e principais problemas das comunidades assessoradas: Mata Geral, Boa Sorte, Santo Antônio, Lordeiro e Centro dos Morais.²⁴⁰ Como assinalamos anteriormente, a produção básica da agricultura nestas localidades eram: arroz, milho, feijão e mandioca(QUADRO Nº 11). As principais doenças e pragas que atacavam as plantações eram comumente a ferrugem, pulgão, requeima, broca do colmo no arroz; lagarta - folha e espiga - e broca na cana no milho; mela-mela e vaquinha no feijão; e, às vezes, mandarová na mandioca. As variedades plantadas eram as seguintes: arroz - bico ganga, canela de ferro, IAC-12, IAC-1246 e cateto; milho - comum e híbrido; feijão - amarelinho e roxinho; e mandioca cacau, jaibara, jabuti, pracati e galhadeira.

QUADRO Nº 12

Produção da agricultura nas comunidades: Boa Sorte, Mata Geral, Santo Antônio, Lordeiro e

Centro dos Morais, 1984

PRODUTOS	PRODUÇÃO (ton)	ÁREA(ha)*
Arroz	1.074,6	3.315,0
Milho	806,6	2.315,0
Feijão	769,0	1.780,0
Mandioca	300,0	91,0

*A área plantada referente a comunidade de Stº Antônio não está incluída, devido não estar especificado o total de área para cada cultura. O total geral de área plantada é de 200ha.

FONTE: EMATER, 1984.

²³⁸ Relatório EMATER, Escritório do município de Redenção, ano agrícola de 1988/89.

²³⁹ Mandioca - 30 produtores e área de 82ha; Feijão - 26 produtores e área de 134ha; Milho - 88 produtores e área de 452ha; Arroz - 91 produtores e área de 925ha; e gado bovino de corte - 25 produtores e rebanho de 1.323 cabeças. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA EQUIPE TÉCNICA DO ESCRITÓRIO LOCAL DA EMATER-PARÁ DE REDENÇÃO. Ano Base 1984, Fevereiro de 1985.

A localização destas comunidades em relação a sede do município é a seguinte: Boa Sorte - 50 Km; Lordeiro - 15 Km; Mata Geral - 46 Km; Santo Antônio - 45 Km; e Centro dos Morais - 27 Km. EMATER, "Diagnóstico da Comunidade", 1984.

Segundo informações do mesmo diagnóstico realizado pelo EMATER, existia nestas comunidades um total de 685²⁴¹ pequenos produtores rurais. Estes, além de se dedicarem ao cultivo da lavoura, também desenvolviam atividades de criação de animais de grande e pequeno porte. Do total acima citado, 245 dedicavam-se a criação do gado bovino, somando uma estimativa de 4.950 cabeças²⁴². As criações de pequeno porte eram basicamente suínos (3.680 cabeças) e aves (6.790 bicos).

Os principais problemas identificados neste diagnóstico e em outros relatórios e planos de anos posteriores²⁴³ são relacionados, principalmente, à precariedade das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais. A má conservação ou falta de estradas para escoamento da produção; os baixos preços dos produtos da agricultura de subsistência; as dificuldades de acesso a crédito bancário, devido principalmente aos altos juros, que além do penhor exigem a presença de avalistas e as precariedades ou inexistência dos serviços de saúde e educação são, dentre outros, os problemas apontados em basicamente todos os documentos consultados da EMATER, no período até 1992. As principais doenças que ocorriam na região eram, segundo os dados da EMATER: verminoses, pano branco, desidratação, micose e a malária. Na maioria das comunidades não existia posto de saúde e a presença da Secretaria de Estado de Saúde - SESPA só acontecia em período de vacinação. Sendo assim, a prática da medicina alternativa/caseira era muito utilizada. As principais plantas medicinais encontradas eram: mastruz, boldo, samambaia, hortelã, pimenta, etc.²⁴⁴ Ainda relacionado às condições de saúde das famílias de pequenos produtores rurais, o nível de nutrição, através dos hábitos alimentares, eram, segundo avaliação da EMATER, deficientes.

"Apesar da população ser oriunda de outras regiões e não existir talvés alimentares definidos, a alimentação é a base de feijão, arroz e farinha, ocorrendo algumas vezes a complementação de verduras e o uso de carne bovina ou suína, existem algumas famílias que cultivam hortaliças e criam pequenos animais, mas

²⁴¹ Pequenos produtores por comunidades: Mata Geral - 500; Boa Sorte - 70; Santo Antônio - 80; Lordeiro e Centro dos Morais - 35.

²⁴² A área utilizada para pastagem, em hectare: pastagem cultivada: 4.625ha, e pastagem nativa: 1.250ha.

²⁴³ EMATER, Equipe Técnica do Escritório de Redenção: Plano de Ação 87/88; Relatório 1989; Diagnóstico comunidade Boa Sorte 1989; Plano de Ação, comunidade Santo Antônio, 1989; Programa de Desenvolvimento Agropecuário e Proteção Ambiental de Redenção (PRODAPAR), 1992.

geralmente é para consumo familiar, isto é, em pequena escala. Com relação a hortas caseiras, é um problema existente nas áreas trabalhadas pela EMATER e constatamos que o consumo de hortaliças é bastante deficiente e a criação de pequenos animais são poucas as famílias que criam, visando o aproveitamento na alimentação, bem como o excedente ser vendido ao comércio."245

No aspecto educacional, os principais problemas estavam relacionados aos baixos salários pagos aos professores e à falta de salas de aula. Segundo informações presentes no plano 87/88 da EMATER,

> "A educação nas comunidades assistidas pelo trabalho de EMATER é precária, falta de escolas, falta de professores, e alunos em grande quantidade. Há na escola principal (sede) da comunidade um índice de alunos que a escola não possui condições de comportar, pois as condições que a mesma oferece são deficientes em termos de recursos humanos e didáticos.

> São poucos os alunos que conseguem concluir o ano letivo, devido ocorrer evasões constantes na época da colheita e também devido a distancia às escolas, e isso além de prejudicar na educação, aumenta o número de analfabetos na região. Por isso ainda encontramos jovens na faixa etária de 14 a 16 anos de idade cursando a 1ª série primária".246

Como podemos perceber, as más condições de vida legadas aos trabalhadores rurais muito contribuíram para inviabilizar sua permanência na terra e, principalmente, o investimento de sua força de trabalho no cultivo da lavoura.

No relatório de suas ações no ano agrícola de 88/89, consta que a EMATER forneceu apoio técnico à implantação de diversos projetos comunitários nas localidades da Mata Geral, Santo Antônio, Boa Sorte, Capetinga e Banho. Mas, como dissemos, através destes relatórios não é possível perceber a funcionalidade destes projetos e se houve, de fato, impactos na qualidade de vida dos beneficiados. Em 1989, existia 27 pequenos projetos implantados e 31 a serem implantados. Estes eram, na maioria, financiados pela

²⁴⁴ EMATER, Plano 87/88.

²⁴⁵ Idem.

SUDAM e LBA, entre os quais: máquina de arroz, casa de farinha, armazém comunitário, marcenaria, olaria, avicultura, suinocultura, farmácia comunitária, ponte, escola, plantio de diversas culturas, etc. Em 1988, a equipe do Movimento de Educação de Base local relatava que estes projetos implantados pela SAGRI e EMATER foram desenvolvidos com pouca participação dos lavradores e alguns perdiam sua funcionalidade, servindo apenas à algumas poucas pessoas/famílias. Existia nesta época um Projeto para Armazenamento da Produção e Comercialização na Região da Mata Geral (Gleba 19), e dos 60 associados iniciais, apenas 10 permaneciam participando diretamente do projeto. Na Região da Boa Sorte existia um Projeto de uma máquina de arroz, onde "a participação dos lavradores se restringe ao pagamento da parcela do arroz em troca do serviço de beneficiamento." 247

Outro aspecto importante a ser analisado no quadro da economia da agropecuária diz respeito à condição do produtor na relação com a propriedade da terra. No município de Redenção, a quase totalidade dos estabelecimentos agropecuários se encontra na qualidade de propriedade particular legalizada: 90,73% dos estabelecimentos em 1985 e 98,83% em 1996. A pequena parcela de estabelecimentos qualificados como "posse" indica que no município não ocorreram significativas ocupações de terra. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra²⁴⁸ de 1980 a 1997 houve cinco (05) conflitos de terra no município. Enquanto isto, na região, que inclui os municípios de Conceição do Araguaia, Redenção, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, Rio Maria, Xinguara e São Geraldo do Araguaia, neste mesmo período, ocorreram 143 conflitos de terra. O número de assentamentos realizados no município de Redenção é também insignificante, se comparado ao município vizinho, Conceição do Araguaia²⁴⁹. Até maio de 1998 haviam sido implantados no município de Redenção, incluindo Pau D'Arco, 06 projetos de assentamentos numa área de 41.592ha, beneficiando 892 famílias. Neste mesmo ano existia uma (01) área em conflito(sem projeto de assentamento), ocupada por 64 famílias.²⁵⁰

No quadro nº 12 podemos verificar a informação acerca da condição do produtor rural quanto à propriedade da terra, em meados das décadas de 80 e 90.

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ Movimento de Educação de Base, Sub-Departamento de Redenção, Relatório Anual 1988, p.43.

²⁴⁸ Dados levantados por Aloísio Melo, 1998.

²⁴⁹ Em Conceição do Araguaia até maio de 1998 haviam sido implantados 28 projetos de assentamentos, numa área de 249.547ha, atingindo 4.242 famílias. Neste mesmo período existia mais 13 áreas em conflito, envolvendo 1.405 famílias. No conjunto da região, foram realizados 56 assentamentos (área 579.144ha e 9.718 famílias) e existia até maio de 1998 mais 42 áreas de conflito (somando 3.377 famílias). Fonte: CPT. Dados levantados por Aloísio Melo, 1998.

QUADRO Nº 13
Condição do produtor na relação com a propriedade da terra, 1985 e 1996, município de Redenção.

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	1985		1996	
	n° estabel.	Área (ha)	N° estabel.	Área (ha)
TOTAL	2.300	542.528,0	689	272.163,0
Proprietário	2.087	519.039,0	681	271.444,0
Arrendatário	4	987,0	1	136,0
Parceiro	5	359	1	10,0
Ocupante	195	21.144,0	6	573,0
Outra condição	-	-	-	-
Sem declaração	9	997,0	-	-

FONTE: IBGE, Censos Agropecuários 1985 e 1996

Apresentamos, a seguir, um quadro de estabelecimentos com área acima de 500ha, e os nomes de seus respectivos proprietários. Foram levantados 79 estabelecimentos e, segundo dados do IBGE/1996, o número de estabelecimentos com área acima de 500ha é 83, ocupando uma área de 193.602,0ha (71,13% da área total dos estabelecimentos do município). Os dados abaixo não coincidem com o levantamento do IBGE, ao tratarem da área total dos estabelecimentos acima de 500ha. Contudo, pode ocorrer de alguns estabelecimentos listados não estarem situados no município de Redenção²⁵¹ ou, alguns dados colhidos no cadastro da SAGRI não estarem corretamente relacionados. Ressaltamos que os dados contidos no cadastro da Unidade de Defesa Agropecuária de Redenção, são informações relatadas pelos proprietários e/ou responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários. Desta forma, e pelas ressalvas acima efetuadas, consideramos estes mesmos dados apenas como aproximações da realidade.

²⁵⁰ CPT. Dados levantados por Aloísio Melo, 1998.

²⁵¹ A unidade da SAGRI em Redenção cadastra estabelecimentos de diversos municípios da região. Apesar dos arquivos/cadastros estarem organizados separadamente, por município, pode ocorrer de algumas fichas estarem juntas, visto que até pouco tempo, as fichas de cadastro ficavam misturadas no mesmo arquivo.

QUADRO Nº 1/4 PROPRIEDADES RURAIS acima de 500há, Redenção.

PROPRIETÁRIO	NOME DO ESTABELECIMENTO	Área (há)
Antônio Lucena Barros	-	9.758,0
Alaim de Amorim	Faz. Tabocão	1.161,6
Alair Amorim	_	677,6
Adelmam Brasileiro de Freitas	Faz. Escalada	2.900,0
Agropecuária Chupé LTDA	Agropecuária Chupé LTDA	4.356,0
Anaflair Carlos Barbosa	-	529,0
Andrey Delane Freitas Santos	Faz. Recanto	48.400,0
Arzelino Lima Luz	-	750,2
Agair Nunes de Assis	Faz. Santa Ana	2.880,0
Amilton Araújo	_	774,0
Amâncio dos Santos Alves	-	634,0
Amilton Araújo	-	2.676,5
Bela Vista Agropecuária LTDA	Bela Vista Agropecuária LTDA	11.055,0
Bento Vieira dos Santos	Faz. Sol Nascente	960,0
Claudete Furtado de Sousa	Faz. Karan	1.718,0
Claudiomar Vicente Kenrvald	-	1.150,0
Caroleide A. S. Pedreira	-	885,7
Carlos Tomich	Faz. Guaporé	860,0
Carlos Memberg	Faz. Arraiaporã	4.850,0
Curtifrance Indústria e Comércio LTDA	Faz. Ibituruna	586,0
Dulcirley Ribeiro Borges	Faz. Rancho de Deus	5.307,0
Denamar Miguel de Oliveira	Faz. Pantanal	2.303,0
Eloy Zatta	Agropecuária 3 Irmãos	6.206,4
Eloy Zatta	Faz. Ouro Verde	_
Eduardo Almeida Queiroz	Faz. Tartaruga ²⁵²	4.356,0
Emereciana Maria Ferreira Costa	Faz. Colorado	*968,0
Eduardo Carvalho Pereira ²⁵³	Faz. Sangapoitã	6.776,0
Everson Cachoeira	Faz. Bacaba	2.904,0
Fazenda Santa Teresa S.A ²⁵⁴	Fazenda Santa Teresa S.A	**30.226,6
Francisca Barros Noronha	Faz. Bucaina	1.258,41
Getúlio Santana Neto	Faz. Monte Negro	8.195,9
Gilson Eustáquio Dias	Faz. Serra Negra	1.903,9
Gilson Eustáquio Dias	Faz. Nova Esperança	541,0
Inucência Luzia de Farias	-	524,3
José Antônio Quijada	Faz. Estiva	1.936,0
José Vieira Brilhante	Faz. Brilhante	4.840,0
José de Oliveira Costa	Faz. Rancho Fundo	648,0
José Maurício A. Cavalcante Júnior	Faz. Pau D'Arco	1.500,0
José Martins da Fonseca	Faz. San Martin	1.032,0
José de Ribamar C. da Cunha	-	600,1
João Batista Pereira	-	1.437,0
João Lanari do Val	Faz. Cumaru do Sul	*2.300,0
João Batista Santana	Faz. Água Preta	1.936
João Batista Santana	Faz. Pontal	*10.000,0
Juldison de Sousa	Faz. Buriti	1.500,0

 ²⁵² Talvez esteve situada no município de Cumaru do Norte.
 ²⁵³ Um dos sócios do Grupo econômico Juary, irmão de Moisés Carvalho, principal representante do grupo NB. ²⁵⁴ Do grupo Lanari do Val.

Joel Rocha Cordeiro	Faz. Dois Irmãos	
Julieta Maria Ferreira	Faz. Boa Vista	5.033,0
Jorge Tomich	Faz. Guaporé	6.534,0
Luís Inácio de Farias	Faz. Entre Rios	860,0
Lucimar Martins de Oliveira	1 az. Ellife Rios	703,0
Marcorélio Novais Santana	For II-	667,92
Márcia Mendonça	Faz. Umuarama	7.500,0
Manoel José Soares Vilela		600,0
Mizael Jacinto de Deus		1.379,4
Moisés Martins Oliveira	For Cl. 1: 1	532,4
Maurício Rio Branco	Faz. Chapadinha	1.200,0
Márcio José dos Santos	Faz. Rio Branco	3.870,0
Moacir Lemos Quirino	Faz. Ouro Verde	1.272,9
Maria Luzia Guimarães	Faz. Vale Verde	4.356,0
Maria de Fátima Gomes Ferreiro	Faz. Nuvem Branca	6.178,0
Nelson Bertumes	Faz. Santa Maria	1.893,9
Orlando Rezende	Faz. Botelho ²⁵⁵	1.645,6
Oldrado Carlos de Assis	Faz. Recreio	8.712,0
Otávio Dezan Siqueira	Faz. Rancho Alegre	3.182,0
Paulo Pereira Borges	-	1.250,0
	Faz. Belcon	2.418,0
Ronaldo Avellar Assunção	Faz. Rio Bravo	4.356,0
Rimarck Ramalho Lopes	Faz. Rebanho	3.936,0
Regina Kaial Franco	Faz. Santa Ana	3.100,0
Ricardo Marques da Silva	Faz. Futuro	1.470,2
Renato de Andrade/Versátil	Faz. Triunfo	
Raimundo Dias de Sousa	-	1.516,4
Reinaldo Borges da Costa	Faz. California	2:815,0
Sandoval Pereira Soares	Faz. Recor	1.600,0
Vanderley Luiz Pereira da Silva	Faz. Bom Jardim	726,0
Udelson Nunes Franco	Faz. Santa Ana	3.100,0
Walter Oliveira Marques	Faz. Santa Helena	1.936,0
		123

^{*} pastagem cultivada.

**Possui: 14.310,8 de pastagem cultivada, 15.113,3 de reserva legal, e, 83,0 de preservação permanente. No cadastro consta que possui 59.820 cabeças de gado.

FONTE: Cadastro Unidade de Defesa Agropecuária de Redenção. Programa de Combate e Erradicação da Febre Aftosa. SAGRI/EMATER, outubro de 1999.

CAPÍTULO IV - O mundo da Política no Município de Redenção

1. A emancipação político-administrativa

O município de Redenção foi desmembrado do território político-administrativo de Conceição do Araguaia em 1982. Até então, a localidade era distrito daquele município. A oficialização da emancipação política de Redenção se deu através da Lei nº 5.028, de 13 de maio de 1982, sancionado pelo então governador do Estado, Alacid Nunes. Antes, porém, em 25 de abril daquele mesmo ano, foi realizado plebiscito para então dar os encaminhamentos legais para o estabelecimento da autonomia político-administrativa do distrito. 256

A área territorial do município de Redenção, quando de sua emancipação política, era de 5.420Km², demarcada pela Lei Estadual n° 5.028, de 13 de maio de 1982. No início da década de 1990, com o desmembramento do território político-administrativo de Pau D'Arco, a área territorial compreendida pelo município de Redenção passou a ser de 3.785Km². Sua sede localiza-se na confluência das rodovias estaduais PA-150 com a PA-287 e PA-70, o que lhe garante uma posição geográfico-estratégica na região. Esta localização contribui, concretamente, para a formulação, no plano simbólico, de uma imagem de Redenção como uma cidade que cumpre um papel fundamental no desenvolvimento econômico da região, como podemos perceber no trecho a seguir:

"Redenção firma-se como polo centralizador para o desenvolvimento da Região, sendo porta de entrada para todos os grandes projetos e garimpos da Região.

²⁵⁵ Talvez esteja situada no município de Pau D'Arco.

²⁵⁶ Cf. Prefeitura Municipal de Redenção. <u>Análise Diagnóstico do Município de Redenção</u>, 1987; Prefeitura Municipal de Redenção. <u>Planejamento da Secretaria Municipal de Saúde</u>, 1991; e, SANTOS, Gaudêncio Lisboa dos. Op. Cit.

²⁵⁷ Caderno Especial do aniversário de REDENÇÃO. Parte integrante da edição 303 do Jornal Opinião, Marabá, Maio/99.

Representa o Centro comercial que supre de implementos, alimentos, transportes aéreos e rodoviários, prestadores de serviços, assistência médico-sanitária, etc."²⁵⁸

Como analisaremos mais adiante, as elites políticas e econômicas locais utilizam e aprofundam constantemente este discurso, tornando-o real não só no plano simbólico mas também demonstrando consequências concretas nas articulações sócio-econômicas no Sul do Pará.

Quando de sua emancipação política, Redenção fazia limites com os municípios de Rio Maria (ao norte), Santana do Araguaia (ao sul), Conceição do Araguaia (a leste) e São Félix do Xingu (a oeste). ²⁵⁹ Posteriormente, com a constituição dos municípios de Ourilândia do Norte, Cumaru do Norte e Pau D' Arco, Redenção apresenta as seguintes limitações territoriais: ao norte - Pau D' Arco, ao sul - Santa Maria das Barreiras, a leste - Conceição do Araguaia, e a oeste - Cumaru do Norte. ²⁶⁰

O processo de emancipação política de Redenção, a exemplo do que ocorreu nos outros distritos - Rio Maria e Xinguara - também pertencentes a Conceição do Araguaia, foi encaminhado sem grande mobilização social local. Na realidade não existe, sequer, uma preocupação de resgatar simbolicamente na história local o momento da emancipação política. A data oficial do desmembramento e constituição do município é sempre lembrada com festas comemorativas, porém, o passado resgatado não se relaciona ao movimento ou momento da emancipação política. Destaca-se, nestes eventos, como relevante para a história local o período considerado "pioneiro" - de ocupação e povoação da região. Isto também porque a intenção perceptível nesta opção é a de resgatar um passado que ajude a enobrecer o presente e transmita a imagem de um futuro grandioso e feliz. No quadro dos "grandes personagens da história local" os nomes lembrados são os tidos como fundadores do povoado, não se fazendo qualquer referência às possíveis lideranças importantes no seu processo de emancipação política.

Como indicamos acima, o processo de emancipação política dos municípios de Redenção, Rio Maria e Xinguara apresenta-se como ação essencialmente institucional do Estado, articulada a interesses das próprias elites políticas então no poder. Pela ausência de maiores conflitos na distribuição deste poder no âmbito das elites regionais, o processo de desmembramento do município de Conceição do Araguaia apresentou-se como uma

²⁵⁸ Prefeitura Municipal de Redenção. <u>Planejamento Secretaria Municipal de Saúde.</u> 1991.

²⁵⁹ Cf. Prefeitura Municipal de Redenção. <u>Análise Diagnóstico do Município de Redenção</u>, 1987.

aparentemente "natural" do desenvolvimento da região. consequência benefícios financeiros, através dos repasses de verbas federais para estes novos municípios, este processo certamente foi motivado e desencadeado pela necessidade de alargamento e estruturação de novos espaços institucionais para ação política dos novos grupos presentes no cenário regional (madeireiros e fazendeiros). A postura adotada pelo então prefeito de Conceição do Araguaia, Geovanni Queiroz, favorável ao processo de formação dos novos municípios, pode ser compreendida nesta perspectiva. Certamente, um dos argumentos mais utilizados ainda hoje para justificar a emancipação política destes municípios - a de ser o município de Conceição do Araguaia muito extenso territorialmente, evidenciando-se desta forma problemas de governabilidade e promoção do desenvolvimento econômico não constitue-se fator preponderante. Não pretendemos reduzir este processo a supostos "interesses ocultos" das personalidades políticas e econômicas da região, tendo como principal representante Geovanni Queiroz, mas apenas acrescentar novos elementos nesta interpretação do passado. A história oficial, difundida e aceita atualmente, dá conta dos aspectos territoriais-naturais, administrativo-burocráticos e econômicos, desvinculados da perspectiva das relações de poder que permearam este processo.

As principais lideranças no processo de emancipação política de Redenção, segundo depoimento de Paulo Moscateli, foram: Elias Amorim²⁶¹, Manoel Alves Franco²⁶², Tonico²⁶³, dentre outros. Segundo ele, estas pessoas eram ligadas ao então prefeito de Conceição do Araguaia, Geovanni Queiroz, que apoiou o movimento:

> " Eram ligados ao Dr. Geovanni, porque o Geovanni nesta época também estava querendo emancipar Redenção. Querendo emancipar porque era um município muito grande (...), veja bem: Redenção, Rio Maria, Xinguara, ia na divisa de Marabá, olha bem! Ia até São Félix do Xingu. Era muito grande o município, muito, muito grande. (...) O prefeito deu todo apoio para emancipar, para poder aumentar...[o nº de municípios].

1986. É advogado, mora em Redenção, já concorreu outras vezes ao cargo de deputado estadual, mas não foi eleito.

²⁶⁰ RODRIGUES, Raimundo Saraiva. Op. Cit. p. 24.

²⁶¹ Nunca concorreu a cargo público. O filho dele, Roberto Amorim, foi vereador na primeira legislatura pelo PMDB, candidato a prefeito em 1988 pelo PT, vereador de 1992 a 1996, inicialmente pelo PT, depois transferiu-se para o PSDB. Elias Amorim faleceu em meados da década de 1990, em Redenção. ²⁶² Não concorreu a nenhum cargo nas eleições municipais. Foi deputado estadual pelo PMDB, eleito em

 $^{^{263}}$ Atualmente é dono de uma loja $\,$ de pneus, $Roda\;Bem$, em Redenção.

Redenção nessa época começou a dar problemas para Conceição do Araguaia. Porque o fluxo de gente que estava chegando aqui, já estava começando. Tanto o garimpo de ouro, como madeira, cassiterita, e também o movimento de muita gente que estava derrubando mato, na época era muita gente. Então tudo isto estava começando (...) a criar um problema de governabilidade dele [Geovanni Queiroz] lá coordenar aqui. Aí então foi onde ele também entrou nessa bandeira para emancipar, ajudando." (Paulo Moscateli).

Ainda segundo Paulo Moscateli, a idéia de autonomia do território político-administrativo de Redenção havia nascido em 1978, mas só transformou-se em movimento pela emancipação em 1981. Neste mesmo ano, uma equipe técnica da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN esteve nos distritos de Redenção, Rio Maria e Xinguara, levantando o perfil destas localidades para que fosse encaminhado o processo institucional de emancipação. 264

Em 1984, através de concurso público, foi escolhido o Hino Oficial do município de Redenção²⁶⁵, com letra de autoria de José Alves Lordeiro e arranjo do maestro José Mariano, conforme a seguir:

Nas pegadas de neos Bandeirantes, Que as riquezas da terra aqui traz, Tu nasceste em campos verdejantes, Um convite ao progresso e a paz.

Da hulha - verde e dos morros metais,
Nas pastagens e dons naturais,
Nestas terras já vens despontar,
Tua força e valor ostentar.

Depoimento por escrito de Silvestre Monteiro Falcão Valente, em 27.01.92, concedido ao Movimento de Educação de Base. Silvestre fazia parte da equipe técnica da SEPLAN que veio realizar o levantamento nas três localidades. Posteriormente, em 1983, veio morar em Redenção, assumindo a função de Assessor Técnico de Planejamento, na administração de Arcelide Veronese. Em 1992 trabalhava como assessor técnico na Câmara Municipal e, atualmente é assessor na prefeitura municipal.

Oh Redenção, queremos nós te saudar, E com amor teu futuro edificar!

Com os algores do alvorecer,
E, o calor deste sol fulgurante,
Todos apraz vê-la enobrecer,
Vislumbrando um futuro brilhante.

Redenção dos valores que encerras, De trabalho, riquezas e glórias, No horizonte alvo-anil destas terras Te despontam certeiras vitórias.

Nas escolas tua juventude,
Preparando um futuro maior,
A indústria ao comércio se funde,
A união e o progresso melhor.

Oh Redenção, queremos nós te saudar, E com amor teu futuro edificar!

A letra do hino oficial de Redenção é bastante ilustrativa do imaginário social criado em torno das promessas econômicas para a região. Imaginemos a visão de muitos migrantes, que aqui chegavam e vislumbravam uma região com muita terra, madeira e ouro. Naquela época, talvez poucos não acreditassem que poderiam mudar suas vidas, construir uma vida digna e confortável para suas famílias.

O hino é uma exaltação ao trabalho e às riquezas naturais da região que, juntos, "construirão um futuro promissor". Contudo, como é característico deste tipo de símbolo, ele pretende representar uma universalidade desprovida de contradições e apropriações desiguais das riquezas. Além disso, as preocupações puramente econômicas fizeram esquecer as aspirações políticas, os ideais de organização social que pretendiam aqui estabelecer.

 $^{^{265}}$ Em 06 de maio de 1984. As letras classificadas eram de José Alves Lordeiro, Pedro Lopes de Sousa e Antonio Carlos da Silva, sendo que a primeira foi a vencedora. Apud. JORNAL DE CARAJÁS. 30 de maio a 07 de junho de 1984, Ano II - Nº LXVII, Conceição do Araguaia, p. 2.

2. Os processos eleitorais e o exercício da administração pública.

Na primeira eleição municipal realizada em Redenção, em 1982, PDS e PMDB apresentaram candidatos aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador.

Para o mandato de prefeito e vice-prefeito, o PMDB apresentou três candidaturas: Arcelide Veronese/Paulo Moscateli, João Bovino/Odante e José Luís Deodoro/Francisco Elival da Cunha; o PDS duas: Gerson Gesuino/Dimas Inácio de Faria e Luís Vargas Dumont/Deusdente Noronha.266 A candidatura vencedora foi a de Arcelide Veronese e Paulo Moscateli (PMDB). O PMDB também obteve a maioria dos membros da Câmara Municipal. Nestes mesmo ano, Jáder Barbalho também foi eleito governador do Estado do Pará, pelo PMDB.

As principais lideranças pró emancipação política de Redenção, indicadas por Paulo Moscateli, não concorreram a nenhum cargo político nesta eleição. Tonico era, inicialmente, candidato a prefeito, mas desistiu. Foi então que articularam a candidatura de Arcelide Veronese, tendo como vice Paulo Alves Moscateli²⁶⁷ que, eleitos, governaram de 15.03.83. a 31.12.88.268 Segundo depoimento oral de Saraiva Rodrigues, Arcelide Veronese era ligado aos madeireiros: "Ele era diretamente ligado e trabalhava tanto com madeira como com fazendas." Paulo Moscateli nos conta sobre a procedência e quem era Arcelide na ocasião desta eleição:

> " Quando ele chegou em Redenção ele colocou um açougue. Ele já tinha um dinheirinho que trouxe do Paraná, ele veio do Paraná, e começou a comprar essas terras daqui prá lá, essas terras eram chácara (o que veio ser depois o loteamento Alto Paraná²⁶⁹). E com o acougue, com o bom movimento, ele cresceu, ele construiu onde hoje é o correio [Av. Independência] e colocou

²⁶⁶ Dados fornecidos por funcionários da Câmara Municipal de Redenção.

²⁶⁷ Na época trabalhava como gerente de um posto de gasolina, *Posto Interlagos*. Segundo informações do mesmo, foi o próprio Arcelide Veronese que condicionou sua candidatura ao seu nome como vice, porque era muito conhecido na zona rural e também urbana. ²⁶⁸ José Gonçalves de Oliveira. <u>Conhecendo o Pará.</u> Mimeo. 09.05.99

²⁶⁹ Segundo Saraiva Rodrigues, Arcelide Veronese procurou beneficiar este loteamento durante o período que esteve na Prefeitura.

uma grande casa de carne ali, uma grande casa de carne e verdura. (...)

Na época não mexia com madeira. Só mexia unicamente com açougue. Tinha um matadouro, então ele só mexia com carne. Depois que ele estava na prefeitura é que ele começou a mexer com madeira. Aí ele montou uma serraria e começou a mexer com madeira." (Paulo Moscateli).

Segundo Saraiva Rodrigues, que nesta primeira administração pública foi secretário municipal de educação, Arcelide Veronese se relacionava muito bem com os empresários do município:

"E era aquela história: uma mão lava a outra. O que os empresários queriam o Arcelide fazia, o que o Arcelide queria os empresários faziam e, assim eles conduziram a situação numa forma bem confidente." (Saraiva Rodrigues)

Os outros candidatos a prefeito também tinham ligação direta ou indiretamente com os empresários da localidade. A ligação destes políticos com os fazendeiros também era evidente. Por ocasião do ato de criação da UDR no Sul do Pará, em 1986, fizeram-se presente à mesa da solenidade Luís Vargas, Arcelide Veronese e Gervásio José Camilo²⁷⁰. O senhor Luís Vargas também foi membro suplente da primeira diretoria do SRR, criado em 1984²⁷¹. O Parque de Exposição Agropecuário de Redenção foi construído com a participação da Prefeitura, na administração de Arcelide Veronese²⁷². O vice-prefeito eleito em 1988, Vitório Guimarães, empresário do setor madeireiro e também fazendeiro²⁷³, era, na época, presidente da UDR local²⁷⁴.

4

²⁷⁰ Advogado, membro da diretoria do Sindicato Rural de Redenção por ocasião de sua fundação, em 1984, e, candidato a prefeito em 1988 pelo PDT.

²⁷¹ Cf. FERNANDES, Marcionila. Op. Cit. pp. 103 e 118.

²⁷² Entrevista realizada com Paulo Moscateli, em 24.03.99. O Sr. Antônio Henrique do Amaral, presidente do SRR, no período de 1986 a 1992, também destaca como "pioneira" a contribuição de Arcelide Veronese para com a estruturação do Parque de Exposição e do SRR. Informações orais, em 06.10.99, em Redenção.

²⁷³ Dono da madeireira IMASA. Atualmente possui uma fazenda no município de Santana do Araguaia, denominada Fazenda Vitória Régia, medindo 2.758,0ha. (Unidade de Defesa Agropecuária de Redenção, Programa de Combate e Erradicação da Febre Aftosa, SAGRI/EMATER, 1998.).

²⁷⁴ Relatório Anual, Movimento de Educação de Base, Sub-Departamento de Redenção, 1988.

Através dos documentos escritos e depoimentos orais, identificamos uma avaliação comum para caracterizar o período da administração de Arcelide Veroneșe e Paulo Moscateli: carência de infra-estrutura urbana e serviços públicos básicos, enfim, problemas sociais. O intenso fluxo migratório e um grande contigente de população flutuante, somados à falta de infra-estrutura decorrente de um município recém criado, apresentaram-se como consequências mais visíveis um alto índice de violência e problemas de saúde pública. Em função dos garimpos, a malária, doença transmitida por mosquito, constituía a grande demanda para o atendimento hospitalar. Sobre esta situação nos descreve Paulo Moscateli, que em seu depoimento contou-nos das muitas outras dificuldades para iniciar o processo de estruturação de uma cidade e de uma administração municipal:

" A doença malária era enorme (...). Redenção era uma situação de calamidade pública. Teve uma época que foi assim uma situação que nem é bom de saber. Quando foi atendido todo mundo, já foi colocado até em colégio - no Irmã Gabriela. Nesta época, o Irmã Gabriela era ali onde é o banco Itaú [Av. Independência]. E fomos lá e tinha umas 50, 60 pessoas, todas elas com malária. Foi preciso vir gente de Belém pra poder tratar o pessoal da malária. Deu bastante trabalho, bastante trabalho mesmo." (Paulo Moscateli).

O clima de violência generalizada na cidade era outro problema, que predominou durante toda década de 1980. Na realidade, desde a década anterior, Redenção havia conquistado a imagem de uma cidade muito violenta, conforme apresentamos no tópico sobre o ouro. A composição do imaginário social local é bastante marcado por este contexto. Saraiva Rodrigues, ao expressar sobre sua experiência de vida nesta região, não foge a esta problemática:

" De todo esse trabalho que eu vivi aqui, que eu não cheguei a voltar para a Universidade em função das minhas raízes que foram criadas aqui. De tudo isto eu percebi uma coisa fantástica: eu percebi, realmente, como se desenvolvem as cidades. Como a vida perde o sentido quando há interesses econômicos; quando o ser humano deixa de ser o centro em função de uma grama de

ouro; ão tinha que soais amor entre as pessoas, só existe amor pica."278 — e ouro; quando não há mais valorização da vida; — vida não significa mais nada. Pois é isto que eu vi nest_{erno cor}o projeto Cumaru." (Saraiva Rodrigues).

favore:

depu

Nas eleições municipais de 1988 am lançadas candidaturas de quatro partidos diferentes à Prefeitura. Os candidatos e imitidos eram os seguintes: Luís Vargas Dumont e Vitório Guimarães (PMDB); Gervásio o sé Camilo e José Arnaldo (PDT); Gerundes Gomes e Leôncio (PSC); Roberto de Castro Amorim e Ernesto (PT)²⁷⁵. Os candidatos do PMDB, Luís Vargas e Vitório Guimarães foram eleitos²⁷⁶. O senhor Vitório Guimarães era – ainda hoje é - empresário ligado ao setor madeireiro, dono da serraria IMASA.

A administração de Luís Vargas, assim como o período do governo de Arcelide Veronese, foi marcada pelo apoio político da maioria da Câmara de Vereadores. Além disso, caracterizou-se, no âmbito da "solução" dos problemas sociais, pela prática, quase exclusiva, do assistencialismo. Para o senhor Paulo Moscateli, Luís Vargas fez uma administração que não significou um grande desenvolvimento para o município, ainda que durante seu mandato ele embelezou o centro da cidade – "deixou-a muita bonita". Segundo Saraiva Rodrigues, a administração de Luís Vargas foi marcada também pelo nepotismo. Isto é, a família Vargas conseguiu beneficios econômicos através da ocupação de postos no serviço público municipal:

"A esposa era Secretária de Ação Social, o filho era Secretário de Finanças, o outro filho era Tesoureiro, o genro era Secretário de Obras. Estava tudo em casa. E estava tudo do jeito que eles queriam. Só não estavam dentro da prefeitura aqueles que não tinham qualificação técnica para a coisa, por exemplo, o Secretário de Saúde tinha que ser um médico, o Secretário de

²⁷⁵Dados fornecidos por funcionários da Câmara Municipal de Redenção.

²⁷⁶ O total de eleitores votantes foi 14.581, sendo 10.960 votos dados aos candidatos à prefeito, 3.102 votos em branco e, 519 votos nulos. Cf. JUSTIÇA ELEITORAL, Ata Geral da Apuração das Eleições Municipais de 15/11/88, folha 02, município de Redenção, PA.

²⁷⁷ Paulo Moscateli refere-se às medidas de formação de canteiros de flores e/ou grama nas ruas principais da cidade. Também, à prática de iluminação especial de algumas ruas por ocasião do natal. (Entrevista, Paulo Moscateli, em 24.03.99).

Educação tinha que ser uma pessoa com formação pedagógica."²⁷⁸

Luís Vargas terminou seu governo com grande índice de rejeição junto aos segmentos populares. Fenômeno que favoreceu ao seu principal opositor na Câmara Municipal, o vereador e, posteriormente, deputado estadual, Wagner Fontes, do PDT, que foi eleito prefeito do município em 1992.

Assim, as eleições de 1992, de alguma maneira, representaram um corte na política local. Além de Wagner Oliveira Fontes²⁷⁹, que teve como candidato a vice-prefeito Naim Soares Ribeiro, também do PDT, os outros candidatos a prefeitos foram Sebastião Lourenço (PMDB) e Pedro Martins Barros (PDC). Um dos problemas da administração de Wagner Fontes foi a sua relação conflituosa com a Câmara de Vereadores e também com o vice-prefeito, Naim Soares Ribeiro. Exemplo disso foi que, a meados do segundo ano de seu governo, Wagner Fontes teve seu mandato cassado pela Câmara Municipal, que alegou o não cumprimento, por parte do executivo, das obrigações constitucionais para com o Poder Legislativo²⁸⁰. Wagner Fontes só foi reintegrado ao cargo por determinação judicial. Quando mencionamos que as eleições de 1992 significaram um corte na política local, isto se refere tanto às práticas políticas, como também às alterações no quadro das alianças. Ela revelou a perca de espaço e poder por parte do PMDB, que tinha assegurado, até então, as administrações municipais ligadas ao empresariado local. A eleição de Wagner Fontes, jovem e com pretensões de ascensão política no cenário paraense, revelou o redirecionamento no discurso e prática entorno da administração municipal. Segundo Saraiva Rodrigues, os conflitos gerados com o empresariado local e, por outro lado, a popularidade que mantinha junto a setores das classes menos favorecidas, era uma questão de estratégia política de Wagner Fontes, visando viabilizar seu projeto político futuro, seja

²⁷⁸Entrevista, Saraiva Rodrigues, em 18.03.99.

Entrevista, Saratva Rodrigues, em 16.05.55.

279 Técnico Agrícola, vereador de 1989-1990 pelo PDT, mas antes era funcionário do Banco do Brasil.

Em 1990 elegeu-se deputado estadual.

Em 26.06.94 foi formada uma Comissão na Câmara Municipal para investigar denúncias de irregularidades feitas por três vereadores, sendo eles: Roberto Amorim (PT), Josias Coelho e Manoel Carlos (ambos do PMDB). Pronto o relatório da Comissão, que comprovou crimes político-administrativos, foi aprovado o afastamento de Wagner Fontes da Prefeitura, por 10 votos a favor e 03 contra. Nesta ocasião, Wagner Fontes procurou mobilizar muitos populares para protestar contra a decisão da Câmara de Vereadores. O clima na cidade permaneceu tenso por vários dias, inclusive boa parte do funcionalismo público paralisou as atividades. O vice-prefeito assumiu a administração da Prefeitura, em estado de emergência. De Marabá veio um grande contigente de policiais para garantir a segurança caso houvesse conflitos/confrontos mais significativos. Cf. Jornal *Folha de Carajás*, de 30.09.94.

no âmbito regional ou, até, nacional²⁸¹. Um dos mecanismos utilizados por Wagner Fontes eram os programas que mantinha diariamente na TV local. Inicialmente, utilizava o canal de retransmissão da TV Globo, porém, depois de perder a concorrência pela concessão deste sinal para o Grupo NB, estruturou a TV Carajás, filiada ao SBT. A instituição do slogan: "Prefeitura 24 horas" pode ser considerado outro dos mecanismos planejados por Wagner Fontes na tentativa de viabilizar seu projeto de referência e ascensão política. Paulo Moscateli assinala também que:

"...Wagner era mais só agitar. Conversar muito e faz pouco; conversou muito e fez pouco. Eu até acreditei na época... É, ele ajudou muito a população carente, não pode deixar de falar, que ele ajudou muito. Mas no sentido de rolo compressor. Ele queria subir, ele queria agarrar alguma coisa pra fazer uma escada para subir em cima destas próprias pessoas pra poder se Vamos se hoje ele daria mil cestas, ele queria aparecer aqui, aparecer lá fora, ele queria que essas pessoas achassem que ele era o deus para essas pessoas. Aí ele queria ser superior a todos, porque 'fez isto', ele era o superior e todo mundo devia obrigações pra ele. Sendo ele Prefeito, era mais porque o povo põe ele lá dentro, ele é que obrigação, administrador do povo. (...) Só que ele achava que era o dono. 'Me colocaram aqui pra ser o dono disso aqui'. Muito autoritário, muito autoritário. Antes ele foi vereador, deputado. Por causa daquele jeito... ele é maquiavélico, dentro daquele

Quando assumiu a Prefeitura, Wagner Fontes, instituiu o que era chamado de "Prefeitura 24 horas".
Ou seja, atendimento e serviços prestados 24 horas por dia. No prédio onde funcionava a "Prefeitura 24 horas" também morava o Prefeito.

Era uma questão de voto e dos custos de satisfação das necessidades exigidas por cada grupo social. Nas palavras de Saraiva Rodrigues: "Já nesse ponto o Wagner foi muito audacioso, ele rompeu com os empresários, porque ele tem um princípio, que é o princípio de tirar de quem tem muito pra dar para quem tem pouco. E aí com isso, o peso de um voto é igual tanto de um rico quanto de um pobre. Como apenas 5% até 10% da população é rica, é mais favorecida, tem 30% de pobre. Então, ele deu mais valor, na época, a classe menos favorecida porque era uma massa maior e que se comprava por preço mais baixo. É de se saber que o voto de um pobre custa muito pouco. Custa uma camiseta, custa uma sandália, um tapa nas costas, custa dez reais. O rico não. O rico você tem que dar asfalto, energia elétrica, o lazer, escola, essas coisas todas. O Wagner, ele é muito inteligente, ele percebeu isso. Percebeu essa grande vantagem de estar ao lado dos menos favorecidos. *Então, a bandeira dele era o social* (grifo nosso). E os empresários eram poucos. Mas ele não percebeu que os empresários é que davam empregos aos pobres." Entrevista realizada com Saraiva Rodrigues, em 18.03.99.

sistema dele, ele conseguiu ser deputado. Ele punha até gente pra dar murro nele."283

Os conflitos gerados com a Câmara de Vereadores e a antipatia à personalidade de Wagner Fontes alimentada por grande parte dos empresários e da classe média, dava-se menos em função de suas medidas político-administrativas e mais por sua postura auto-suficiente e pretensiosa, dando sinais da intenção de se estabelecer politicamente à margem do poder das elites econômicas locais²⁸⁴. Esta prática política na administração municipal possibilitou uma tácita rearticulação dos setores da elite econômica em torno do PMDB, apresentando-se um tanto fortalecido nas eleições de 1996. Entretanto, ainda que Wagner Fontes terminasse seu período na administração municipal politicamente desgastado junto a maioria da população, o candidato apresentado pelo PDT venceu, com diferença mínima de votos, o seu principal adversário, Aldo Gomes de Castro, candidato pelo PMDB.

Para Saraiva Rodrigues, a administração de Wagner Fontes foi a iniciativa de se pensar uma ação voltada para a agricultura²⁸⁵. Além disso, trouxe para a região novas pessoas que passariam a despontar no cenário político, constituindo em novas lideranças políticas na região. Seja como for, nas eleições de 1998, Wagner Fontes conseguiu expressiva votação para deputado federal (apesar de não ser eleito), concorrendo e superando significativamente, no município, seu correligionário de partido, Geovanni Queiroz.

Nas eleições de 1996, como assinalamos anteriormente, o candidato do PDT à prefeitura venceu com pequena diferença de votos o candidato apresentado pelo PMDB. Nesta eleição o número de abstenções foi bastante alto: o total de eleitores aptos a votar era 33.338, porém, compareceram às urnas apenas 20.217 (60,64%). O número de

²⁸⁵ "É, ele foi pioneiro em muitas coisas aqui, por exemplo, o projeto do abacaxi, que ele colocou aí, é um ato pioneiro, inegável. Foi pra aqui que veio a tecnologia do abacaxi, é por isso que Floresta do Araguaia é hoje o maior produtor de abacaxi do Estado do Pará." (Saraiva Rodrigues, entrevista realizada em 18.03.99).

²⁸³ Paulo Moscateli, entrevista realizada em 24.03.99.

²⁸⁴ Os principais grupos econômicos com quem rivalizou durante sua administração foram os grupos NB e Juary, os maiores do município. Com o Grupo NB, disputou a concessão da transmissão da TV Globo na cidade. Perdendo na concorrência com o Grupo NB, Wagner Fontes conseguiu a concessão para transmissão do SBT, fundando a TV Carajás. [Também atuou durante todo o seu mandato no sentido de desestruturar todo e qualquer movimento popular que se apresentasse em processo de fortalecimento no município. Cf. Relatórios do Movimento de Educação de Base, Sub-Departamento de Redenção, anos de 1993-1996].

abstenções foi então de 13.121, ou seja, 39,36% dos eleitores do município²⁸⁶. No quadro abaixo podemos observar os nomes dos candidatos à prefeitura e seu respectivo desempenho eleitoral.

QUADRO Nº 15 Eleições para Prefeito, 1996 – Redenção

N°	NOME DO	PARTIDO/COLIGAÇÃO	Qtd.	CLASS.	% VÁLIDOS
	CANDIDATO		VOTOS		
12	Mário Aparecido Moreira ²⁸⁷	PDT/PSB/PC do B	9.699	1°	50,09%
15	Aldo Gomes de Castro ²⁸⁸	PPB/PMDB/PL/PSDB	9.002	2°	46,49%
25	Mª de Fátima A. de Paula	PFL	662	3°	3,42%

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral, Eleições Municipais de 1996, Resultado final por candidato.

A prática político-administrativa de Mário Moreira, atual prefeito de Redenção, possui alguns aspectos em comum com a postura adotada por seu antecessor e correligionário partidário, Wagner Fontes. Contudo, diferentemente de Wagner Fontes, Mário Moreira conseguiu articular um discurso capaz de aglutinar os principais interesses e atores político-econômicos do município. A imagem veiculada de uma administração pública interessada em promover o desenvolvimento econômico do município e da região articula interesses de empresários e fazendeiros²⁸⁹ e, por outro lado, conquista confiança junto a outros segmentos sociais. Há ainda, a implementação da prática da cooptação ou convencimento como forma de neutralizar e/ou controlar as forças sociais organizadas²⁹⁰.

²⁸⁶ Tribunal Superior Eleitoral, Eleições Municipais de 1996, Comparecimento/Abstenção (por município), Município: 05673 — Redenção, Zona: 0059. (Documento fornecido pelo Cartório Eleitoral do Município de Redenção).

²⁸⁷ Era professor na Escola Agrotécnica de Uberaba-MG, veio para Redenção para ser secretário de agricultura na administração de Wagner Fontes. Em 1994 foi eleito deputado estadual e em 1996 candidato eleito à Prefeitura de Redenção. O candidato a vice-prefeito era José Lopes da Mota, dono de uma loja de materiais para construção - EMACON - e era também vereador, pelo PDT.

²⁸⁸ Delegado da Polícia Civil do Estado do Pará, assumiu esta função em Redenção anos antes de candidatar-se à prefeitura em 1996. Enquanto delegado tinha fama de ter conseguido 'diminuir a violência' local. Seu apelido, enquanto delegado, era "Robocop". O candidato a Vice-Prefeito era Dr. Wilder Santana, médico, um dos donos do maior hospital privado da cidade, *Hospital São Vicente*.

²⁸⁹ Neste ano de 1999, a administração de Mário Moreira ganhou um prêmio de destaque no Estado do Pará, como "Prefeito Agricultura do Ano." Andando pela cidade, neste período, poderia se ler diversas faixas de apoio e reconhecimento, por parte de comerciantes e outros segmentos. Nos primeiros meses da administração de Mário Moreira, o secretário municipal de desenvolvimento era Luciano Guedes, fazendeiro, presidente do Sindicato Rural de Redenção por dois mandatos(1995/1996 e 1998). Atualmente, trabalha na secretaria de agricultura Leonir Rossetto, que foi secretário executivo do SRR de maio de 1993 à agosto de 1999.

²⁹⁰ [O Estado tende a inibir os impulsos que gerem grupos autônomos e fortes no interior da sociedade.] Em Redenção, alguns "grupos sociais organizados" são apoiados e apóiam a política da atual

Neste aspecto, percebemos a utilização do poder de representação simbólica, visando impor uma visão sobre a realidade - o mundo social - e um modelo de prática política. Trata-se da tentativa de maximização do ganho simbólico, dado a condição de autoridade reconhecida oferecer uma significativa margem de atuação neste sentido. Falar com autoridade, em nome de todos, público e oficialmente, é uma forma de tomar natural e aceito o que é resultado, na realidade, de um ato arbitrário e, às vezes, autoritário.²⁹¹ Esta lógica tem sido utilizada pela administração de Mário Moreira, não só para afirmar uma auto-imagem definida à priori, mas também para fazer crer que esta é uma representação das vontades de todos os segmentos sociais locais. Ou seja, a própria idéia de consenso em torno da política da administração municipal é constantemente nomeada/evocada a fim de produzir efetivamente sua existência.

A articulação entre os poderes executivo e legislativo municipal evidencia o poder do primeiro para direcionar e definir a relação. Para Saraiva Rodrigues,

> "A Câmara está muito satisfeita com a administração. O Mário não tem em nenhum momento ultrapassado os limites estabelecidos, os limites constitucionais. A nossa prefeitura é uma das primeiras que entrega a prestação de contas no Tribunal. É uma das primeiras que envia os balancetes para a Câmara analisar, e todos os vereadores, indiscutivelmente, todos tem uma penetração muito boa aqui na prefeitura, tem trânsito livre aqui."292

Por outro lado, segundo depoimento do atual secretário executivo do Partido dos Trabalhadores em Redenção, Antônio Rocha de Almeida, a Câmara Municipal ocupa uma posição de submissão ao executivo local. Falando de um informativo que seu partido divulgou recentemente, Antônio Rocha comenta uma entrevista sua ali publicada:

²⁹² Saraiva Rodrigues, em 18.03.99.

administração municipal (Exemplo disso são algumas Associações de Moradores de Bairro, STR, União de Associações de Trabalhadores Rurais, etc.) Existem, porém, focos de críticas e oposição à atual administração.

²⁹¹ Segundo Pierre Bourdieu, "o ato da magia social que consiste em tentar trazer à existência a coisa nomeada" só será possível se a capacidade a que se arroga quem o realizar, for reconhecida. BOURDIEU, Pietre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: O Poder Simbólico. Coleção Memória e Sociedade. Lisboa: DIFEL, 1989.

"Inclusive, na primeira entrevista eu fui um dos entrevistados, e falando do trabalho da bancada, da possibilidade do PT fazer vereadores chamei os vereadores locais de vereadores do 'sim sinhô'. O prefeito fala tudo que fala e pra ele tá 'sim sinhô'. Isto teve um certo comentário, teve um certo reboliço lá com eles, questionamento, um vereador falou: 'por isso que o pessoal do PT está falando que a gente é vereador do sim sinhô, a gente nem pode falar do Prefeito'."²⁹³

Esta avaliação acerca da atuação da Câmara Municipal, na atual legislatura, porém, não se diferencia, em geral, significativamente das experiências passadas. Na prática, a Câmara de Vereadores, historicamente, tem ficado aquém do exercício, de fato, de seu papel. A prática política dos vereadores, quando estes não estão aliados sistematicamente à administração municipal por uma questão partidária ou clientelista, é de manterem uma oposição, porém, mais personalista do que propositadamente política. Na administração de Arcelide Veronese, segundo Saraiva Rodrigues, "a Câmara de Vereadores não tinha muito poder, porque também todo mundo era autodidata na condução dos assuntos legislativos. E todo mundo administrava assim, na base da amizade. Quer dizer, não havia guerra. O conflito político passou a existir a partir do governo do então prefeito Luís Vargas, que assumiu logo em seguida que o Arcelide deixou a prefeitura."294 Na administração de Luís Vargas, sabe-se que os vereadores de seu partido, o PMDB, possuíam significativa influência na condução dos negócios públicos. Dentre os vereadores deste grupo, podemos destacar: Pedro Martins Barros, Josias Coelho da Silva, Manoel Carlos e Francisco Elival da Cunha. O principal vereador de oposição era, como assinalamos acima, Wagner Fontes de Oliveira, do PDT. Na terceira legislatura, de 1993 a 1996, o PMDB perdeu espaços na Câmara Municipal. Consegue eleger quatro (04) ou cinco (05) vereadores, mas Isabel Maria Brito Pimentel, depois de eleita transferiu-se para o PSB. A oposição à administração de Wagner Fontes na Câmara Municipal articulava, variavelmente, a maioria dos vereadores.

Até 1992 a Câmara Municipal era composta por nove (09) vereadores, passando desde então ao número de treze (13) membros. No primeiro período, há um predomínio

²⁹⁴ Saraiva Rodrigues, entrevista realizada em 18.03.99.

Antônio Rocha de Almeida, entrevista realizada em 05.10.99. Antônio Rocha é contador, atualmente secretário executivo do Partido dos Trabalhadores em Redenção. Já foi presidente do mesmo partido de 1995 a meados de 1997 e, também, militante de pastorais da Igreja Católica local.

quantitativo de representantes do PMDB. De 1982 a 1988, os vereadores deste partido eram: Roberto de Castro Amorim²⁹⁵, Jonas Martins dos Santos, João Tomé de Sousa²⁹⁶, Natalício Alves Maciel e Antônio Vieira Lima. Como apenas dois partidos possuíam representantes na Câmara Municipal, o segundo era o PDS, com os seguintes vereadores: Pedro Carneiro de Sousa²⁹⁷, Pedro Alcântara de Souza²⁹⁸, Olímpio Luiz de Farias²⁹⁹ e Mariosval Duette de Carvalho³⁰⁰. Na legislatura de 1989 a 1992, os vereadores e seus respectivos partidos eram os seguintes301: PMDB - Manoel Carlos da Silva, Josias Coelho da Silva, Francisco Elival da Cunha, Pedro Martins Barros302(transferiu-se para o PPB) e Gervásio de Sá (transferiu-se para o PDT); PDT – Paulo Martins Neto³⁰³, Pedro Alcântara de Souza e Wagner Fontes de Oliveira; PDC – Neri Prudente.304. Na terceira legislatura – 1993-1996 - há uma distribuição maior das vagas entre os partidos. Senão vejamos: PDT -Geraldo Gonçalves de Souza, Antônio Brito Freitas e José Lopes da Mota; PT – Ademar Pereira da Silva³⁰⁵ (terminou mandato sem partido) e Roberto de Castro Amorim (transferiu-se para o PSDB); PDC - João Tomé de Souza, Emerson Ferreira Monsef (transferiu-se para o PPB) e Carlito Domingos Rola (transferiu-se para o PDT); PMDB -Manoel Carlos da Silva, Josias Coelho da Silva, Francisco Elival da Cunha e Maria Isabel Brito Pimentel (transferiu-se para o PSB); e, Pedro Alcântara de Souza (terminou mandato no PSB). Na atual legislatura - 1997-2000 - há um maior predomínio quantitativo de

²⁹⁵ Filho de Elias Amorim, que teria sido uma das lideranças no movimento de emancipação política do

²⁹⁶ Vereador mais votado, com 342 votos. Cf.José Gonçalves de Oliveira, <u>Conhecendo o Pará.</u> mimeo, 05.05.99.

²⁹⁷ Advogado.

²⁹⁸ Como poderemos verificar mais adiante, foi vereador por vários mandatos, pertencendo a diversos partidos. ²⁹⁹ Assumiu a função de sub-prefeito de Redenção, no período de 1977 a 1982.

³⁰⁰ SANTOS, Gaudêncio Lisbôa dos. Op. Cit. p. 05, e, dados fornecidos por funcionários da Câmara Municipal de Redenção.

³⁰¹ O total de eleitores na eleição municipal de 1988 foi 14.581. Na votação para vereadores, o quociente eleitoral era de 1.492. Deste total 1.975 foram votos de legenda e 1.889 votos em branco, ficando a configuração das vagas por partidos e coligações, a seguinte: PMDB/PTB - 05 vagas; PDT - 03 vagas; e, PDC - 01 vaga. Vereadores da primeira legislatura que concorreram a esta eleição mas não foram classificados: João Tomé de Souza, Pedro Carneiro de Souza e Olímpio Luiz de Farias, todos pelo PDT. Justiça Eleitoral, Ata Geral da Apuração das Eleições Municipais de 15.11.88, Redenção.

³⁰² Vereador mais votado, com 649 votos. Justiça Eleitoral, Ata Geral da Apuração das Eleições Municipais de 15.11.88, Anexo VII, Redenção.

³⁰³ Quem foi eleito para esta vaga do PDT foi João Vieira da Cunha, com 319 votos. Por razões que desconhecemos, quem assumiu de fato o cargo foi Paulo Martins Neto, primeiro suplente, com 269 votos. Justiça Eleitoral, Ata Geral da Apuração das Eleições Municipais de 15.11.88, Redenção.

³⁰⁴ Justiça Eleitoral, Ata de Apuração das Eleições Municipais de 15.11.88, Redenção, e, Dados fornecidos por funcionários da Câmara Municipal de Redenção.

³⁰⁵ Vereador mais votado, com 475 votos. Cf. José Gonçalves de Oliveira, Conhecendo o Pará, mimeo, 05.05.99.

vereadores do PDT³⁰⁶. A seguir a descrição dos partidos e vereadores³⁰⁷: PDT – Mari Aparecida Bueno Prestes, Geraldo Gonçalves de Souza³⁰⁸, Joás Alves Martins Reis, Antônio Lopes Ferreira e Eni Marques Ribeiro; PPB – Pedro Martins Barros e Emerson Ferreira Monsef; PSDB – Ieda Aparecida Ribeiro, Linjandelson Alves Mundoca e Weliton Oliveira de Sousa; PMDB – Manoel Carlos da Silva e Gerson Garra Franco Bueno Filho(transferiu-se para o PDT)³⁰⁹; PSC – Pedro Rodrigues de Sousa³¹⁰.

Vereadores da legislatura anterior que se candidataram, mas não se elegeram: Isabel Maria Brito Pimentel (PSB), Francisco Elival da Cunha (PMDB), Josias Coelho da Silva (PMDB) e Antônio Brito Freitas (PDT). Tribunal Superior Eleitoral. Eleições Municipais de 1996. Resultado Final por Candidato. Cartório Eleitoral de Redenção.

O total de eleitores que compareceram às urnas foram 20.217, sendo que 186 foram votos de legenda, 1.606 votos em branco e 600 votos nulos. 17.925 eleitores votaram nominalmente para vereador. O total de vagas era 13, sendo o quociente eleitoral de 1.509. A seguir a quantidade de vagas conseguidas pelos partidos e coligações, através do quociente eleitoral e vagas médias: PPB – 02 vagas(2.849 votos); PMDB – 02 vagas(2.761 votos); PSC – 01 vaga(1.715 votos); PSDB – 03 vagas(3.449 votos); e, PDT/PSB/PC do B – 05 vagas(5.394 votos). Vale ressaltar que, da coligação indicada, apenas o PDT elegeu vereadores. O PSB e PC do B ficaram sem qualquer representação na Câmara Municipal. O PT não registrou nenhuma candidatura nas eleições municipais de 1996. Tribunal Superior Eleitoral. Eleições Municipais de 1996. Cartório Eleitoral de Redenção.

³⁰⁸ Vereador mais votado, com 721 votos. Tribunal Superior Eleitoral. Eleições Municipais de 1996, Resultado Final por Candidato. Cartório Eleitoral de Redenção.

³⁰⁹ Filiou-se ao PDT em 30.09.97. Documento encaminhado pela Comissão Provisória do Partido. Dado fornecido pela Cartório Eleitoral de Redenção.

³¹⁰ Tribunal Superior Eleitoral. Eleições Municipais de 1996, Resultado Final por Candidato. Cartório Eleitoral de Redenção.

QUADRO Nº 16

PARTIDOS NA CÂMARA MUNICIPAL - Redenção

PARTIDO 1º LEGISLATURA		2ª LEGISLATURA		3º LEGISLATURA		4ª LEGISLATURA		
	Veread. Eleitos	Saiu e/ou entrou						
PMDB	05		05	-02	04 +01*	-02	02	-01
PDS	04							
PT					02	-02		
PSDB						+02	03	
PPB				+01		+01	02	
PDC			01		03	-02		
PDT			03**	+01	03	+01	05	+01
PSC							01	
PSB		 				+02		
TOTAL	09		09		13		13	

^{*}saber se Pedro Alcântara foi eleito pelo PMDB.

FONTE: Dados fornecidos por funcionários da Câmara Municipal, e

Resultados das eleições de 1988 e 1996 – TSE – dados fornecidos pelo Cartório Eleitoral de Redenção.

^{**} confirmar continuidade de Pedro Alcântara e Paulo Martins Neto.

3. Deputados estaduais e federais

Os deputados estaduais, eleitos por esta região, com base política e/ou econômica em Redenção foram: Manoel Alves Franco³¹¹, em 1986, pelo PMDB; Geovanni Correia Queiroz, também em 1986, pelo PDT³¹²; Wagner Fontes de Oliveira, em 1990, pelo PDT; Mário Aparecido Moreira, em 1994, pelo PDT; Francisco Victer³¹³, em 1998, pelo PDT.

Sobre o desempenho e conduta política de Manuel Alves Franco, enquanto deputado estadual, Saraiva Rodrigues afirma que ele "era um menino de recado do governador Jáder Barbalho". E ainda, segundo Saraiva Rodrigues,

"Eu não tenho nenhum feito de prestígio do deputado Manuel Alves Franco aqui na cidade, aqui na região, a não ser os conchavos políticos que aqui acolá ele aprontava. Tirar pessoas do cargo que ocupava, tirava e colocava alguém do PMDB. Na época, eu era diretor das Centrais Elétricas do Pará, e eu fui diretor das Centrais Elétricas daqui durante 5 anos, e fui exonerado a pedido do deputado Manuel Franco, porque segundo ele eu não era do partido. Ele pediu ao governador para que eu fosse exonerado. E como era um caso político, eu fui exonerado."314

Manuel Alves Franco não se reelegeu a mais nenhum cargo político³¹⁵. Segundo Saraiva Rodrigues, ele tentou continuar na política, mas como não tinha feito nada que pudesse se apegar para firmar-se eleitoralmente, não conseguiu sucesso.

A atuação dos deputados Wagner Fontes (1991-1992) e Mário Moreira (1995-1996) não diferem das práticas adotadas na administração municipal, já analisadas neste trabalho. Wagner Fontes utilizou o pouco tempo em que esteve como deputado estadual, praticamente como preparação à sua eleição para a prefeitura de Redenção, ocorrida em

³¹¹ Advogado, na época muito alinhado ao grupo do PMDB no Estado.

³¹² Sua principal base política era Conceição do Araguaia.

³¹³ Profissional liberal, proveniente de Minas Gerais. Chegou à região, à convite de Wagner Fontes, então prefeito de Redenção. Assumiu, por um certo período, a chefia da Secretaria de Agricultura do município e também a função de diretor regional da Secretaria de Agricultura do Estado – SAGRI.

³¹⁴ Saraiva Rodrigues, em 18.03.99.

³¹⁵ Disputou as eleições para deputado estadual, em 1990, mas não foi eleito.

1992. Quando ele assumiu as funções de vereador e deputado estadual, uma de suas atividades era andar pelos bairros da cidade de Redenção, num carro de som³¹⁶, realizando discursos contra a administração municipal. Com esta prática conseguiu confiança e credibilidade junto à população da periferia. Quando deputado, uma de suas ações foi confeccionar um abaixo-assinado³¹⁷ que, segundo diziam, constavam as reivindicações de melhorias para a região Sul do Pará, o qual foi entregue ao Presidente da República, na época, Fernando Collor de Melo³¹⁸. Mário Moreira, que também exerceu por pouco tempo a função de deputado, procurou construir relações e articulações políticas no Estado, principalmente com o governador Almir Gabriel. Inclusive, o principal apoio para reeleição de Almir Gabriel, no Sul do Pará, foi garantido pelas articulações com as lideranças do PDT na região. Sobre Mário Moreira na função de deputado estadual, afirma Saraiva Rodrigues, "o grande feito dele como deputado foi ser presidente da Comissão de Emancipação Política dos Estados de Tapajós e Carajás, e para nós foi um ponta pé inicial da luta pela cidade."³¹⁹

O único deputado eleito por esta região à Câmara Federal foi Geovanni Correia Queiroz (PDT). Sua primeira eleição foi em 1990, ocorrendo de ser reeleito nas eleições subsequentes. Atualmente, exerce seu terceiro mandato na Câmara Federal, sendo o único deputado eleito das regiões Sul e Sudeste do Pará nas eleições de 1998. Geovanni Queiroz era, até pouco tempo, a principal liderança do PDT na região. Contudo, com a ascensão política de Wagner Fontes e as novas lideranças que surgiram sob sua influência - Mário Moreira e Francisco Victer - o poder eleitoral de Geovanni Queiroz na microregião de Redenção encontra-se enfraquecido. Inclusive, nas eleições de 1998, Geovanni Queiroz e Wagner Fontes disputaram uma vaga à Câmara Federal pelo PDT. Geovanni, foi eleito, mas a diferença de votos não foi significativa. Na microregião de Redenção seu desempenho eleitoral foi menor em relação à Wagner Fontes, porém, Geovanni possui uma base eleitoral mais ampla, atingindo as regiões Sul e Sudeste do Estado. Geovanni Queiroz constituiu-se em liderança política representando os interesses de fazendeiros e empresários desta região, sendo a base de suas articulações político-econômicas a cidade de

316 Inicialmente possuía um fusca, com um aparelho de som pequeno em cima, com o qual percorria a cidade

³¹⁷ Era um grande caderno, com armaduras de madeira, no qual teria recolhido assinaturas de pessoas de toda essa região Sul do Pará.

³¹⁸ Segundo Saraiva Rodrigues, "ele faz o que for preciso, se for pra ser destaque nacional, ele entra pro destaque nacional." E ainda segundo o mesmo, "ele é uma pessoa audaciosa, ele é uma pessoa muito audaciosa, como deputado não deixou de ser. Audacioso no bom sentido, na vontade de fazer, fez até greve de fome (grifo nosso), você deve saber da greve de fome." (Saraiva Rodrigues, em 18.03.99).

Redenção. Por outro lado, sua participação aparentemente ambígua no desenrolar dos conflitos de terra na região possibilitou também a formação de uma base eleitoral junto aos trabalhadores rurais. Sua atuação parlamentar nos últimos anos revela, pòrém, a tendência à perca de expressividade política.

³¹⁹ Saraiva Rodrigues, em 18.03.99.

4. Os Partidos Políticos

Em meados da década de 1980, os partidos existentes no município eram o PMDB, PDT, PDS³²⁰ e PT.³²¹ O PMDB, neste período, vivificava um movimento de afirmação política no Estado e na região. O governador do Estado eleito em 1982, Jáder Barbalho, era do PMDB. No Sul do Pará, os prefeitos de Conceição do Araguaia, Redenção, Rio Maria e Xinguara, também eleitos em 1982, eram do PMDB. Neste período, muitos políticos convergiram para o PMDB, pois este configurava-se na nova sigla partidária em estruturação no poder político institucional. Inclusive, antigos membros do PDS ingressaram às fileiras do PMDB. Segundo Gaudêncio Lisboa,

"O PMDB ainda conserva-se como uma frente, papel que desempenhava antes da reformulação partidária de 1982. Há em seu bojo correntes de pensamentos e linhas de ação cristalinamente divergentes. Não obstante a tudo isso é o partido mais antigo do município. Numericamente o maior, inclusive, com investimento no PMDB-Jovem." 323

Podemos dizer ainda que, numericamente, o PMDB continua sendo o maior partido no município, conforme informações do TRE de 1997 (vide quadro nº 16). Do total de filiados nos sete (07) partidos relacionados na referida tabela, 76,71% estavam ligados ao PMDB. Contudo, o partido nos últimos anos tem resvalado para a inexpressividade política, evidenciado pela perca de poder eleitoral e pelo não surgimento de novas lideranças. Atualmente, algumas lideranças do partido, entre elas o candidato a vice-prefeito nas últimas eleições — Dr. Wilder Santana - se transferiram para o PSDB.

O PDT e o PT, em meados da década de 1980, segundo Gaudêncio Lisboa, eram "partidos emergentes". Existia, segundo ele, expectativas de crescimento destes dois partidos na região. Ainda segundo Gaudêncio, "O PT está surgindo a partir de um

³²⁰ "Entre os quatro partidos o mais inexpressivo é o PDS, tendendo mesmo à extinção." (1986). SANTOS, Gaudêncio Lisboa dos. Op. Cit. p. 07.

³²¹ Idem, Ibidem.

³²² Idem, Ibidem.

³²³ Idem, Ibidem.

trabalho de base ao passo que o PDT aterrizou de 'pára-queda' no município". 324 Como evidenciamos anteriormente, o PDT tem conquistado espaço, devido a presença no campo político-institucional no município a partir do início desta década. Contudo, o referencial partidário, pouco evidenciado no próprio discurso de suas lideranças, possui pouca força de expressão. Na realidade, existem lideranças políticas - e poderíamos dizer, uma elite política – em processo de alargamento de seu poder na região, vinculadas à sigla partidária do PDT³²⁵. Historicamente, a principal liderança do PDT na região é Geovanni Queiroz que em 1986, quando se elegeu deputado estadual, já encontrava-se nos quadros do partido.³²⁶ Atualmente, novas lideranças políticas vinculadas ao PDT apresentam-se como propensas a assumir maior referência e controle do partido na região. Exemplo disto foi a disputa eleitoral por uma vaga à Câmara Federal entre Wagner Fontes e Geovanni Queiroz, nas eleições de 1998. Em termos de filiados, o PDT é o segundo maior partido no município. Contudo, com um percentual ainda pouco expressivo (7,42%) se considerarmos seu desempenho eleitoral nos últimos anos. O que reforça a idéia acima descrita sobre a falta efetiva de uma base partidária. Aliás, dado que pode ser estendido a maioria dos partidos existentes no município. Estes, na prática, funcionam essencialmente apenas como sigla partidária que possibilita a efetivação de candidaturas e acesso de pessoas/lideranças políticas aos cargos públicos. Ou seja, ocorre um ausência de função governativa dos partidos.

O PT, em 1988, participou das eleições municipais para prefeito lançando candidatura própria. Neste período, as principais lideranças do partido eram membros da família Amorim. Inclusive o candidato à prefeito do PT era Roberto Amorim, que em 1992 foi eleito vereador e durante o mandato desligou-se do partido filiando-se ao PSDB. Segundo Antônio Rocha, secretário executivo do PT no município, existia dentro do partido dois segmentos: "o grupo dos Amorim e o grupo do Igrejeiros".

"Nós os chamávamos de grupo dos Amorim e eles chamavam a gente de grupo dos Igrejeiros. Nós éramos a esquerda dentro do

324 Idem, Ibidem.

³²⁶ Saraiva Rodrigues, em 18.03.99.

Atualmente, os governos municipais de Conceição do Araguaia e Redenção são exercidos por representantes do PDT, além de pequenos municípios da região, onde os prefeitos são também deste mesmo partido. Para as eleições municipais de 2000, verifica-se uma movimentação das lideranças do PDT, visando disputar as eleições para prefeitos nos outros principais municípios da região: Xinguara e Rio Maria. Inclusive, o candidato do PDT às eleições para prefeito em Xinguara é Wagner Fontes. O mesmo mudou-se de Redenção para Xinguara, recentemente, com a finalidade de concorrer nas referidas eleições.

PT. Nós éramos a esquerda porque discordávamos de alguns trabalhos."327

A informação acima dá-nos conta dos quadros de formação do PT em Redenção. Existia um grupo de pessoas ligadas à família Amorim³²⁸, geralmente pessoas que não vinham de uma militância religiosa. O chamado "grupo dos Igrejeiros" constituía-se de pessoas procedentes das pastorais da Igreja Católica. Atualmente, a maioria dos quadros do partido provém da militância em pastorais da Igreja, em especial a Pastoral da Juventude³²⁹. O engajamento social, motivado pela compreensão da relação da fé e da política, ou, da fé e da vida, é destacado no discurso destas pessoas.

> "Fizemos vários cursos do Evangelho de Marcos, que apresenta Jesus Cristo diferente daquele que alisa, Jesus Cristo que bota o dedo na ferida, que puxa a pessoa, que questiona, que faz o povo ser o sujeito de sua própria transformação. Não aquele negócio que vem através da oração, 'de colores', nada disso, aquele Jesus Cristo que age. (...) Se hoje eu estou no PT, foi a pastoral, a formação fé e política, foi a consciência pela questão da terra, foi a consciência que a gente ter que ser cidadão nesse mundo, no exercício da democracia, participando das lutas do povo, querendo o melhor pra todos, não querendo só pra mim. A minha oração tem que refletir na minha ação."330

"Isso teve muito a ver com o próprio movimento da Igreja, porque na Igreja, enquanto Pastoral da Juventude, a gente foi convidado para participar de seminários, de encontros nos bairros nos quais a gente discutia diversos assuntos de interesse popular. Um deles foi a questão da saúde. Nesta discussão da saúde, foram realizados seminários, a gente foi se envolvendo na discussão mais independente dos temas que a Igreja costumava

328 Hélio Amorim (que ainda hoje permanece no PT, apesar de um período afastado) e Roberto Amorim (que filiou-se ao PSDB).

³³⁰ Antônio Rocha de Almeida, em 05.10.99.

-14

Antônio Rocha de Almeida, entrevista realizada em 05.10.99.

Apenas a título de ilustração, o atual presidente do PT, Domingos Neves Nascimento, o secretário executivo, Antônio Rocha, iniciaram suas histórias de engajamento social a partir da militância na Pastoral da Juventude. Outros membros do PT são procedentes de Comunidades de Base e outras pastorais.

tocar. Chegou ao ponto da gente, discutindo a constituição do Conselho Municipal de Saúde, eu fui representante da Pastoral da Juventude, inclusive dois mandatos, quatro anos. Através disso a gente foi despertando para outros espaços da militância. Isto foi refletido pela atuação na PJ, inclusive o que me levou a vida política foi através da Pastoral da Juventude."331

Nas eleições municipais de 1992, o PT, coligado com o PDT, não lançou candidatos majoritários. Conseguiu eleger dois vereadores, um deles ligado à Igreja Católica, apoiado pela Pastoral da Juventude, sendo o vereador mais votado naquelas eleições. Contudo, a atuação legislativa dos referidos vereadores não contribuiu, efetivamente, para com a estruturação de um referencial democrático e participativo na prática política representativa. Os dois vereadores - Roberto Amorim e Ademar Pereira da Silva – ao final de seus mandatos na Câmara Municipal, não se encontravam mais nos quadros do PT. O partido, nas eleições de 1994, não registrou candidaturas, dado todo um processo interno de divergências sobre a realização ou não de alianças, em especial com o PDT³³². Apesar de não registrar sua participação nas eleições, membros do partido avaliam que a decisão de não realizar coligação com o PDT foi acertada e, certamente, fortalece o partido como uma opção diferente no município.

Os partidos existentes no município atualmente são: PPB, PFL, PL, PSB, PSC, PPS, PMDB, PDT, PT, PSDB e PTB333. Sobre o PC do B não possuímos informações suficientes acerca de sua atual regularização 334. Atualmente, os partidos que possuem representantes na Câmara Municipal – PPB, PMDB, PDT, PSDB e PSC -, não evidenciam diferenças qualitativas nas suas formas de atuação. Além disso, existe o processo, já

³³¹ Domingos Neves Nascimento, entrevista realizada em 06.10.99. Domingos é atualmente presidente do PT em Redenção, participa de um grupo popular não institucionalizado - Grupo Educação e Cidadania - que desenvolve ações voltadas para a área da educação e cidadania, objetivando a mobilização e a participação da sociedade civil em iniciativas de caráter e interesse público, inclusive, voltadas para intervenção nas pólíticas públicas. Domingos é natural do Tocantins, mas como ele mesmo diz, foi criado praticamente no Pará. Morou em várias localidades na região e desde 1988 mora em Redenção.

³³² O então vereador Ademar Pereira da Silva articulou um grupo para tentar aprovar sua proposta de nova coligação com o PDT, o que não foi aceito pela maioria dos membros do partido.

³³³ Cartório Eleitoral de Redenção.

³³⁴ Suas principais lideranças mudaram do município e, aparentemente, o partido não possui nenhum base local.

apresentado anteriormente, de evidência de uma visão de consenso³³⁵ em torno da política implementada pela atual administração municipal. E ainda, como a filiação partidária não revela necessariamente a adoção de um projeto político específico, torna-se mais difícil estabelecer diferenciações qualitativas e proporcionais entre a atuação de membros de um ou outro partido.

O único partido a se manter como uma referência identificada com a esquerda política, atualmente, é o Partido dos Trabalhadores. A partir desta constatação podemos perceber o grau de fragilidade deste segmento no campo do jogo de forças políticas locais.

"Fora o Partido dos Trabalhadores que está fora do campo legislativo e também fora do executivo, ou seja, não faz parte do governo de forma nenhuma, não figura nada que possa ser identificado como esquerda no município. (...) O PC do B, as principais lideranças sumiram do município, foram embora, e o partido praticamente desapareceu. (...) E o PSB, o PSB não tem caraterística de esquerda aqui no município. Ele é um partido eleitoral. (...) Eu diria que até a gente do PT aqui hoje, a gente tá muito falho nesse sentido. Nos falta experiência para estar construindo algo que pudesse ter uma seqüência dos períodos já vividos pelo partido no município. (...) Hoje, apesar de tá fora, do partido pequeno como está, mas ele está uma coisa assim mais sadia, mais inteira. Então, de certa forma, isso nos agrada muito."336

A composição dos partidos, a partir de elementos constantes no sistema de alistamento eleitoral do TRE em 1997, apresenta um quadro similar. Os aspectos que foram pesquisados podem ser observados no quadro abaixo. Infelizmente, no sistema de alistamento do TRE não consta sobre a profissão e/ou ocupação dos filiados, informação que seria extremamente interessante para esta pesquisa. Além disso, os dados sobre gênero, escolaridade e estado civil, constam apenas nas listas extraídas do sistema em 06.10.97. Também não consta sobre a atualidade ou não dos dados naquele período. Através de outras listas apresentadas pelos partidos ao Cartório Eleitoral para atualização

³³⁶ Domingos Neves Nascimento, entrevista realizada em 06.10.99.

Pelo menos a maioria dos vereadores se encontram atrelados à atual administração municipal, inclusive evidenciando uma postura de submissão, dado que quem define a relação estabelecida é o executivo.

de informações sobre filiados, no mesmo ano de 1997, percebemos que o alistamento no sistema do TRE ainda não estava atualizado aos dados do referido ano.

Sabemos que a prática de filiação partidária não necessariamente significa uma ação política militante. Muitas vezes, os partidos, para fins de regularização de seus diretórios nos municípios, implementam campanhas de filiação com objetivos estreitados a esta finalidade. Desta forma, o número de filiados não revela, por conseguinte, o nível de organização política de um ou outro partido. A prática da maioria dos partidos é executar os procedimentos básicos exigidos pela legislação eleitoral, em especial nos momentos eleitorais. Geralmente, estes partidos constituem apenas um mecanismo legal, que respalda o exercício do poder político por parte de pessoas movidas por interesses pessoais e/ou de um grupo determinado da sociedade337. Assim, são poucas pessoas que fazem e representam efetivamente o partido, dado o nível de tutelamento da participação dos filiados ou mesmo a total inexistência de espaços que propiciem qualquer forma de intervenção militante dos mesmos. Além disso, convivemos ainda com a persistência de uma cultura política autoritária, com grande poder simbólico sobre grande parte da população que, variavelmente, se movimenta e participa dos processos sociais orientada por parâmetros proveniente deste modelo. Analisando a prática dos partidos políticos em Redenção, percebemos que iniciativas que tentam fugir a esta regra são perceptíveis apenas na forma de se organizar do PT. Contudo, como indicado pelo presidente do diretório do PT no município, este também convive com limites na implementação desta intencionalidade.

Consideradas as ressalvas sobre a dimensão quantitativa e qualitativa dos quadros de filiados dos partidos, destacamos algumas aspectos para análise. Com relação a identidade de gênero, percebemos um relativo equilíbrio na participação de homens (58,67%) e mulheres (41,32%). Contudo, a presença de mulheres como candidatas ou ocupando efetivamente cargos públicos é pequena ainda. Na Câmara Municipal, somente em 1992 foi eleita uma mulher³³⁸. Na atual legislatura já existem três (03) vereadoras mulheres. Com relação à concorrência para o executivo municipal, apenas nas eleições de 1996 houve uma candidata mulher.³³⁹ Nas secretarias municipais, a presença de mulheres na condição de chefia tem estado restrito à Secretaria de Educação e Secretaria de Assistência e Ação Social. Outro dado importante com relação ao quadro de filiados nos

³³⁹ Maria de Fátima A. de Paula, candidata pelo PFL.

³³⁷ Como assinalamos anteriormente, ocorre uma ausência de função governativa dos partidos.

³³⁸ Maria Isabel Brito Pimentel, eleita pelo PMDB, transferindo-se logo em seguida para o PSB.

diversos partidos diz respeito ao grau de escolaridade: 75,31% destes não tinham concluído o 1º grau, ou ainda, 50,35% apenas liam e escreviam. Ou seja, a maioria das pessoas filiadas a estes partidos eram analfabetas ou semi-analfabetas. A partir deste dado podemos levantar variadas hipóteses, dentre as quais: revela a própria condição de escolaridade da população local; dá conta de como os partidos se estruturam e que público procuram envolver, considerando suas múltiplas possibilidades de estabelecimento de relações mais ou menos definidas; ou ainda, evidencia um maior interesse e prática política entre essa camada da população. No momento, não possuímos condições de estudar e aprofundar estas hipóteses. Elas podem, no entanto, servir como elementos instigadores de discussões e estudos posteriores.

QUADRO N°17

DADOS SOBRE PARTIDOS E FILIADOS - Redenção – Pa.

Dados Cadastrados no Sistema do TRE, copiados em 06.10.97.

DARTID	TOTAL	GÊNERO	ERO				ESCOLARIDADE	RIDADE				ES	ESTADO CIVIL	VIL.
0	FILIADO	%	. 6				%	٠,0		·			%	
,		Homem	Mulher	Analfab.	Lê e	1º grau	1º grau	2º grau	2º grad	Superior	Superior	Casado	Solteiro	Outros*
					Escreve	Imcomp	Comp.	Imcomp	Comp.	Imcomp.	Comp.			
PMDB	**2.376	53,95	46,04	3,28	38,0	35,69	8,29	5,63	7,78	0,46	1,26	53,24	44,36	2,39
PDT	230	55,79		1,71	31,33	30,47	11,15	7,72	12,01	0,42	3,43	49,35	45,49	3,86
PSDB	91	56,04	43,95	00'0	29,67	30,76	3,29	16,48	10,98	2,19	8,79	46,15	52,74	1,09
PTB	204		44,11	5,88	53,92	28,43	2,45	1,96	6,37	00,00	0,98	50,49	44,60	4,9
PT	32	78,12	21,87	3,12	46,87	21,07	9,37	9,37	75,6	00,00	00,00	34,37	59,37	6,24
PC do B	25		40,0	00,0	56,0	28,0	8,0	00,00	00,00	4,0	4,0	32,0	0,89	0,00
PSB	139	u,		5,75	50,35	30,93	5,75	1,43	6,47	00,00	0000	47,48	51,79	0,71
TOTAL	3.097	409,64	288,52	19,74	306,14	206,35	49,3	44,59	54,98	7,07	18,46	313,08	366,35	19,19
Total			698,16%					706,63%					698,62%	
grupos													0.0	F
Subgrupos		58,67	41,32			75,31			21,06		3,61	44,81	52,43	2,74
%	ددست								The second secon					

* Viúvos, divorciados, separados judicialmente, inválidos

** A grande maioria das filiações, por volta de 94,0%, foi realizada em 1992; o percentual de filiações ainda da década de 1980 é de 4,04%.

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral - Sistema de Alistamento Eleitoral - em 06/10/97. Dados fornecidos pelo Cartório Eleitoral de Redenção - Pa

QUADRO Nº 18

DADOS SOBRE PARTIDOS E FILIADOS – Redenção – Pa.

Atualizações de filiações em datas diversas.

PARTIDO	DATA DA	TOTAL	GÊN	ERO
	INFORMAÇÃO	FILIADOS	0,	%
			Homem	Mulher
PPB	03.04.98	334	63,77	36,22
PL	08.04.98	225	53,33	46,66
PPS	10.10.97 e	50	80,0	16,0
	23.06.98			
PFL	08.05.97	235	- 1	-
PSB	18.03.98	40	52,5	47,5
PSDB	10.10.97	194		-
PSC	19.06.96	19	84,21	15,78
PDT	09.10.97	+03	100,0	0,00

FONTE: Relações de Filiados, encaminhadas pelos Partidos ao Cartório Eleitoral de Redenção³⁴⁰.

 $^{^{340}}$ Dos dados fornecidos pelo Cartório Eleitoral de Redenção, não aparecem o total de filiados do PMDB e PT. Esse foi o único motivo que explica a ausência dessas informações.

5. As Organizações de Classe

5.1. As Organizações Patronais

Sindicato Rural de Redenção

O Sindicato Rural de Redenção foi fundado em 28 de julho de 1984 e foi o primeiro sindicato patronal rural criado na região. No ano seguinte, seriam formados os sindicatos rurais de Xinguara e Rio Maria.³⁴¹

"Em 28 de julho foi eleita a diretoria do Sindicato Rural Patronal do município de Redenção, composta de diretoria efetiva, diretoria suplente, conselho fiscal e suplentes do conselho fiscal, tendo sido eleitos por unanimidade: A Diretoria Efetiva: Geovanni Correia Queiroz (ex-prefeito de Conceição do Araguaia), Nelson Antônio Neves (Agropecuária Lontra) e Valter Barbosa Braga. Suplentes da Diretoria: Luiz Vargas Dumont (Prefeito de Redenção³⁴² e ex-gerente da Fazenda Santa Teresa, do Grupo Lanari do Val), Dalton Fernandez Reis e João Borges da Silva. Conselho Fiscal Efetivo: Gervásio José Camilo³⁴³, Valporê de Freitas Nunes e Jales Machado Neves (gerente da empresa Agropecuária Lontra). Suplentes do Conselho Fiscal: Antônio Carlos de Faria, Manoel de Jesus Alves Franco³⁴⁴ e Eduardo Almeida Queiroz." ³⁴⁵

Um dado caraterístico nos quadros de composição dos SR's nesta região é que muitas destas pessoas eram ou tornaram-se lideranças políticas, assumindo funções públicas, principalmente nas administrações municipais. Na primeira composição do SRR

³⁴³ Candidato à Prefeito no município de Redenção em 1988, pelo PDT.

³⁴¹ Sindicato Rural de Xinguara foi criado em 21 de abril de 1985, e o Sindicato Rural de Rio Maria em 12 de maio de 1985. Cf. FERNANDES, Marcionila. Op. Cit. p. 103.

³⁴² Nos anos de 1989 à 1992.

³⁴⁴ Eleito Deputado Estadual em 1986, pelo PMDB.

³⁴⁵ PARÁ, DRT, 1984. Apud. FERNANDES, Marcionila. Op. Cit. pp.103-104.

podemos citar, para exemplificar este caso, os nomes de Geovanni Correia Queiroz, Luis Vargas Dumont e Manoel Alves Franco. Em Xinguara e Rio Maria aconteceu o mesmo. 346

O SRR foi dirigido por Geovanni Queiroz até 1986, quando o mesmo foi eleito deputado estadual. Gervásio José Camilo assume a presidência do SRR por um período de quase oito (08) meses - 01.03.86 a 17.08.86 - e, posteriormente, Antônio Henrique do Amaral³⁴⁷ torna-se presidente num período que vai de 1986 a 1992.³⁴⁸ Conforme relato oral de Antônio Henrique do Amaral³⁴⁹, nesta época ninguém queria assumir a presidência do sindicato, por isso ficou tanto tempo na direção do SRR. Ainda segundo o mesmo, neste período foi construída a base de infra-estrutura do Parque de Exposição Agropecuária³⁵⁰. A sua área inicial pertencia à Valter Braga - um dos membros na primeira diretoria - que teria doado à Prefeitura parte de um loteamento que possuía ali, e esta repassara o direito de uso ao SRR por um período de 60 anos. Segundo Sr. Antônio Henrique do Amaral, uma das grandes obras de infra-estrutura realizada no Parque³⁵¹ foi a construção do círculo de leilões³⁵², que comportava 700 pessoas sentadas.³⁵³ O modelo das arquibancadas teria sido copiado do Ginásio Presidente Médice em Brasília, o qual Sr. Amaral conheceu por ocasião de sua participação numa reunião da UDR. As atividades realizadas pelo SRR eram os leilões – duas (02) vezes por mês³⁵⁴ – e as festas ruralistas, com rodeios, cantores e palestras. Antônio Henrique do Amaral destacou como pioneira a contribuição de Arcelide Veronese, então prefeito do município, para a estruturação do

³⁴⁶ Xinguara: Clécio Witeck (foi deputado estadual pelo PDT), Elvírio Arantes – gerente das empresas do grupo Quagliato - e Atil José de Souza (foram prefeitos de Xinguara). Rio Maria: Sebastião Emídio de Almeida e Moacir Pires de Farias (prefeitos de Rio Maria). Cf. idem, ibidem. ³⁴⁷ Fazendeiro que chegou à região em 1965, foi engajado também na UDR.

³⁴⁸ Dados fornecidos pelo Sindicato Rural de Redenção, em outubro de 1998.

³⁴⁹ Informações orais em 06.10.99.

³⁵⁰ A energia elétrica para o Parque de Exposição teria sido conseguida, através de um contato (telefonema) do vice-presidente do SRR, Sr. Laudelino Haneman, com o seu amigo Jarbas Passarinho, Ministro da República na época. Até então a iluminação no Parque era garantida por um motor estacionário.

³⁵¹ Parque de Exposição Pantaleão Lourenço Ferreira.

³⁵² Foi desfeito, segundo Sr. Amaral, na década de 1990.

³⁵³ Debaixo das arquibancadas, de um lado, havia as instalações sanitárias, e do outro, tinha a copa e churrascaria. Segundo Antônio do Amaral, na churrascaria era servido: Bebidas - Wisk, cerveja, guaraná, água mineral, churrasco à vontade, pão de queijo, mandioca e torresmo. Dos participantes era cobrado apenas o ingresso e estando lá dentro tudo era distribuído à vontade. Os garçons, usavam uniforme, com gravata borboleta.

³⁵⁴ Segundo Sr. Amaral, a própria diretoria do SRR administrava e realizava os leilões, cuja renda era destinada para pagamento de pessoal, manutenção do SRR e do Parque de Exposição e aquisição de terrenos vizinhos ao Parque para propiciar seu crescimento. Em cada leilão era comercializado em média 1,600/1,700 cabeças de gado. Ainda segundo Sr. Amaral, o SRR atuou com a UDR na realização de leilões a fim de angariar recursos para garantir a aprovação do direito de propriedade [na Constituinte de 1988].

Parque de Exposição e do SRR. Além disso, destacou também, a dificuldade para ampliar o quadro de filiados³⁵⁵ ao SRR, lembrando que financeiramente o sindicato sustentava-se por meio dos leilões de gado.

Na década de 1990, os presidentes do SRR foram: Paulo Roberto Melo Carneiro (1992-1993)³⁵⁶, Tarley Helvecio Alves (1993-1994), José Alberto Mendes Rios (1994-1995), Luciano Guedes (1995-1996), Eduardo Almeida Queiroz³⁵⁷ (1996-1997) e, novamente, em 1998, o presidente era Luciano Guedes³⁵⁸. Em 1993 o SRR realiza a primeira exposição agropecuária de Redenção, evento que se repetiria nos anos subsequentes. Inicialmente, era apenas Exposição Agropecuária de Redenção, logo depois transformada em Exposição do Pólo Carajás e, em 1999, Exposição Estadual Agropecuária, Comercial e Industrial.³⁵⁹ Segundo Leonir Rossetto, a definição de Expo do Pólo Carajás relacionava-se à intenção de criação do Estado de Carajás', porém sua passagem para Exposição Estadual deve-se à sua elevação de nível. Segundo o mesmo, a Exposição Agropecuária de Redenção é considerada a segunda maior do Estado do Pará.³⁶⁰

"A mudança de regional para estadual é que quando ela é regional, ela atingiria um nível regional. A partir que ela passa a ser estadual, ela tem um nível, ela sob um degrau. Aí depois de estadual ela passaria a nacional. Mas, nós conseguimos subir um degrau. Inclusive, ela é hoje uma exposição rankeada também. Ela atinge o ranking nacional. Isto quer dizer... eu vou te colocar na raça nelore. O gado nelore, o gado mais premiado do Brasil,

³⁵⁶ Em meados da década de 1990 ocorre uma tentativa de rearticulação da UDR na região. Paulo Roberto Melo Carneiro era o presidente da UDR local.

³⁵⁹ Panfleto de divulgação da programação dos Leilões da Exposição.99 e entrevista realizada com Leonir Rossetto, em 06.10.99. Leonir foi secretário executivo do SRR de maio de 1993 à agosto de 1999. "Eu era autônomo, agropecuarista e tive um problema de saúde em 90, aí passei a trabalhar na prefeitura de Santa Maria [das Barreiras] e resolvi me mudar de Santa Maria pra Redenção. Sem intuito de trabalhar no sindicato. Depois de uns 30 dias que eu estava aqui, o presidente do sindicato, na época, que era o sr. Paulo Carneiro me convidou e a gente começou a trabalhar no sindicato." (Leonir Rossetto). Atualmente o mesmo trabalha na Secretaria Municipal de Agricultura de Redenção.

³⁶⁰ A maior exposição agropecuária do Estado, segundo Leonir, é a de Paragominas que possui cerca de 25 anos de tradição. As Exposições Agropecuárias de Redenção são realizadas pelo SRR e organizada por uma empresa - WGL BUSINESS - que presta serviço na realização das diversas exposições agropecuárias que acontecem nos municípios da região. (Panfleto de divulgação da programação do leilões – Expo Redenção.99).

³⁵⁵ Segundo dado levantado por Gaudêncio Lisboa, Op. Cit., em 1986 o SRR possuía 128 filiados.

³⁵⁷ Possuiu uma fazenda no Município de Cumaru do Norte, Fazenda Tartaruga, medindo 4.356,0 há. Fonte: Cadastro da Unidade de Defesa Agropecuária de Redenção, Programa de Combate e Erradicação da Febre Aftosa, SAGRI, Redenção.

³⁵⁸ Dados fornecidos pelo Sindicato Rural de Redenção, em outubro de 1998.

que participa das grandes exposições - Uberaba, Uberlândia eles vem participar também de nossa exposição. Então rankeada ela conta pontos para o ranking nacional. O número de pontos que concorre, por exemplo, o melhor touro do Brasil. E nós tivemos a felicidade de ter um aqui na exposição de Redenção."361

A Exposição Agropecuária realizada em Redenção reune um conjunto de atividades - de articulação dos agropecuaristas, comércio, formação e entretenimento. Os musicais e os rodeios ajudam a popularizar o evento, que inclusive vem conquistando uma imagem de festividade tradicional362. Além destas atividades, 'Simpósio Sul Paraense de Agronegócios'363 e os leilões de 'gado de elite' são destaques na programação. Sobre os objetivos da exposição agropecuária, Leonir afirma que:

> "Um dos principais é para que a gente consiga mostrar o que há de melhor no Sul do Pará e fazer com que realmente tenha um melhoramento genético cada vez melhor na região. Procurar fazer com que, hoje uma da maiores atividades econômica é a pecuária, e a agricultura já está entrando em atividade. Mas a gente procura cada vez trazer melhores raças, melhores reprodutores, para que realmente a pecuária consiga chegar ao que é o máximo da tecnologia, para que a gente tenha realmente alta produtividade."364

Sobre os resultados da realização deste evento, Leonir considera que:

"Realmente, para nós, não só para nós, para a região em si, tem sido de grande valia, porque tem movimentado não só a curto prazo, mas, principalmente, a longo prazo. A gente tem conseguido fazer grandes negócios. Não só na área da pecuária,

362 Tentando se estruturar também enquanto fenômeno cultural. Apesar de realizado pelas elites

econômicas e políticas, mobiliza grande parcela da população.

³⁶¹ Leonir Rossetto, entrevista realizada em 06.10.99.

^{363 &}quot;Nós temos o Simpósio Sul Paraense de Agronegócios, que acontece todos os anos. São várias palestras com técnicos de nível nacional, pessoas de alto gabarito, que vem e faz palestras para os interessados, produtores e demais pessoas interessadas. Que tragam realmente tecnologias para nós." (Depoimento oral, Leonir Rossetto, em 06.10.99).

como máquinas e implementos, mas de modo geral todo comércio tem ganhado com isto. Porque a gente nota que é aqui e atrai os investidores a vir investir e realmente adquirir os produtos que a gente tem na região."365

Além das exposições agropecuárias e dos leilões de gado366, o SRR desenvolve atividades que envolvem sua organização interna³⁶⁷ e, também, cumpre um papel de centro referencial e de articulação dos sindicatos patronais rurais do Sul do Pará. O SRR representa os sindicatos da região na Federação desta organização patronal³⁶⁸, conforme depoimento a seguir.

> "Olha, a nossa base territorial, Redenção, ela abrange Redenção, Pau D'Arco e Cumaru do Norte. Mas isto não significa que a gente tenha deixado de lado os outros municípios, que dentro das necessidades deles não temos atendidos, e também dentro das nossas possibilidades, porque nós também temos nossos recursos estimados, que a gente não pode extrapolar também. Mas, a gente tem procurado atender o máximo que a gente pode também os municípios circunvizinhos, através de cursos, informações... Até porque o Sindicato Rural de Redenção, ele faz parte do núcleo dos sindicatos do Sul do Pará. Ele é o núcleo. O que significa isso? É como se ele fosse um braço da Federação, ou então uma mini-federação. A Federação, ela tem dez (10) núcleos. E o núcleo do Sul do Pará, que abrange quatorze (14) municípios, o Sindicato Rural de Redenção é o núcleo destes 14 municípios [grifo nosso]. Então, as informações vêm da Federação, são repassadas para o Sindicato de Redenção, e o

³⁶⁶ "Leilões continua todas as sextas-feiras, além dos leilões normais. Nós temos uma empresa leiloeira, que realiza os leilões e nós trabalhamos em parceria. E, além disso, nós temos leilões de elite que acontecem durante as exposições, e ainda, acontecem uns dois ou três leilões de elite por ano. Além disso, surgem outros eventos, cursos, rodeios. Agora mesmo vai acontecer uma vaquejada. Então existem outros eventos que acontecem além das exposições agropecuárias." (Leonir Rossetto, em 06.10.99).

³⁶⁴ Depoimento oral, Leonir Rossetto, em 06.10.99.

³⁶⁷ Com relação à filiados, Leonir, afirma que: "Nós temos um número médio de associados, poderia talvez até estar melhor. A gente está agora criando através de convênios médico, odontológico para atrair um pouco mais o associado ir em busca de subsídios diante do sindicato e atrair mais filiados ao sindicato. Nós já temos um número significativo, mas eu acredito que vai aumentar a cada ano." (Idem). ³⁶⁸ Inclusive, a pessoa representante nesta Federação é Luciano Guedes.

Sindicato de Redenção repassa essas informações para os municípios circunvizinhos."369

O Sindicato Rural de Redenção é, portanto, o mais estruturado e politicamente organizado nesta região.³⁷⁰ Além do posicionamento geopolítico do município e da cidade de Redenção no Sul do Pará, conforme já analisamos, a estrutura fundiária local, provavelmente, tende a favorecer uma maior organização da classe patronal rural. A concentração das terras em estabelecimentos de médias propriedades - com áreas entre 500 a 5000ha -, em que geralmente seus proprietários moram na região, pode contribuir para um maior envolvimento e prática política por parte deste segmento³⁷¹. Além disso, a principal atividade econômica desenvolvida pelos médios e grandes proprietários se relaciona à pecuária. O SRR, enquanto mecanismo de organização política desta classe, instrumentaliza a viabilidade econômica da atividade pecuária na região.372 Por fim, constatamos também, uma significativa atuação do SRR no campo simbólico, o que certamente lhe garante grande poder de auto-afirmação, não só local, mas também regional. Por meio de um discurso que, aparentemente, passa a largo das contradições e conflitos sociais que envolvem o campo agrário regional e, afirmando-se como defensor do 'desenvolvimento econômico' da região, procura evidenciar-se publicamente como força social interessada e capaz de promover iniciativas que beneficiariam todos os grupos sociais³⁷³. Sobre o público atingido pelas ações do SRR, Leonir considera que:

> "Ela abrange de modo geral, pequeno, médio, e o grande produtor. O Sindicato não tem aquele intuito, como tinha uma vez aquela visão de sindicato dos fazendeiros. Na realidade, ele é um sindicato rural que envolve o produtor rural. Isto significa

³⁷⁰ Segundo Sr. Henrique do Amaral, é o sindicato rural mais organizado e atuante de todo Estado do

³⁶⁹ Leonir Rossetto, em 06.10.99.

³⁷¹ Segundo Leonir, "geralmente, têm procurado o sindicato os médios e grandes, mas os pequenos também tem procurado, com maior frequência seriam os médios [grifo nosso]. Mas, o pequeno tem procurado muito, e a gente tem procurado atender da melhor forma possível. O intuito é atender o produtor rural. Não interessa a quantidade e o tamanho da área dele. Sempre que ele seja produtor rural o sindicato está à disposição e quer que ele esteja junto com a gente para que a entidade possa crescer e desenvolver cada vez mais." (Leonir Rossetto, entrevista realizada em 06.10.99).

³⁷² Através de ações que atinge os campos da produção e da comercialização: as campanhas de vacinação contra a febre aftosa, para que a carne do gado produzida na região possa ser comercializada no país e mesmo exportada; a busca por melhoramento genético dos animais/gado; a demonstração de poder e status no setor, possibilitados pela realização de grandes eventos, como as exposições agropecuárias, atividades formativas, leilões, enfim.

que o pequeno, o médio e o grande faz parte, todos eles. Nós não temos, não se tem assim um escala de que só o médio, só o grande. Ele envolve as três categorias - o pequeno, o médio e o grande – e a gente procura atender a todos da mesma forma."374

As vinculações políticas das principais pessoas na direção do SRR, nos últimos anos, são com o PDT e suas lideranças na região. Luciano Guedes, uma das principais lideranças do SRR é filiado ao PDT³⁷⁵ e foi, nos primeiros meses da administração de Mário Moreira na Prefeitura, Secretário Municipal de Desenvolvimento. Eduardo Almeida Queiroz também possui ligações com as lideranças do PDT na região, sendo, inclusive, parente de Geovanni Queiroz. Atualmente, trabalha na Prefeitura de Redenção, na Secretaria de Agricultura, Leonir Rossetto, Secretário Executivo do SRR de 1993 à meados de 1999. Estas vinculações e/ou articulações políticas entre lideranças do SRR e lideranças do PDT combinam e evidenciam objetivos e estratégias comuns, conforme analisaremos na conclusão deste trabalho.

Associação Comercial e Industrial de Redenção.

No setor urbano, a organização patronal mais expressiva é a Associação Comercial e Industrial de Redenção - ACIR. Fundada em 10.08.1988, consta na ata de registro deste ato a presença de sessenta (60) pessoas e quarenta (40) empresas associadas.376 Em 1991, o número de estabelecimentos industriais e comerciais existentes em Redenção era 1.742377, sendo que apenas 95 (5,45%) destes encontravam-se associados à ACIR378. No ano de 1996, a quantidade dos referidos estabelecimentos era 1.526379 e o número de associados à ACIR era então de 180 (11,79%) empresas³⁸⁰. Em 1998, eram 185 empresas associadas³⁸¹ e os estabelecimentos industriais e comerciais no município, incluindo os prestadores de

³⁷⁴ Leonir Rossetto, em 06.10.99.

³⁷⁸ Dados pesquisados nos livros de ata da ACIR, em 17.10.98.

³⁸⁰ Dados pesquisados nos livros de ata da ACIR, em 17.10.98.

381 Lista fornecida pela ACIR, em 13.11.98.

³⁷³ Ver análise sobre este aspecto na conclusão deste trabalho.

³⁷⁵ Em 1997 era membro da Comissão Provisória do PDT no município. Cf. Oficio encaminhado pelo PDT à Juíza da 59^a Zona Eleitoral, em 09.10.97.

³⁷⁶ Dados pesquisados no livro de Atas da Associação Comercial e Industrial de Redenção, em 17.10.98.

³⁷⁷ Prefeitura Municipal de Redenção, Planejamento da Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente de Redenção, 1991, p. 5.

³⁷⁹ Dados fornecidos pelo Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal de Redenção, em 19.10.98.

serviço, eram 2.482³⁸². Os dois maiores grupos econômicos ligados às atividades urbanoindustriais e comerciais no município encontram-se associados à ACIR. São eles, o Grupo
NB³⁸³ e o Grupo Juary³⁸⁴. O Grupo NB³⁸⁵ está filiado a partir das seguintes empresas³⁸⁶:
NB Automóveis e peças LTDA³⁸⁷, NB Gráfica e Editora LTDA, NB Locadora LTDA³⁸⁸,
NB Materiais para Construção LTDA, NB Pneus – Sandes e Pereira LTDA, NB Reauto –
Carvalho e Pereira LTDA, e NBTV – Sistema NB de Comunicação LTDA³⁸⁹. O Grupo
Juary está associado apenas através da empresa Juary Automóveis LTDA³⁹⁰, mas possui
outros empreendimentos industriais e comerciais na cidade e região, como por exemplo:
75% das ações do Frigorífico Atlas³⁹¹, localizado no município de Santana do Araguaia; o
Colégio de 1º grau Cristo Rei, em Redenção; e postos de gasolina³⁹².

Segundo informações do secretário executivo da ACIR, os principais objetivos de trabalho da Associação, são: lutar por uma carga tributária mais justa; realizar atividades de qualificação e reciclagem empresarial; prestar serviços de informações ao empresariado, como por exemplo o SPC; promover um bom relacionamento entre capital (empresários) e trabalho (funcionários); realizar convênios de saúde para beneficiar os funcionários das

Dados fornecidos pelo Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal de Redenção, em 19.10.98.

Seu principal representante é Moisés Carvalho Pereira. Apesar de, diretamente, não ter se envolvido na vida política institucional do município, reconhece-se que possui grande poder de influência local, dado seu poderio econômico e por dominar os principais meios de comunicação existentes na cidade. Comenta-se informalmente, em Redenção, que Moisés Carvalho teria projeto político de se candidatar nas eleições municipais de 1992, só não candidatou porque reconheceu que não conseguiria ganhar de Wagner Fontes. Era ligado ao grupo do PMDB [Segundo dados do Sistema de Alistamento do TRE, de 06.10.97 (PMDB, folha, 081), Moisés Carvalho Pereira filiou-se o PMDB em 13.02.1992]. Os grupos NB/Juary foram os principais grupos econômicos que rivalizaram com a administração de Wagner Fontes.

³⁸⁴ Um de seus sócios é Eduardo Carvalho Pereira, irmão de Moisés Carvalho Pereira. Observe então que os grupos NB e Juary possuem algumas ligações, a partir mesmo da condição familiar. Ambos constituem-se os maiores grupos econômicos do município e região (ligados às atividades urbanoindustriais e comerciais). Eduardo Carvalho Pereira, também filiado ao PMDB, segundo dados do TRE. [filiou-se em 15.02.1992. Cf. Sistema de Alistamento Eleitoral/TRE, em 06.10.97, PMDB, folha, 027).

Possui empresas também em Marabá – NB Reauto e NB Materiais para Construção -; Belém – NB Gráfica e Editora; e, provavelmente, uma Concessionária revendedora autorizada da Volkswagen no Estado do Tocantins.

³⁸⁶ Lista de filiados fornecida pela ACIR, em 13.11.98.

³⁸⁷ Concessionária revendedora autorizada da Volkswagen.

³⁸⁸ Locadora de veículos.

O Sistema NB de Comunicação inclui: a NBTV, associada à Rede Globo de Televisão e TV Liberal; o Jornal escrito *Folha de Carajás*; e a Rádio Oriente AM. Recentemente, o Grupo NB vendeu a Rádio.

Concessionária revendedora das marcas GM e Chevrolet.
 Informação fornecida por um funcionário do frigorífico, no escritório localizado em Redenção, em 1998. Os 25% restante das ações pertencem a uma das antigas empresas donas do frigorífigo, a-"Grão

Pará". ³⁹² É dono de dois postos de gasolina: Auto Posto Juary I e Auto Posto Juary II. Possui ou possuía, uma serraria denominada Madeireira Juary LTDA (também, uma madeira em Belém-Pa), e também possuía um supermercado, que foi vendido ao Grupo Alvorada de Marabá.

empresas associadas. Uma das atividades mais expressivas, realizada pela ACIR no município, foi uma Feira de Exposição Comercial, Industrial e Cultural de Redenção, realizada em 1994. Esta iniciativa, porém, não se repetiu nos anos seguintes. Os presidentes da Associação foram: Eurípedes (88/89), Antônio Alves da Costa (90/91), Rocha dono da empresa Fermaco (92/93), Cícero Martins, que assumiu a presidência por dois mandados consecutivos (94 a 97) e Carlo Iavé, atual presidente (98/99)³⁹³. Cícero Martins Alencar candidatou-se a vereador nas eleições de 1996, pelo PMDB, conseguindo apenas 225 votos³⁹⁴.

5.2. Organizações de Trabalhadores Rurais

Um aspecto muito apontado nos relatórios da EMATER, gerador de dificuldades para o desenvolvimento de um trabalho com mais sucesso junto aos pequenos produtores, era a inexistência de práticas organizativas entre os mesmos. Porém, nestes mesmos relatos não fica muito claro a concepção de organização comunitária que acreditavam fazer falta. Mas, o que pudemos observar, é a idéia de organização apenas como uma estrutura representativa legal dos agricultores e não de organização e mobilização consciente e autônoma dos mesmos. Em 1992³⁹⁵, a Equipe Técnica da EMATER apontava quatro(04) associações legalizadas com seu apoio: Associação de Pequenos Produtores da Mata GeraL, Associação de Pequenos Produtores de Boa Sorte, Associação de Pequenos Produtores da Capetinga e Associação de Produtores de Leite e Agrícola de Redenção. Sobre a existência e atuação de algumas destas associações, em 1988 os(as) educadores(as) do Movimento de Educação de Base-MEB³⁹⁶ faziam a seguinte avaliação:

"Existe na Região da Mata Geral uma Associação de Produtores em função de um Projeto da Secretaria de Agricultura – SAGRI para o armazenamento da produção e comercialização (reserva ou Gleba 19) que não está funcionando no seu benefício previsto

³⁹³ Informações concedidas por funcionários da ACIR, em 17.10.99.

³⁹⁴ Tribunal Superior Eleitoral, Eleições Municipais de 1996, Resultado por Partido/Coligação.

³⁹⁵ EMATER, Diagnóstico da realidade municipal, Redenção, 1992, p.12.

³⁹⁶ O Movimento de Educação de Base é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, criado em 1961 para desenvolver trabalhos ligados à área da educação popular e alfabetização de jovens e adultos. O MEB possuía um departamento em Conceição do Araguaia, criado em 1962. No ano

e que a maioria do lavradores nem mesmo têm conhecimento do Projeto. Dos 60 associados iniciais apenas 10 ainda estão pagando. Na Região da Boa Sorte há uma Associação em função do Projeto de uma Máquina de Arroz através de Projetos da SUDAM. A participação dos lavradores se restringe ao pagamento da parcela do arroz em troca do serviço de beneficiamento. As reuniões dos sócios são feitas mensalmente para acerto de contas e são marcadas em função da disponibilidade do técnico da EMATER. A atuação da EMATER nos demais projetos (criação de porcos, Casa de Farinha) beneficia um número reduzido de pessoas, no caso "lideranças", e a seleção é feita com base no clientelismo político. O técnico da Entidade³⁹⁷ foi eleito vereador na Campanha Municipal deste ano pelo PMDB"³⁹⁸

O Sindicato dos Trabalhares Rurais, fundado em 02 de maio de 1983³⁹⁹, ao que tudo indica, não conseguiu desenvolver e estruturar um trabalho de grande relevância no decorrer das décadas de 80 e 90. Por outro lado, manteve minimamente sua estrutura de funcionamento neste período. Em 1986 contava com mais ou menos 4.000 filiados e mantinha delegacias sindicais nas localidades de Vila Pau D'Arco, Mata Geral, Boa Sorte e Pebas⁴⁰⁰. Atualmente, o STR de Redenção possui cerca de 3.000 mil filiados, mas apenas 500 pessoas em situação regularizada com os encargos sindicais. A única delegacia sindical existente é no Centro do Morais.⁴⁰¹

Nos anos de 1988/1989, o Movimento de Educação de Base - através de uma equipe de educadores populares no município - desenvolveu atividades de apoio e formação sindical/política a grupos de trabalhadores rurais. Em seu relatório de trabalho referente ao ano de 1988 consta que a equipe tinha desenvolvido atividades em dez (10) áreas diferentes⁴⁰², num total de trinta e duas (32) ações, compreendidas por visitas para

de 1988 abriu um sub-departamento em Redenção, com uma equipe de educadores populares que passou a atuar no município.

³⁹⁷ Josias Coelho da Silva.

³⁹⁸ Movimento de Educação de Base, Sub-Departamento de Redenção, Relatório Anual 1988, p.43.

³⁹⁹ SANTOS, Gaudencio Lisboa dos. Op. Cit. p.11.

⁴⁰⁰ Idem.

⁴⁰¹ Dado fornecido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em 1998.

⁴⁰² Na região da Boa Sorte – Bom Jesus, Água Azul, Santo Antônio, Pastoral de Maria e Nossa Senhora da Conceição – e na região da Mata Geral – Vicinal 15, Gleba 23, Gleba 20, Gleba ou Reserva 19 e Capetinga.

contatos, reuniões com os lavradores e estudos. A média de participantes por atividade era de quinze (15) pessoas⁴⁰³.

Na década de 1990, um projeto da Igreja Católica - Projeto de Desenvolvimento Humano da Diocese de Conceição do Araguaia/PDH - realizou um trabalho de assessoria técnico-agrícola e política a alguns grupos/organizações de trabalhadores rurais no município de Redenção e/ou regiões próximas que tinham como referência esta cidade. Dentre estes grupos, destacamos: a Associação Nossa Senhora do Rosário, que compreende o assentamento Arraiaporã e a região do Centro dos Morais; a Associação Campos Altos e a Associação Boa Esperança, município de Conceição do Araguaia; a região do Bom Jesus, pertencente ao município de Floresta do Araguaia. O trabalho de acompanhamento aos lavradores era realizado por um engenheiro agrônomo 404 e, além da assessoria técnica para o desenvolvimento da agricultura familiar, contribuía com ações que visavam o fortalecimento das suas organizações. No primeiro momento de sua atuação no município, informa Roberto Henrique do Prado⁴⁰⁵, o PDH desenvolvia ações de caráter experimental junto aos grupos de lavradores que acompanhavam, tais como: sistemas agroflorestais, manejo de adubo verde, culturas permanentes, tração animal e apicultura. Esta última apresentando resultados imediatos. Num segundo momento, o trabalho se dá em função da implementação das experiências anteriores: apicultura, máquina de beneficiamento de arroz e, atualmente, começando a trabalhar com o adubo verde e valorizando mais as culturas permanentes. As ações de assessoria voltadas para o campo político-organizativo eram compreendidas, num primeiro momento, pela contribuição para fundação das Associações, organização interna (eleições, realização de assembléias, etc.), discussão sobre associativismo e no encaminhamento das lutas. Segundo Roberto Henrique do Prado, este período foi caracterizado pelas discussões realizadas no nível

⁴⁰³ Movimento de Educação de Base, Sub-Departamento de Redenção, Relatório Anual 1988, pp. 47 e 48. O trabalho na área rural, porém, durou pouco tempo. Em 1989 o MEB decide priorizar uma ação voltada para os movimentos populares urbanos.

405 Informações orais, em 26.10.99. Roberto Henrique do Prado é engenheiro agrônomo, atualmente no escritório do PDH em Conceição do Araguaia, mas, o trabalho desenvolvido se estende além deste município. Também é presidente da Cooperativa para o Desenvolvimento Humano e Sustentável Atiorô

Nos anos de 1990-1993, o engenheiro agrônomo era Jean Tessier, francês que veio para a região em 1989 a convite da Diocese de Conceição do Araguaia. Sua tarefa inicial foi percorrer as diversas regiões da Diocese fazendo um levantamento/diagnóstico da realidade para perceber onde se localizaria a ação do Projeto de Desenvolvimento Humano, que iniciaria suas atividades em 1990. Desde 1996, o engenheiro agrônomo responsável pela continuidade das ações é Roberto Henrique do Prado. Observe que, nos anos de 1994/1995, os trabalhos foram paralisados, dado a não presença de nenhum engenheiro agrônomo do PDH no município. Isto, por sua vez, significou um corte no trabalho que estava sendo desenvolvido, tendo que ser retomado novamente em 1996.

micro das organizações 406, funcionando como uma espécie de "oficinas" de cidadania 407. A partir de 1996, as discussões e lutas começaram a conquistar uma maior amplitude e 🔩 articulação entre as diversas organizações de trabalhadores rurais da região. As ações e discussões encaminhadas em torno de políticas públicas para o campo - crédito e de infraestrutura - e a preocupação com o desenvolvimento da agricultura familiar, conquistaram uma dimensão regional. Atualmente, afirma Roberto, as principais lideranças de grupos assessorados pelo PDH e a CPT possuem uma compreensão acerca da agricultura familiar enquanto projeto de desenvolvimento para a região. No município de Redenção, em particular, o trabalho do PDH junto aos trabalhadores rurais está em estado de refluxo, dado as poucas áreas de desenvolvimento da agricultura familiar existentes 408 e a prática da cooptação e intervenção da Prefeitura Municipal junto às associações.

Recentemente, foi criado no município uma Central de Associações de Trabalhadores Rurais, cuja principal atividade envolve os processos de financiamento oficial do governo aos pequenos produtores. Porém, esta organização foi fundada e permanece sob a direção de pessoas ligadas à Prefeitura Municipal⁴⁰⁹. Nestas condições, o STR se apresenta ainda mais enfraquecido, pois perde parte significativa de seu papel na articulação e referência junto às Associações de Lavradores. Além disso, a prática de seus principais dirigentes não potencializa a existência e posicionamento político autônomo do STR na realidade local, reforçando, assim, sua presença pouca expressiva.

- COPATIORÔ, atualmente prestadora de serviço a diversos projetos de assentamento no município de Conceição do Araguaia, pelo Projeto Lumiar, financiado pelo ÎNCRA.

⁴⁰⁶ As discussões e lutas em torno das questões de crédito e infra-estrutura de políticas públicas eram

realizadas por cada associação.

408 Há o predomínio na estrutura fundiária local de grandes e médias fazendas, desenvolvendo a

atividade da pecuária. ⁴⁰⁹ Segundo Domingos Neves Nascimento, esta central foi fundada pelo Sr. Horácio, então secretário de agricultura do município de Redenção. E, ainda segundo Domingos, o mesmo conseguiu ocupar por um certo período os cargos de secretário municipal e presidente da referida central. Atualmente, Sr. Horácio permanece como presidente desta organização, porém, por outras razões que desconhecemos, não assume mais a função de secretário municipal de agricultura. (Domingos Neves Nascimento, entrevista realizada em 06.10.99).

⁴⁰⁷ Serviram para que os lavradores tomassem consciência de seus direitos e compreendessem que não adiantava ficar esperando pela ação paternalista dos órgãos governamentais, era preciso lutar para que os mesmos fossem garantidos.

6. Movimentos Populares Urbano

Os principais focos de organização popular urbana em Redenção, no período compreendido pela década de 1980 até meados da década de 1990, estão situados nas áreas periféricas da cidade, através das Comissões e/ou Associações de Moradores de Bairros. Em 1986 existia, segundo dados levantados por Gaudêncio Lisboa⁴¹⁰, três (03) associações de moradores de bairros regularizadas e uma (01) em processo de organização, sendo elas: Associação dos Moradores da Bela Vista, fundada em 25 de fevereiro de 1984411; Associação de Moradores do Setor Bosque, fundada em 08 de julho de 1985412; Associação de Moradores do Setor Serrinha, fundada em 29 de junho de 1985⁴¹³; e em vias de organização, Associação de Moradores do Setor Capuava. As ações desenvolvidas por estas associações eram muito limitadas aos aspectos burocráticos e, geralmente, reivindicações⁴¹⁴, porém, Possuíam suas centralizadas na pessoa dos dirigentes. predominantemente eram encaminhadas de forma paternalista pelos seus presidentes ou tuteladas por algum político (caso da comissão de moradores do Setor Capuava). No conteúdo destas reivindicações destacavam-se necessidades relacionadas aos serviços públicos de educação, saúde e saneamento. Este último praticamente inexistente no município.

Analisar a história dos movimentos populares urbanos no município de Redenção, a partir de fins da década de 1980, requer, necessariamente, considerar também a atuação do Movimento de Educação de Base, entidade que apoiou, motivou e assessorou grupos diversos ligados aos setores populares locais⁴¹⁵. O MEB, que desde 1962 mantinha um departamento em Conceição do Araguaia, resolveu abrir um sub-departamento em Redenção, considerando, principalmente, o fato de não existir ainda nenhuma entidade de assessoria a movimentos sociais atuando na localidade. Em 1988, o MEB desenvolveu atividades junto a grupos de moradores nos bairros Serrinha, Bosque, Vila Ariane,

411 Contava com 80 associados e seu presidente era Antônio Alves Machado.

⁴¹³ Contava com 228 associados e seu presidente era Euvaldo Campos de Araújo (Sr. Valdir). Sr. Valdir foi por muito tempo também presidente do STR de Redenção.

Inclusive, utilizamos como fonte para apresentação de um pouco da história dos movimentos populares urbanos em Redenção, os relatórios anuais de atividades elaborados pelo MEB.

⁴¹⁰ SANTOS, Gaudêncio Lisboa. Op. Cit. pp.12-13.

⁴¹² Contava com 153 associados e seu presidente era Antônio Torres Mota (Foi candidato a vereador pelo PT nas eleições de 1988).

⁴¹⁴ As principais reivindicações apontadas por seus presidentes em 1986 eram: construção de salas de aula e/ou escolas, limpeza e abertura de ruas nos bairros, construção de pontes [sobre córregos], luz, água, posto de saúde, posto de distribuição de alimentos, feira livre (já conseguida) e aquisição de lote para construção da sede da associação (setor Bosque).

Aripuanã, Vila da Pedra e Capuava. As principais dificuldades apontadas pelos educadores que desenvolviam este trabalho eram o quadro da constante migração e a violência.

"Entendemos que a migração permanente e a falta de raízes são formas sutis de desmobilização do povo. Sutis pois o povo não vê claramente nestas características o culpado.

Entendem portanto como contingência de uma situação a que eles se propuseram que é a de tentar buscar melhores condições de vida e esta decisão foi deles (família)."416

Em 1990, as principais ações dos setores populares organizados foram em torno da apresentação de emendas ao processo de elaboração da Lei Orgânica do Município e participação na Câmara de Vereadores, pressionando para que as mesmas fossem aprovadas. Este processo foi encaminhado em articulação com a Igreja Católica local. Outra mobilização conjunta foi o movimento por escola e energia elétrica, do qual participaram membros de Associações de Moradores, CEB's e Círculos Bíblicos, conquistando melhorias para os moradores. Além disso, aconteciam as lutas específicas de cada bairro, especialmente naqueles cujas organizações eram apoiadas pelo MEB⁴¹⁸. Em 1991, uma das ações populares mais significativas acontecidas no município foi o movimento do Conselho Escolar da Escola Maria Conceição Correa, apoiado pelo SINTEPP, em favor da permanência da direção da escola e contra a prática política autoritária da administração municipal. Além disso, a participação de lideranças dos bairros "nas discussões e aprovação dos Conselhos Municipais de Educação e do Menor e

⁴¹⁶ Movimento de Educação de Base, Sub-Departamento de Redenção, Relatório Anual 1988, p.30.

Luncação de Base, suo Esparantonto de Actorição, Action de Pedra e Jardim Ariane. Indiretamente: Bela Vista, Novo Horizonte, Aripuanã, Planalto II, Serrinha e Capuava II.

Os resultados destas lutas foram: ESCOLA: "matrícula de 600 alunos que estavam fora da rede escolar; extinção do caixa escolar e da taxa de matrícula; fornecimento de parte do material escolar e merenda para algumas turmas." ENERGIA: "implantação de 50 postes, colocação de lâmpadas de iluminação pública no Jardim Ariane; e encaminhamento por parte da Prefeitura aos órgãos estaduais da extensão para outros bairros: Bosque e Vila da Pedra." Como saldo qualitativo, o MEB, que assessorava estes grupos em suas lutas, apontava: "o reforço das comissões e diretorias de associações, que, obtendo resultado nas suas reivindicações se sentiram mais estimulados; o envolvimento de novas pessoas para o movimento; uma visão mais crítica por parte das lideranças em relação a atuação dos órgãos públicos e o envolvimento de um número razoável do conjunto dos moradores". Movimento de Educação de Base, Sub-Departamento de Redenção, Relatório Anual 1990.

as reflexões através da alfabetização." Neste ano, o MEB fazia a seguinte avaliação de seu trabalho em Redenção:

> " Em Redenção, nos últimos três anos (89-91), o MEB vem atuando como Entidade de Assessoria ao Movimento Popular, atingindo, principalmente, os bairros de população pobres e periferia da cidade. Durante esse período objetivou-se a animação e organização das comunidades em comissões e associações de moradores e o apoio aos trabalhadores através de suas entidades de classe como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (SINTEPP).

> Verifica-se hoje os frutos dessa atuação em três bairros: Vila da Pedra, Jardim Ariane e Bosque, onde existem já organizadas comissões e associações de moradores que vêm atuando coletiva e individualmente, conforme a amplitude das reivindicações, junto aos poderes públicos locais.

> Significativa foi a participação dessas no processo de elaboração da Lei Orgânica Municipal (LOM), apresentando propostas de Lei das quais várias foram inseridas no texto constitucional de Redenção. Hoje, de fato, existe o reconhecimento por parte do poder público da atuação dessas organizações de bairro."420

No ano de 1993, as principais ações do movimento popular se deram em torno da saúde. Realizou-se o I Seminário Popular de Saúde, em 07.11.93, que reuniu 82 representantes de grupos sociais e igrejas. Este processo resultou na reestruturação do Conselho Municipal de Saúde, conseguindo aprovar uma nova composição para o mesmo, considerando o critério da paridade entre a representação de usuários do sistema de saúde pública e representantes de organismos governamentais e entidade prestadoras de serviços. Também, em 1993, ocorreu uma articulação dos principais segmentos da sociedade civil local no Movimento em Defesa da Justiça e da Vida, contra a Violência. O processo de

⁴¹⁹ Movimento de Educação de Base, Sub-Departamento de Redenção, Relatório Anual, 1991. A referência à alfabetização diz respeito à Alfabetização de Jovens e Adultos, um programa trabalhado pelo MEB juntos às organizações comunitárias, desenvolvido a partir de 1991.

420 MEB/Conceição do Araguaia e Redenção. Projeto Trienal de Educação Popular 1992/1994. p. 6.

articulação foi desencadeado a partir do grande índice de violência praticado no município, mais precisamente, pela sensibilização pública diante do assassinato de duas crianças – Raifran e Hélio. Diversas ações foram implementadas, dentre elas a realização de um ato público, do qual participaram aproximadamente 3.500 pessoas. Além destas ações articuladas, aconteceram mobilizações específicas: dos moradores do Setor Aripuanã, reivindicando a construção de mais 02 salas de aula e o movimento dos moradores da Vila da Pedra, pela permanência da merendeira Judite no escola do bairro. Também as experiências com a Alfabetização de Jovens e Adultos, acompanhadas pelo MEB⁴²¹, foram expressivas a tal ponto que sensibilizou a Secretaria Municipal de Educação para a necessidade de uma ação do poder público no atendimento desta demanda.

"Trabalhamos durante 1993 buscando constante contato com a Secretaria Municipal de Educação, para que esta fosse percebendo a importância de um trabalho amplo na alfabetização de adultos. Estes contatos, o fato do MEB ser referência na educação popular no município e o trabalho que vem sendo realizado na alfabetização, assessorado pelo MEB, deram origem a perspectiva que se tem para o município em 1994: a prefeitura municipal assume pela 1ª vez um trabalho com alfabetização de jovens e adultos, pretende ser uma atividade ampla e solicita a colaboração do MEB."422

Segundo documentos do MEB, neste período os grupos-alvo de sua ação evidenciavam "um processo de avanço nas suas conquistas político-comunitárias. Têm saído do campo do reivindicativo para o propositivo." Mas, é também neste ano que a ação da administração municipal, contrária a existência popular organizada, influenciou decisivamente no processo de enfraquecimento destes grupos. O principal grupo-alvo da política de desmobilização empreendida pela administração municipal foi a Associação de

⁴²³ Movimento de Educação de Base, Sub-Departamento de Redenção, Relatório Anual 1993, p. 23.

⁴²¹ Foram acompanhadas seis (06) grupos de alfabetização em quatro (04) diferentes setores: Bosque (um grupo de alfabetização e um de pós-alfabetização), Vila da Pedra (um de alfabetização e um de pós-alfabetização), Amorim (um de alfabetização) e Aripuanã (um de alfabetização). Cf. Movimento de Educação de Base, Sub-Departamento de Redenção, Relatório Anual 1993, p.23.

⁴²² Idem, p. 24. De fato, a partir de 1994, a Prefeitura passou a implementar um programa de Alfabetização de Jovens e Adultos, o qual era e ainda é coordenado por uma ex-educadora do MEB – Lúcia Aurélio - com experiência na área. Atualmente, funcionam 30 turmas de Alfabetização de Jovens e Adultos no município, totalizando um número de 530 alunos. (Fonte: Correspondência encaminhada ao MEB pela Coordenadora do Programa, em julho de 1999).

Moradores da Vila da Pedra. Esta Associação havia conquistado um importante nível de fortalecimento e constituía-se na principal referência organizativa para outros grupos populares na cidade⁴²⁴. Inclusive, como resultado de uma pesquisa realizada neste bairro, foi confeccionado um slide intitulado: "Redenção: Terra de Migrantes", que serviu como material pedagógico no trabalho com os grupos populares na cidade.

Nos anos da década de 1990, apesar das dificuldades para estruturarem-se, os grupos de moradores de bairros foram os principais atores sociais a insistirem na sua existência e a implementarem ações de intervenção e participação nas políticas públicas no município. Em 1995 foi realizado a II Conferência Municipal de Saúde, coordenada pelo Conselho Municipal de Saúde e com ampla e propositada participação dos representantes de moradores de bairro: dos 50 delegados representantes de usuários, 34 pessoas eram do movimento popular. Em preparação para a Conferência, realizaram atividades nos bairros e o II Seminário Popular de Saúde, reunindo 113 pessoas, no qual foi elaborado um documento com propostas para melhorar a saúde no município, que serviu de subsídio para a participação deste segmento na referida Conferência⁴²⁵. No ano de 1996, as ações desenvolvidas pelo movimento popular foram: uma luta envolvendo diversos bairros da cidade, pela instalação de telefones públicos nos seus respectivos setores 426; articulação pró-Orçamento Participativo, que reuniu diversos grupos da cidade, conseguindo apresentar emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei do Orçamento Anual. Este Movimento realizou diversas atividades, dentre elas duas (02) Plenárias Populares pró-Orçamento Participativo⁴²⁷, audiências públicas com a Comissão de Orçamento da Câmara Municipal, participação nas sessões da Câmara de Vereadores, realização de um debate público com os candidatos a prefeito 428, debatendo as prioridades apontadas pelo referido movimento. As duas principais prioridades/necessidades aprovadas foram: Saneamento Básico e Ensino Superior Público no município 429.

cidade, em local indicado pela comunidade/comissão de moradores.

429 Os dois candidatos presentes – Mário Moreira/PDT e Fátima Figueiredo/PFL – comprometeram-se com as reivindicações apresentadas. Algumas medidas estão sendo tomadas pela atual administração

⁴²⁴ Inclusive, das quatro principais lideranças do movimento popular na cidade, em 1993, 02 pertenciam a Associação de Moradores da Vila da Pedra. Eram elas: Luís José da Silva e Rosely Ribeiro da Silva (Vila da Pedra), Edson Carlota Maria (Comissão de Moradores do Aripuanã) e Milton Pereira dos Santos (Comissão de Moradores do Bosque). Idem, p. 10.

Movimento de Educação de Base, Sub-Departamento de Redenção, Relatório Anual, 1995.
 Envolveram-se diretamente nesta articulação, aproximadamente, 60 pessoas. A luta havia iniciado em 1994, e em 1996 conseguiram que fossem instalados telefones públicos em todos os bairros da

 ⁴²⁷ Nas duas plenárias participaram cerca de 100 pessoas.
 ⁴²⁸ O evento foi transmitido ao vivo pela TV Carajás/SBT e contou com a participação de aproximadamente 600 pessoas.

Ainda relacionado ao Saneamento, o Conselho Municipal de Saúde⁴³⁰ realizou em abril de 1997 o I Seminário sobre a Gestão Municipal do Saneamento, do qual participaram 86 pessoas, discutindo e votando as diretrizes que deveriam direcionar a elaboração de uma política municipal de saneamento. Contudo, percebemos que o referido Conselho não conseguiu dar continuidade às discussões e acompanhamento das ações relacionadas ao tema.⁴³¹

Desde o início de 1999, o MEB não possui mais uma equipe de educadores populares localizada no município de Redenção 432, mas continua prestando serviços de assessoria a um grupo de pessoas ligadas à educação pública, denominado *Grupo Educação e Cidadania*. Os grupos de moradores de bairros, apesar de vivificarem um momento de relativa desarticulação e/ou acomodação à política da atual administração municipal (que desenvolve uma prática voltada para a cooptação das suas possíveis lideranças), permanecem, dentro de seus limites e possibilidades, encaminhando ações pontuais e específicas. Contudo, atualmente, outros movimentos sociais começam a despontar na conjuntura municipal e as iniciativas dos grupos de moradores de bairros não representam, exclusivamente, a principal referência da existência social organizada na cidade.

municipal, relacionadas as duas principais prioridades apontadas. Outras pequenas conquistas foram efetivadas neste processo, como, por exemplo, a construção de uma escola com 08 salas de aula no setor Alto Paraná (era uma reivindicação/prioridade apresentada pelos representantes daquele bairro).

⁴³¹ Movimento de Educação de Base, Departamento de Redenção, Relatórios Anuais de 1996 e 1997; e Avaliação Trienal 1996-1998, julho de 1998. Obs. Em 1996, o MEB transfere o seu departamento de Conceição da Araguaia para Redenção.

As ações mais significativas realizadas pelo CMS, tais como a II Conferência Municipal de Saúde o I Seminário sobre a Gestão Municipal do Saneamento, só foram possível pela atuação dos representantes de algumas entidades populares e pastorais no mesmo: 01 representante de associação de bairro; 01 representante da Pastoral da Juventude; 01 representante do MEB; 01 representante da Igreja Católica.

⁴³² Como parte de um processo de redefinição de sua atuação nos Estados do Pará e Maranhão, o MEB redesenhou sua localização geográfica e redirecionou suas estratégias. Atualmente mantém uma equipe sediada em Marabá, mas que se desloca conforme a necessidade do trabalho para os diversos municípios da região Sul e Sudeste do Pará, onde mantém grupos e/ou públicos alvos de sua ação. Desenvolve uma

CONCLUSÃO

A análise histórica das relações e práticas político-econômicas situadas no município de Redenção, mas também contextualizadas na região Sul do Pará, evidenciou a forte presença do Estado enquanto "locus privilegiado da ação política dos grupos sociais"⁴³³, predominantemente sob a hegemonia do poder de mando das elites econômicas ⁴³⁴. Esta percepção, contudo, não deixa de reconhecer a existência política organizada de outros segmentos sociais que, mesmo não dispondo diretamente do aparelho do Estado, constituem-se em atores políticos e, por conseguinte, sujeitos históricos. Se o mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é ser percebido como distinto, podemos perceber os diversos sujeitos históricos, mesmo que sua representação não seja a hegemônica na sociedade. ⁴³⁵

Constatamos que, no exercício do poder político institucional nesta região, há um predomínio histórico de representantes de empresários e fazendeiros. Contudo, a presença de outros grupos sociais no cenário das lutas políticas – partidárias e/ou social organizada – também ajudou a definir e redefinir as relações no interior do Estado e Estado/Sociedade. Este movimento histórico dialético evidenciou, por outro lado, o constante reordenamento na dinâmica e mecanismos de organização política das elites econômicas, visando sua manutenção no poder. Desta forma, a atuação política dos trabalhadores rurais e outros segmentos populares tem se dado, predominantemente, tendo como alvo o Estado, mesmo não estando localizada/amparada no aparelho estatal. Assim, a ação política organizada dos trabalhadores rurais, através dos sindicatos e associações, e os movimentos populares urbanos diversos, apesar de interferirem no desenvolvimento das políticas públicas e de compor o campo dos sujeitos atuantes no cenário regional, não representam o poder hegemônico no controle do Estado. Suas práticas políticas no interior da própria sociedade civil carecem, também, conquistar maior amplitude pública e, portanto, condição de serem conhecidos e reconhecidos como atores

ação voltada para aportar grupos e iniciativas na área de políticas públicas, especialmente as relacionadas à educação pública.

⁴³³ Antônio Gramsci. Apud. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. Cit. p. 69.

⁴³⁴ Elites com base econômica regional e/ou nacional.

⁴³⁵ Sobre este assunto, ver: BOURDIEU, Pierre. *A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão sobre a idéia de região.* In: O Poder Simbólico. Coleção Memória e Sociedade. Lisboa: DIFEL, 1989.

sociais fundamentais no processo histórico regional. Isto porque o exercício do poder político por parte das elites econômicas não se dá apenas pela ocupação direta de postos nos governos, mas também pela sua força de poder imprimir - simbólico e concretamente - seus interesses frente aos demais grupos sociais.

As administrações municipais, nesta região, têm sido ocupadas por dois segmentos básicos. Nos primeiros mandatos político-administrativos, após os processos de emancipação política, foram predominantemente ocupadas por fazendeiros/empresários e/ou ex-gerentes de grandes fazendas. A partir da década de 1990, há uma maior presença de profissionais liberais, geralmente com alguma base econômica ligada à terra 436 e/ou medicina privada⁴³⁷. Estes profissionais liberais no exercício do poder político revelaram-se verdadeiros representantes dos interesses das elites econômicas da região. Em Redenção, os dois profissionais liberais que assumiram a administração municipal -Wagner Fontes e Mário Moreira -, ambos com formação ligada ao setor agrícola, evidenciaram alguma diferenciação em relação aos demais casos, devido o caráter extremamente populista com que conduziram as ações públicas. Também não possuíam base econômica local. 438 Com relação a Wagner Fontes, há ainda a constatação já realizada neste trabalho, sobre o corte que sua administração significou nas articulações com os principais grupos econômicos do município.439 Contudo, na administração de Mário Moreira as articulações e proximidade com empresários e fazendeiros é retomada.

As lideranças em ascensão política no cenário regional, tendo como base o município de Redenção, caracterizam-se como uma nova elite política em processo de estruturação no poder. Não constituem, necessariamente, uma elite econômica, apesar de representar o perfil político que estas elites necessitam, a partir da evidência de uma nova dinâmica da ação política destes grupos. Não é, certamente, por um processo natural que o Sindicato Rural de Redenção desempenha o papel de centro referencial e articulador das práticas político-econômicas dos fazendeiros da região⁴⁴⁰. Parece-nos coerente afirmar

436 Ou seja, são também fazendeiros.

⁴³⁷ Alguns exemplos: Carlos Augusto Cavalcante (1993-1996) e Alberto Branco (dois mandatos – 1989-1992 e 1997-2000) [médicos, prefeitos de Conceição do Araguaia]; Moacir Pires de Farias [médico, Prefeito de Rio Maria – 1993-1996]; e, Atil José de Souza [médico, Prefeito de Xinguara].

⁴³⁸ Wagner Fontes, ao que se sabe, atualmente é dono da TV Carajás, canal filiado ao SBT. Pode, no entanto, possuir outros empreendimentos econômicos noutras regiões, sobre os quais desconhecemos. ⁴³⁹ Tentou se estabelecer politicamente à margem do poder das elites econômicas locais.

⁴⁴⁰ Donos de terras, nos municípios de Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Cumaru do Norte e Pau D'Arco possui, certamente, uma relação mais estreitada com o Sindicato Rural de Redenção - o mecanismo de atuação política da classe patronal rural - , dado que nos outros municípios da região, mesmo tendo como referência política o SRR, possuem suas bases organizacionais locais. Os dois primeiros municípios citados possuem o maior índice de concentração de terras da região.

que as pessoas que estiveram na direção do SRR nos últimos anos, ligadas ao PDT ou às suas lideranças, procuraram implementar uma prática política na qual as instâncias em que atuam como classe e aquelas em que atuam como grupos regionais de interesse são fundidas objetivando, porém, resultados distintos. No campo simbólico buscam uma afirmação do último aspecto, mas, do ponto de vista político e econômico pretendem seu fortalecimento enquanto classe social⁴⁴¹. A questão é que a prática político-administrativa das referidas novas lideranças políticas com base em Redenção revelam os mesmos parâmetros de atuação. Pretendem constituir-se porta-vozes políticos a partir de referenciais de interesse de âmbito variado. 442 O discurso que tenta negar as contradições sociais e o vínculo político à interesses específicos revela, contudo, uma forma de dominação simbólica, exercida para mascarar a realidade de como se dão, efetivamente, as relações sociais. Esta prática política parece-nos articular-se coerentemente com os atuais interesses e discursos dos representantes políticos das elites econômicas locais, que buscam desvencilhar-se do imaginário social construído, concreto e historicamente, acerca de seus mecanismos de organização de classe e ações, com destaque para a promoção de práticas de violências diversas contra trabalhadores rurais.

Um aspecto visivelmente em comum entre as lideranças políticas ligadas ao PDT com base em Redenção e as lideranças político-econômicas do SRR é a intenção de constituição de uma unidade regional de influência. A base do discurso está na questão econômica — o desenvolvimento regional -, porém, permeado pela pretensão de alargamento da área de atuação política destas mesmas elites políticas e econômicas. Objetivam, desta forma, estender sua hegemonia político-econômica à toda região do Sul do Pará, conservando o município de Redenção no papel de centro referencial destas articulações. Do ponto de vista político e pragmático, alguns dizem, esta intenção se articula ao projeto de criação do Estado de Carajás. E do ponto de vista econômico, a perspectiva insere-se no campo das disputas em torno dos projetos de desenvolvimento para a região. E, neste caso específico, o reforço à atividade da pecuária e/ou agricultura mecanizada.

⁴⁴² Ver sobre este assunto: SILVA, Vera Alice. Op. Cit. pp.48-49.

⁴⁴¹ A fala de Leonir Rossetto, ex-secretário executivo do SRR é exemplar para este caso (veja parte sobre SPR)

Este trabalho inseriu-se na perspectiva de apresentar e analisar alguns elementos constitutivos da história política e econômica do município de Redenção. Além disso, pretendíamos perceber essa história localizada e articulada ao processo histórico da região Sul do Pará.

Esperamos ter caminhado na direção acima apontada, contudo, sem qualquer pretensão de ter esgotado os objetivos estabelecidos para este trabalho de pesquisa. Reconhecemos que, apesar do esforço dedicado à realização deste trabalho, certamente muitas lacunas se evidenciarão. Por outro lado, não tínhamos como pressupostos teóricos e metodológicos dar conta de uma leitura histórica "geral" e com status de verdade absoluta. Desta forma, esperamos apenas não estar contribuindo com um tipo de história sem vida e, portanto, sem sentido para aqueles que dedicarem seu tempo no estudo desta produção. Esperamos ainda, que alguma coisa sirva para ajudar os sujeitos sociais a se perceberem no processo histórico e, especialmente, sentirem-se sujeitos construtores de suas próprias histórias.

Bibliografia e Fontes utilizadas

1. Bibliografia

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. <u>Carajás: A Guerra dos Mapas.</u> Belém: Seminário Consulta, 1995.

AMADO, Janaína. *História e Região: Reconhecendo e Construindo Espaços*. In: SILVA, Marcos A. da. (coord.) <u>República em Migalhas: História Regional e Local.</u> São Paulo: Marco Zero, 1990.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão sobre a idéia de região. In: O Poder Simbólico. Coleção Memória e Sociedade. Lisboa: DIFEL, 1989.

COIMBRA, Marcelina Rodrigues. História de Redenção, Literatura em Cordel nº01, 1ª edição, 1983.

FERNANDES, Marcionila. <u>Donos de Terras: Trajetórias da União Democrática Ruralista – UDR.</u> Belém, UFPA/Dissertação de Mestrado, NAEA.

FIQUEIRA, Ricardo Rezende. A Justica do Lobo. Petrópolis: Vozes, 1986.

IANNI, Otávio. A Luta pela Terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

LAPORT, Paul e GOURIOU, François. O Garimpo e o Ouro, Conceição do Araguaia, mimeo, 1980.

MONTENGRO, Antônio Torres. História Oral e Memória. Editora Contexto.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE, Regional MAPA. <u>Conhecer para Intervir:</u> <u>um olhar sobre o Pará e o Maranhão.</u> Brasília: MEB, 1998.

OLIVEIRA, José Gonçalves de. Conhecendo o Pará. Redenção, Mimeo, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História Regional e Transformação Social. In: SILVA, Marcos A. da. (coord.). República em Migalhas: História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero, 1990.

PETIT PEÑARROCHA, Pedro. <u>Território & Política & Economia: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-1964.</u> São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 1998.

PETIT, Pere. <u>A Esperança Equilibrista: a trajetória do PT no Pará.</u> Belém: BOITEMPO Editorial, NAEA, 1996.

PRINS, Gryn. História Oral. In: A Escrita da História. São Paulo, Unesp, 1992...

SANTOS, Gaudêncio Lisboa. Alguns dados sobre Redenção. Mimeo, 1986.

SARAIVA RODRIGUES, Raimundo Nonato. Estudos Regionais. Redenção, 1995.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: O Enfoque Metodológico e a Concepção Histórica. In: SILVA, Marcos A. da. (coord.). República em Migalhas: História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e História: Questão de método. In: SILVA, Marcos A. da. (coord.). República em Migalhas: História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero, 1990.

THOMPSON, Paul. A Voz do Passado. 1992.

2. Fontes Documentais

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE REDENÇÃO (ACIR). Documentação Arquivos da ACIR.

CÂMARA MUNICIPAL DE REDENÇÃO, dados levantados sobre nomes de vereadores e respectivos partidos, nos diversos mandatos legislativo;

CARTÓRIO ELEITORAL de Redenção, Informações sobre partidos e filiados, 1998.

DLÁRIO DE CARAJÁS, Conceição do Araguaia: 1981 e 1984.

EMATER:

- Diagnóstico da comunidade, mimeo, 1984;
- Relatório de atividades ano base 1984, mimeo, fevereiro de 1985;
- Plano de Ação 87/88, mimeo;
- Diagnóstico comunidade Boa Sorte 1989, mimeo;
- Plano de ação, comunidade Santo Antônio, 1989, mimeo;
- Relatório 1989, mimeo;
- Relatório ano agrícola de 1988/89, escritório do município de Redenção, mimeo;
- Diagnóstico da realidade municipal, Redenção, mimeo, 1992.
- Programa de Desenvolvimento Agropecuário e Proteção Ambiental de Redenção (PRODAPAR), mimeo, 1992;

FOLHA DE CARAJÁS, Redenção: 1994.

IDESP. Indicadores da Sócio-Economia Paraense. Belém, Idesp, 1987.

IDESP. PARÁ AGRÁRIO. Informativo da situação fundiária. Ocupação do solo e subsolo. Garimpo e Mineração. Belém, Edicão Especial, 1992.

IDESP. PARÁ DESENVOLVIMENTO: Amazônia Eco-visões. Edição Especial, Junho/92.

JUSTIÇA ELEITORAL, Ata Geral da Apuração das Eleições Municipais de 15/11/88.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB:

- Relatórios Anuais, sub-departamento de Redenção, 1988; 1990; 1991; 1993; 1994; 1995.
- Projeto Trienal de Educação Popular 1992/1994, Conceição do Araguaia e Redenção;
- Relatórios anuais, Departamento de Redenção, 1996 e 1997;
- Avaliação Trienal, Departamento de Redenção, 1996-1998, julho de 1998.

NAS TERRAS DO ARAGUALA-TOCANTINS, outubro/novembro de 1985.

OPINIÃO, Caderno especial do aniversário de Redenção, nº 303, Marabá, maio/99.

PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO, Análise Diagnóstico do Município de Redenção. Governo Arcelide Veronese, 1987.

PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO, Planejamento da Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente, 1991.

PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO, Setor de Cadastro. Dados sobre estabelecimentos industriais e comerciais no município, anos de 1996 e 1997.

SAGRI. Programa de Combate e Erradicação da Febre Aftosa, Redenção, 1998/99.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, Eleições Municipais de 1996, município de Redenção, Cartório Eleitoral.

3. Fontes Orais

a) Entrevistas:

- Antônio Rocha de Almeida, em 05.10.99;
- Domingos Neves Nascimento, em 06.10.99;
- Leonir Rossetto, em 06.10.99;
- Paulo Moscateli, em 24.03.99;
- Raimundo Nonato Saraiva Rodrigues, em 18.03.99;

b) Informações orais:

- Antônio Henrique do Amaral, em 06.10.99
- Osias Gomes de Sousa Mendes, outubro de 1998.
- Roberto Henrique do Prado, em 26.10.99

c) Depoimento escrito:

Sivestre Monteiro Falcão Valente, Redenção, mimeo, 27.01.92

Breve biografia das pessoas entrevistadas:

- Antônio Rocha de Almeida é contador, atualmente secretário executivo do Partido dos Trabalhadores em Redenção. Já foi presidente do mesmo partido de 1995 a meados de 1997 e, também, militante de pastorais da Igreja Católica local.
- Domingos Neves Nascimento é atualmente presidente do PT em Redenção. Participa de um grupo popular não institucionalizado Grupo Educação e Cidadania que desenvolve ações voltadas para a área da educação e cidadania, objetivando a mobilização e a participação da sociedade civil em iniciativas de caráter e interesse públicos, inclusive voltadas para intervenção nas políticas públicas. Possui história de engajamento nas lutas populares locais e foi militante na Pastoral da Juventude. Mora em Redenção desde 1988.
- Leonir Rossetto foi secretário executivo do SRR de maio de 1993 a agosto de 1999. Antes deste período trabalhava na Prefeitura de Santa Maria das Barreiras. Atualmente trabalha na Secretaria Municipal de Agricultura de Redenção.
- Paulo Moscateli foi o primeiro vice-prefeito do município de Redenção, entre os anos de 1983-1988, único cargo que assumiu na política institucional até hoje. Era lavrador. Chegou à região em 1969, vindo de Goiás (hoje Tocantins), logo conseguiu um emprego na prefeitura de Conceição do Araguaia. Em 1972 veio para Redenção, onde trabalhava como gerente de um posto de gasolina Interlagos. Atualmente ele trabalha numa loja de pneus Roda Bem Pneus.
- Saraiva Rodrigues chegou em Redenção em 1983 com o objetivo de realizar pesquisa para elaboração de seu trabalho de pós-graduação (especialização) na UFCE. O tema do trabalho era: Como se estruturam/formam as cidades. Veio e ficou em Redenção, não voltando mais para terminar o curso na Universidade. Trabalhou como Secretário de Educação na primeira administração municipal. Durante todos esses anos sempre esteve ligado ao serviço público nas

diferentes administrações. Atualmente é assessor de planejamento da Prefeitura. Escreveu um livro didático contendo algumas informações sobre a história de Redenção, em especial história política. É filiado ao Partido Social Cristão.

QUADRO Nº 19

População Estimada do Município de Redenção, 1980-1998.

	ALABOANIA	7/0	BITEAL	%	TOTAI.	Taxa de	Densidade	Area Terrestre
ALNO		•		2		crescimento %	demográfica Hab/Km²	Km²
1980	13.810	54.76	11.408	45,24	25.218	er.	1	3
1981	18.050	56,30	14.007	43,69	*32.057	I.		
1982	21.212	65,30	11.007	33,88	32.482	2		5.932
1983	22.700	64,63	12.420	35,37	35.120	1	1	1
1984	27.490	68,32	12.744	31,67	40.234	7		
1985	33.150	75,95	10.150	23,25	43.647	18,52	8,75	5.914
1986	35.840	70,49	15.890	29,50	50.840	18,52	8,75	
1987	36.676		19.189	34,08	56.303	1	1	
1988	42.696	92,99	21.258	33,23	63.954	1		1
1989	49.704	68,42	22.941	31,57	72.645	1	•	1
1990	57.869	70,12	24.648	29,87	**82.517		1	
1991	44.870	80,27	11.025	19,72	55.895	I.		1
1992	1	1	3	1	54.394	1		
1993	1		1	I	56.394	1	1	
1994	1	'	I.	1	59.039	1	1	
1995	1	'	t	ı	61.396	ì	1	
1996	53.339	91,91	4.690	8,08	58.029	2,54	15,11	
1997	1	ī	1	-	59.981		1	3.839,9
1998		-	ı	1	61.626	-	1	

*Em outro documento do IBGE a população total para Redenção no ano de 1982 é 43.647 habitantes.

** Na produção de Saraiva Rodrigues⁴⁴³ o declínio no nº de habitantes é devido a emancipação político-administrativa de Pau D'Arco.
FONTE: IBGE — Dados levantados no IBGE em Conceição do Araguaia, 1998: - De 1987 à 1990 os dados são do IBGE, tabulado e calculado pelo IDESP/CEE, - Estimativas: 1992, 1994, 1995, 1997, 1998.
- Censos Demográficos de 1991 e 1996.

⁴⁴³SARAIVA RODRIGUES, Raimundo Nonato. Op. Cit. p. 25.

QUADRO Nº 20 População por Faixa Etária, Redenção, 1991 e 1996.

Faixa Etária	1991	1996
<1 à 4 anos	7.499	7.349
5 à 9 anos	8.163	7.055
10 à 14 anos	7.657	7.426
15 à 24 anos	11.979	12.866
25 à 34 anos	8.844	9.666
35 à 44 anos	5.685	6.461
45 à 54 anos	3.309	3.538
55 à 64 anos	1.706	2.080
65 à 74 anos	746	921
75 anos e mais.	280	367
Idade Ignorada	0,0	300
TOTAL	55.868	58.029

FONTE: IBGE – Censos Demográficos de 1991 (Resultados do Universo) e 1996.

QUADRO Nº 21
População por Sexo, Local de Domicílio e Sexo do Chefe de Família, Redenção, 1996.

Local de Domicílio	População	por Sexo	Popul. por se	xo do ch	efe de família.
	Homens	Mulheres	Homens		Mulheres
URBANO	27.035	26.304	1	0.166	2.006
RURAL	2.614	2.076		1.101	58
Sub-Total	29.649	28.380	1	1.267	2.064
TOTAL		58.029			13.331

FONTE: IBGE – Censo Demográfico, 1996.

QUADRO Nº 22

Renda Per Capita por chefe de família e local de domicílio, Redenção.

RENDA		N° CHE	FES DE FAMÍI	AL	
	Urbano	0/0	Rural	%	Total
Até ½ salário mínimo	653	88,96	81	11,03	734
De ½ a 1 sal.	2.222	70,74	919	29,25	3.141
1 salário mínimo	3.338	72,59	1.257	27,33	4.598
2 sal. mínimo e mais	2.239	52,16	2.053	47,83	4.2902

FONTE: IBGE e IPEA, Dimensões das Carências Sociais, Volume 14.

QUADRO N° 23

População Estimada, Segundo Local de Domicílios, MRH – ARAGUAIA PARAENSE, 1981, 1985 e 1990.

													1000		
Municípios			1981					1985					1220		
Municipios								-	1.4	Dom	TOTAT	urhano	Rural	Masc.	Fem.
•	TOTAL Urbano	Urbano	Rural	Rural Masc.	Fem.	TOTAL	TOTAL Urbano	Kural	Masc.	rein.	70777	Ormoon in			
				0,00	77.77	077 640	20 352	53.296	47,999	44.549	181.854	87.390	94.464	92.742	89.112
Conceição	54.017	20.786 33.231 28.340	33.231	28.340	779.07	72.040	32.334	200							•
do Arag.															
D						117707	01000	17,500	22 613	21 034	82.517	57.869	24.648	42.084	40.433
Redenção	26.212	14.731	11.481	14.731 11.481 13.753	12.459	43.64/	60.77	000.01	77.077	20.1					700
•			1	9	11/1	270 70	10001	7154	13 499	12.556	47.532	39.000	8.532	24.241	25.291
Rio Maria	16.103	10.589	5.514	8.448	cc9'/	20.02	10.701);;	,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,						101
			,	1	22.	17 570	2 25.4	13 724	8.833	8.745	24.513	5.711	18.802	11.776	12.737
Santana do	13.472	2.812	10.660	/101/	6.455	0/2/1	1.00.0	1							
Araonaia															
Sweet					300		E4 440	20 105	41 248	38 366	161.389	117.878	43.511	82.308	79.081
Xinguara	45.239	26.480	18.759	23.737	21.502	/9.014	51.419	20.172	0.77			1			,
0					0,1	+	140 205	110 057	134 192	125,350	497.805	307.848	189.957	253.151	244.654
TOTAL	155.243	75.398	79.645	81.295	79.645 81.295 73.748	259.544	140.363	100.011							

FONTE: IBGE – Tabulação e Cálculo: IDESP/CEE.

MRH 020 - ARAGUAIA PARAENSE. População Estimada, Segundo Local de Domicílios. Valores estimados segundo a contagem rápida do IBGE.

Porcentagem População, segundo local de domicílio, MRH - ARAGUAIA PARAENSE.

	1981	1985	1990
URBANO	48,63%	54,16%	61,84%
RURAL	51,36%	45,83%	38,15%

QUADRO Nº 24

Produção de Ouro das Principais Regiões Garimpeiras, Estado do Pará - 1980-1989.

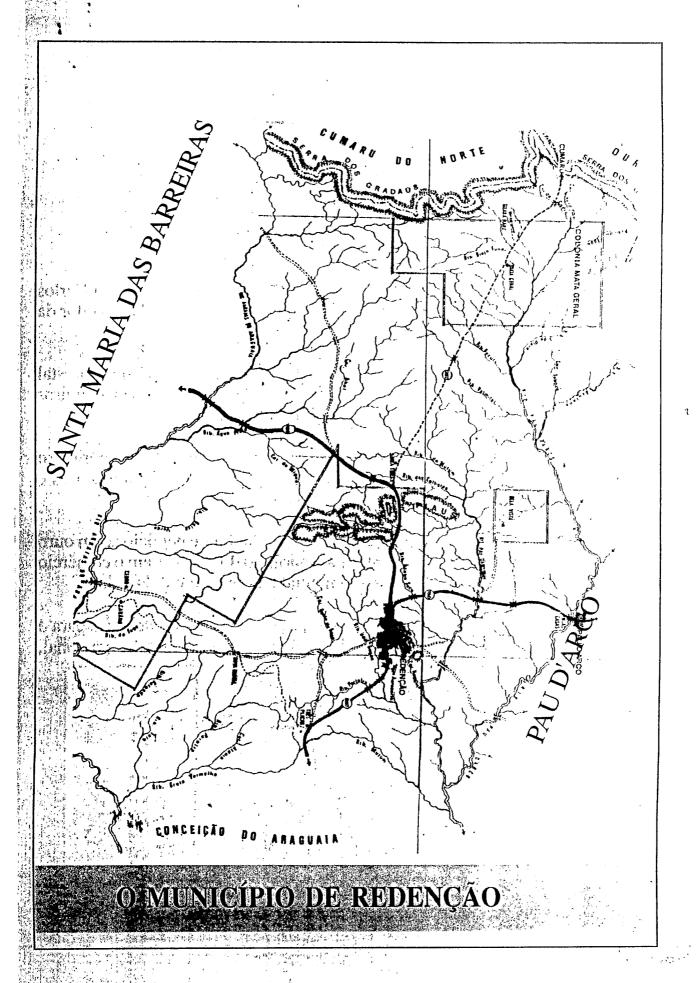
Ano	Tapajós	%	Serra Pelada	%	Cumarú*	%	Outros**	. %	Pará
1980	8,3	33,3	9'9	9,99		I	6,6	-	
1981	9,9	58,9	2,6	23,2	1,7	15,2	6,0	2,7	11,2
1982	7,6	43,2	8,9	38,6	1,9	10,8	1,3	7,4	17,6
1983	6,2	29,0	14,0	44,0	5,8	18,2	2,8	8,8	31,8
1984	8,2	42,3	2,6	13,4	0,9	30,9	2,6	13,4	19,4
1985	5,4	39,8	2,7	19,9	4,1	30,2	1,37	10,1	13,57
1986	4,6	42,9	2,4	22,4	2,3	21,4	1,43	13,3	10,73
1987	8,0	9,09	2,2	16,7	2,2	16,7	8,0	6,0	13,2
1988	13,0	75,0	7,0	4,0	1,5	8,7	2,14	12,3	17,34
1989***	10,26	76,0	0,41	3,0	1,0	7,5	1,83	13,5	13,50
							The state of the s		

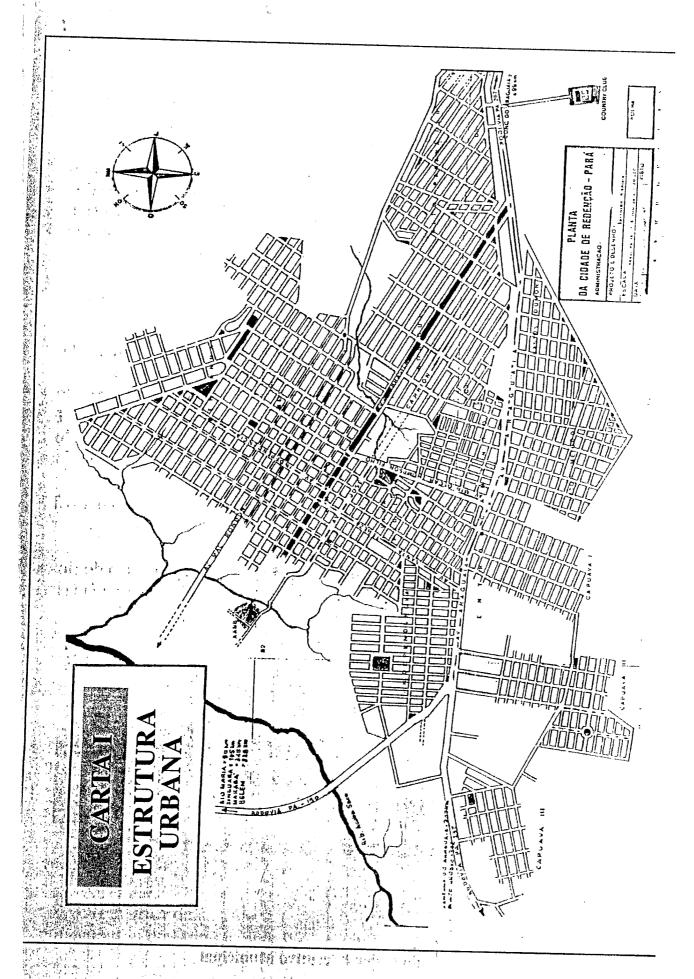
*Redenção e Tucumã, a partir de 1983.

**Outros: Altamira, Viseu, Almerim e Aveiro.

***Estimativa - Setor de Economia Mineral.

🔭 FONTE: IDESP. PARÁ AGRÁRIO. Informativo da Situação Fundiária. Ocupação do Solo e Subsolo. Garimpo e Mineração. Belém, 1992, Edição Especial, p.08.





FONTE: SARAIVA RODRIGUES, Raim undo Nonato. Op. Cit. p.23

